

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

(Re ou Des) CONSTRUINDO
A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

LUCIO OTAVIO INNECCO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre (M.Sc.) em Ciência Ambiental

Orientador: Prof. Dr. ALPHONSE GERMAINE ALBERT CHARLES KELECOM
Co-Orientador: Prof. Dr. ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

Niterói
2005

I58

Innecco, Lúcio Otávio.

(Re ou Des) construindo a Responsabilidade Social Corporativa / Lúcio Otávio Innecco. – Niterói: [s.n.], 2005.
147 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

1.Responsabilidade Social Corporativa. 2.Responsabilidade social. 3.Responsabilidade social da empresa. I.Título.

CDD 658.408

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

(*Re ou Des*) CONSTRUINDO
A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

LUCIO OTAVIO INNECCO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre (M.Sc.) em Ciência Ambiental

Banca Examinadora:

Prof. Dr. ALPHONSE GERMAINE ALBERT CHARLES KELECOM
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof. Dr. ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
FASE, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Profª Drª VALÉRIA GONÇALVES DA VINHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Niterói
19 Agosto 2005

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me estimularam a renovar e enfrentar os desafios da vida.

À minha família, pela paciência e compreensão pelas ausências ao longo do curso.

Aos colegas do PGCA, que fomentaram constantes discussões sobre a temática da pesquisa, e por proporcionarem novas e duradouras amizades.

Aos professores do PGCA, pela confiança, apoio e reflexões críticas, e, sobretudo, por terem constituído um curso com um caráter tão especial.

SUMÁRIO

RESUMO	Pág. VIII
ABSTRACT	IX
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1- Apresentação do problema	1
1.2- Objetivos	2
1.3- Justificativa	3
1.4- Limitações do trabalho e revisão da literatura	6
1.5- Organização do documento	7
1.6- Metodologia	9
1.7- Bibliografia do Capítulo I	11
CAPÍTULO II – O CONTEXTO MUNDIAL, A NATUREZA DO FENÔMENO, E ESTADO-SOCIEDADE-MERCADO	12
2.1- Contextualizando	12
2.2- Aproximando-se da RSC	23
2.2.1- A natureza da responsabilidade	23
2.2.2- Rotulando a responsabilidade empresarial	25
2.2.3- Os primórdios da responsabilidade social corporativa	27
2.3- Estado, Sociedade e Mercado	29
2.3.1-O Estado de Bem-Estar Social (EBES)	30
2.3.2-A sociedade induzindo mudanças	33
2.3.3-O Estado regulador ambiental e o “NEBES”	34
2.3.4-O mercado se reposiciona no contexto institucional	37
2.3.5-Revolução de valores e nova ordem social	41
2.3.6-O mercado numa nova função social?	47
2.4- Bibliografia do Capítulo II	50
CAPÍTULO III – EVOLUÇÃO E TIPOLOGIA DAS TEORIAS CONCEITUAIS, E PRÁTICAS DE GESTÃO	54
3.1- Conceituando a RSC	54
3.1.1-Evoluindo no tempo – anos 1950/1990	54
3.1.2-Classificando as diferentes teorias conceituais	64
3.1.2.1-Teorias Instrumentais	64
3.1.2.2-Teorias Políticas	66
3.1.2.3-Teorias Integrativas	68

	Pág.
3.1.2.4-Teorias Éticas	71
3.2- Escopo e Gestão da RSC	74
3.2.1-Macro-referências	76
3.2.1.1- <i>Global Compact</i>	77
3.2.1.2- <i>Declaração do Milênio</i> - 8 jeitos de mudar o mundo	78
3.2.2-Microreferências	79
3.2.3-Os temas emergentes de Gestão	82
3.2.4-Áreas-chave	86
3.2.5- Gestão ecocêntrica substituindo a gestão antropocêntrica?	89
3.3- Bibliografia do Capítulo III	91
CAPÍTULO IV – REFLEXÕES	94
4.1-Legitimidade e Poder	94
4.2-Pessoalidade e responsabilidade social do negócio	97
4.3-É possível haver um compromisso mais “elevado” nas corporações?	99
4.4-O que é ser responsável socialmente	102
4.5-Diferentes organizações, diferentes realidades, diferentes responsabilidades	103
4.6-Novos Paradigmas, mudanças organizacionais e abordagem stakeholder	104
4.7-Um discurso como aprendizagem	106
4.8-RSC no Brasil – escolhas equivocadas?	107
4.9-RS do mercado criando um novo mercado	109
4.10-Alianças Intersetoriais e empreendedorismo social: perspectivas renovadoras	111
4.11-A empresa e a comunidade	113
4.12-Qual a responsabilidade e de quem deve ser valorizada	116
4.13-Risco e responsabilidade legal na Modernidade Reflexiva	117
4.14-O socioambiental fatiado: oportunidade de negócios, falta de percepção, e/ou uma construção social?	119
4.15-Meio ambiente natural: dimensão acessória na RSC?	125
4.16-Do ambiental para o social ou do social para o ambiental ou um encontro casual entre si e entre esses e a economia?	127
4.17-Um campo de resoluções	128
4.18- Bibliografia do Capítulo IV	130
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
5.1-Conclusões	132

5.2-Recomendações	135
5.3-Considerações Finais	136
5.4- Bibliografia do Capítulo V	138

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELAS	Pág.
Tabela 2.1 – Acidentes Ambientais	17
Tabela 2.2 – Modelos de Estado de Bem-Estar Social	32
Tabela 2.3 – Três Transformações do Estado	36
Tabela 3.1 – Modelos de PSC de Wartick e Cochran	71
Tabela 3.2 – Quadro Síntese das Teorias da RSC e abordagem respectiva	73
Tabela 3.3 – Eventos Históricos referenciais nas mudanças socioambientais	74
Tabela 3.4 – Gestão Tradicional X Gestão Ecocêntrica	90
FIGURAS	
Figura 1.1 – Esquema Básico de Organização do Documento	8
Figura 2.1 – Confiança do Público nas Instituições dos EUA	42
Figura 2.2 – Confiança do Público nas Instituições na América Latina	43
Figura 2.3 – Liderança esperada	44
Figura 3.1 – Modelo de RSC do Committee for Economic Development (CED)	56
Figura 3.2 – Modelo de Carroll de PSC	60
Figura 3.3 – Modelo de Corporação – Input – Output	62
Figura 3.4 – Modelo de Corporação – Stakeholders	63
Figura 3.5 – Pré-requisitos do Empreendedorismo Social	81
Figura 3.6 – Coisas mais importantes que as Companhias podem fazer para serem consideradas responsáveis socialmente	87
Figura 3.7 – Cadeia do Valor Social	88
Figura 3.8 – Comparação da Performance das Indústrias X Expectativa Pública na RSC	88
Figura 4.1 – Globalização – Mudança de Poder	96
Figura 4.2 – Evolução Temporal da Perspectiva da RSC	102
Figura 4.3 – Principais Fatores Externos de Mudança	105
Figura 4.4 – Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade da Bayer no Brasil	122

RESUMO

Esta é uma pesquisa sobre a *Responsabilidade Social Corporativa* (RSC), antigo fenômeno com raízes na filantropia social do século XVIII, que ao longo das duas últimas décadas ganha destaque no seio do setor empresarial e lança ramificações no âmbito da Sociedade, do Estado e na forma de apropriação dos recursos naturais. Num mundo industrializado, globalizado e complexo, em que a degradação ambiental e as desigualdades sociais imperam, e onde o ideário neoliberal se impõe, o setor empresarial deve responder à crescente exigência social e ambiental que fazem parte das agendas internacionais e nacionais. Sob a égide da RSC, o setor se coloca como líder na busca de soluções aos problemas. Para isso, dá-se publicidade à uma atitude supostamente cidadã e dita responsável, que vive cercada de controvérsias. Reconhecer a origem, o caráter, a pertinência, a amplitude, as condicionantes, dentre outros aspectos do fenômeno, se fazem necessários. Nesse sentido, esta é uma pesquisa de caráter teórico, que objetiva apreender o fenômeno sob uma perspectiva socioambiental. Desenvolvida numa abordagem dialética, define seus limites na própria tentativa de circunscrever o fenômeno e os aspectos correlatos diante das suas variadas dimensões, e ainda, ao imprimir um enfoque sistêmico, ao contrário se a opção inicial privilegiasse um recorte da questão. Para isto, se incluem nos objetivos específicos a identificação e o exame dos conceitos, dos marcos históricos, das transformações nos valores da sociedade e na ordem social e do lugar social em que se insere a empresa, dos temas contemplados nas práticas e dos desdobramentos. Sem perder a visão contextualizada do fenômeno perante as mudanças na sociedade e no meio ambiente, a RSC é reconhecida sob um processo evolutivo do conceito. Com a identificação das suas vertentes, os conceitos são enquadrados tipologicamente. Através de um esforço permanente de crítica que considera a diversidade de visão do mundo como um fator relevante, são apontados alguns aspectos que indicam inconsistências e outros que podem ensejar resultados positivos tanto para o setor empresarial quanto para a sociedade. É constatada a insuficiência de pesquisas nacionais sobre a temática e a falta de uma reflexão conceitual renovada que integre definitivamente as dimensões social e ambiental. Muito aquém de uma atitude consciente e desprendida da empresa, que se insinua como um vetor de legitimação social das ações empresariais, a RSC se demonstra o resultado da interação de forças dos segmentos da sociedade. Não decorre de uma atitude sublime, de uma responsabilidade diferenciada das exígyeis pela lei ou pela coerção social, pois o negócio é impessoal, vive da oportunidade e sua função primária ainda é o lucro, embora uns discordem disso. Para isso, a atitude transpassa a tradicional responsabilidade e vive a responsividade, onde a resposta às demandas e a sensibilidade para oportunidades ficam aguçadas.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Ambiental, Responsabilidade Empresarial, Responsividade, Cidadania Corporativa, Filantropia Empresarial, Filantropia Social.

ABSTRACT

This research is about *CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY* (CSR), an old phenomenon with root on social philanthropy of the XVIII century, that along the last two decades have been achieving eminence on the corporate world, ramifications on Society circuit, Estate, and appropriation of nature resources. In an industrialized, global and complex world, in which the environmental degrading and the social differences govern, and the neo-liberalism collection of ideas establishes, the business-related section should answer to the increasing social and environmental demands that are on international and national schedules. Under the aegis of the CSR, this sector leads to find solutions for these problems. So that, a presumed citizen attitude called responsible gains publicity and is surrounded by controversies. It is mandatory to recognize the origin, the feature, the pertinence, and the extension, and also all the imposed facts and other phenomenon aspects. On this meaning, this is a theoretical research that externalizes how to conceive this phenomenon under a social-environment perspective. Developed under a dialectics approach, it defines its own limits on trying to confine the phenomenon and the correlated aspects on all dimensions. In addition, to impress a systemic view if the first impression grant a privilege to split the question up. To the effect that, it is within the specific objectives to identify and observe carefully all the ideas from historic marks changing in social values and society order and also where this business takes place on the society view, for the subject as a whole or deployment. CSR is recognized as an evaluative process of this concept without spoiling the contextual view of this phenomenon facing all society changes. Identifying its slopes the concepts are typologically divided. Through a permanent effort that considers the diversity vision of the world as a relevant agent, some aspects are pointed out that indicate inconsistency and others that can call positive results not only to business sector, but also to the society. It is found out that both, the insufficiency of the national research about this subject, and also the lack of a renewed conceptual reflection that definitely can integrate the social and environment dimensions. Beneath a conscious and selfless attitude of the company, that implies as a vector of the social legitimating of its actions, the CSR is a result of an energy interaction of the community section. It is neither a sublime attitude, nor a distinguished responsibility from that the laws or social coercion require, because the business is impersonal, it subsists of the opportunities and its primary function is the profit, even though few people disagree. In order that, the attitude cross over the traditional obligation and lives the responsiveness, through witch grow thin the answers to the demands and the sensibility to the opportunity.

Key words: Social Responsibility, Corporate Social Responsibility, Environmental Responsibility, Business Responsibility, Responsiveness, Corporate Citizenship, Business Philanthropy, Social Philanthropy.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1- Apresentação do problema

Este é um texto dissertativo da *Ciência Ambiental*¹ que tem como tema a *Responsabilidade Social Corporativa*² (RSC), um antigo fenômeno com raízes na filantropia social do início do século XVIII, que, ao longo das duas últimas décadas, vem ganhando destaque no seio do setor empresarial, em escala mundial. Com um crescente dinamismo lança ramificações no âmbito da sociedade, do Estado e na forma de apropriação dos recursos naturais.

Os diversos registros históricos, a partir da década de 1950, apontam a vinculação direta do setor empresarial com a degradação ambiental e as desigualdades sociais, como decorrência de suas políticas e práticas organizacionais e produtivas, não raro exploratórias e inconseqüentes.

Contudo, nos tempos recentes de um mundo cada vez mais globalizado, em que as forças do mercado se expandem de modo acelerado, diante do enfraquecimento do Estado, da crescente mobilização da sociedade civil e em meio ao agravamento dos problemas sociais e ambientais, os integrantes do setor corporativo se propõem a adotar uma nova atitude para fazer frente à complexidade das questões que são colocadas.

Tendo como meta o controverso conceito de *desenvolvimento sustentável* e tomando a condição de uma *cidadania empresarial* como balizador para uma nova atitude, o setor passa a adotar novas políticas e práticas qualificadas como responsáveis no que tange ao seu papel dentro da sociedade e nas suas relações com essa, com o Estado e com o meio ambiente.

Nesse contexto, a responsabilidade do setor corporativo, traduzida pela RSC, adquire um formato e abrangência capazes de catalisar essa nova atitude (de *empresa-cidadã*) e as práticas revistas. Desse modo, a RSC ganha relevo sob uma nova rotulagem, que incorpora demandas jurídicas e mercadológicas em novas práticas, e por vezes assume o discurso da conscientização, e ainda, de uma nova função social da empresa dentro da sociedade.

No entanto, a responsabilidade ambiental, em regra, continua sendo entendida e tratada de modo dissociado da dimensão social, e vice-versa, o que torna frágil o propalado discurso do setor empresarial sobre desenvolvimento sustentável.

¹ “Ciência Ambiental” é uma designação adotada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense (PGCA-UFF) no sentido de apontar o caráter interdisciplinar da proposta do curso que procura estudar o meio ambiente como um todo indissociável. A ciência ambiental objetiva imprimir novos pensamentos e métodos no sentido de se construir uma perspectiva interdisciplinar de se olhar o mundo. Disponível em <http://www.uff.br/cienciaambiental/principal.htm>, em 03/03/2002.

² O termo corporativo aqui utilizado presta-se a contemplar às organizações com finalidade empresarial.

Carimbando esse movimento, as Certificações Ambiental e Social são lançadas como documentos comprobatórios das respectivas preocupações e responsabilidades. Agrega-se a isso o lançamento do Balanço Social e o Marketing Social.

A atuação social do mercado é acolhida pelos demais setores da sociedade sob formas contraditórias. Se de um lado é considerada bem vinda, por outro, críticas são apontadas no tocante à sua abrangência, finalidade e pertinência.

Ainda pelo lado das corporações, a ampliação do conceito de *stakeholders*³ nas políticas corporativas traz grande parte da sociedade para a rede de interessados no negócio das empresas, abrindo espaço para que outros potencializem o poder de influência nos processos decisórios corporativos, tanto indireta, quanto diretamente, em especial, se lembrarmos da crescente mobilização da sociedade civil nas lutas democráticas fundamentadas nas causas sociais e ambientais.

Dessa forma, a responsabilidade do setor corporativo, eventualmente, deixa de ser exclusivamente uma resposta aos seus desejos próprios ou de se encontrar sob a sua quase total influência e controle. Esse encontro de percepções e interesses tão conflitantes reforça o caráter dialético que possa construir uma responsabilidade corporativa de caráter socioambiental. Tal como um poliedro, o conceito vai se constituindo pelas várias faces que emergem do jogo social dialético (legal, normativa, ética, econômica, social, cultural, política e ideológica).

1.2- Objetivos

A presente investigação, de caráter teórico, objetiva primordialmente apreender o fenômeno da RSC numa perspectiva socioambiental, que seja capaz de integrar as diversas dimensões (social, econômica, ambiental, cultural, política, jurídica, histórica, entre outras) que compõem o tema. O esforço de apropriação do objeto de análise se operacionaliza pela reflexão e pela elaboração teórica, amparado nas práticas e discursos que indicam, suprem e modificam a RSC. Por entender que o fenômeno se conforma além de uma simples atitude renovada do mercado, a apreensão e análise do objeto se faz numa perspectiva que privilegia processos mais amplos. Nesse sentido, os limites de investigação do problema se

³Genericamente, stakeholders é o conjunto de partes interessadas (público) que de alguma forma se relaciona com uma determinada empresa (Ashley, 2002, p.XV). Segundo Preston (*apud* Clarkson 1995, p.105), o termo se originou na Grande Depressão de 1930, quando a General Electric Company identificou quatro grandes grupos de stakeholders: acionistas, funcionários, clientes e público em geral, considerando-os relacionados diretamente com o negócio. De outro modo, em 1950, Robert Wood, que dirigiu a Sears, apresentou quatro partes em ordem de importância para os quais a satisfação e expectativa deveriam ser buscadas: clientes, empregados, comunidade e acionistas. De acordo com Freeman (1983, p.89), o termo stakeholders foi cunhado pelo Instituto de Pesquisa de Stanford, em 1963, num memorando que se referia aos grupos que davam sustentação à existência de uma organização, listando os acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade.

delinearam, ao longo da pesquisa, na própria tentativa de circunscrever o fenômeno e os aspectos correlatos diante das variadas dimensões.

A RSC impõe respostas a questões como: O que é? Suas causas? Seus condicionantes? A quem se aplica? Sua pertinência? Sua amplitude? Sua natureza anterior e atual? Suas perspectivas? Dentre outras. Nesse sentido, procuramos imprimir um enfoque sistêmico, ao contrário se a opção inicial privilegiasse um recorte da questão.

Sobre essa forma de determinação do problema, Gil (1991, p.29) assinala o seguinte: “pode, ainda, um pesquisador, interessar-se apenas pela descrição de um determinado fenômeno”.

Para isto, se incluem nos objetivos específicos a identificação e o exame de: os conceitos, os marcos históricos do fenômeno, identificar os formatos básicos de Estado, situar a função social da empresa, as práticas, os temas contemplados nas práticas e os desdobramentos.

1.3- Justificativa

As empresas constituem um setor importante da sociedade, que deve responder às crescentes exigências sociais e ambientais que fazem parte das agendas internacionais e nacionais. Em todos esses lugares, uma pergunta é sempre recorrente: que reorientações das estratégias empresariais poderiam contribuir para promover a sustentabilidade no âmbito local? ⁴

Além da importância de se pesquisar o fenômeno, considerando todo o exposto acima, a investigação adquire uma significativa relevância diante da possibilidade desse processo conter um germen potencialmente transformador que, além dos naturais ganhos para o setor corporativo, resulte em benefícios também para a sociedade e o meio ambiente.

De outro modo, consideramos que trazer a RSC para ser reconhecida sob uma perspectiva socioambiental é uma oportunidade especial de contribuir na construção de uma nova racionalidade, a ambiental. Leff (2002, p.19) assim a designou, determinando-a como um processo de construção social, onde “o saber ambiental na perspectiva da complexidade ultrapassa o campo do logos científico a abre diálogo de saberes onde se confrontam diversas racionalidades e tradições”.

Na história humana, o homem através de suas atividades produtivas imprime incessantemente sua marca na natureza e na própria sociedade. As práticas produtivas (técnicas) e as apropriações (uso) decorrem de toda uma lógica relacional entre sociedade e

⁴ Questão apontada no item ‘Proposta’ do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP-SP. Disponível em <http://www.usp.br/procam/> em 01/04/2004.

bens naturais e inter-relacional entre os segmentos da sociedade, condicionadas pelo contexto geográfico, ecológico e cultural.(Leff, 2002, p.21)

Até então a racionalidade hegemônica tem sido a tecnológica e econômica que superexploram a natureza e exterminam visões alternativas do mundo (diversidade cultural). Segundo Leff⁵, “a racionalidade ambiental procura conjugar uma série de valores de igualdade social, na questão da sustentabilidade econômica e transformar a maneira de conjugar valores com conhecimento”. Desse modo, o autor propõe que sobre a racionalidade produtiva haja uma racionalidade substantiva⁶, que são os valores escolhidos pela sociedade. Essa conjunção de valores de participação induz um processo de reapropriação do mundo. Leff (2002, p.17) assinala ainda, “o ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes do conhecimento”.

Sob esta perspectiva, a crise ambiental não encontra resolução através da simples utilização da ciência e tecnologia, mas da emergência dos valores substantivos através de uma cidadania cada vez mais forte e legítima que permita se estabelecer a equalização de poderes na tomada de decisões, e conseqüentemente, uma apropriação renovada dos bens naturais e da vida social, conforme assinala Leff⁵. Nesse sentido, a construção de uma responsabilidade socioambiental possibilita a consolidação de uma cidadania capaz de conectar os diversos setores da sociedade.

Dadas essas condições, com a abordagem da responsabilidade corporativa sob um enfoque que transcenda a raiz técnica do termo “responsável”⁷, trazendo à discussão outras faces (política, social, ética, cultural, econômica, entre outras), pretende-se contribuir para a composição de um conceito ampliado à luz de uma ótica interdisciplinar que incorpore valores substantivos. Estabelecer cortes transversais na compreensão e explicação do contexto atual, visando captar as multicausalidades e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as estruturas e mudanças socioambientais, é um esforço exigido.

Dessa forma, espera-se contribuir com a construção de uma ciência ambiental, posto que essa, além de carecer de termos e conceitos próprios e consagrados, deve extrapolar o

⁵ A CRISE ambiental é a crise desse momentum in crescendo (entrevista com Enrique Leff). *Jornal Universitário – Universidade Federal de Santa Catarina*. Santa Catarina, junho de 2001. Disponível em <http://www.ufsc.br/agecom/> em 04/05/2004.

⁶ Buscando em Weber o conceito para fundamentar sua proposição, Leff (*apud* Costa, 2000) afirma que a racionalidade substantiva organiza a ação social em padrões subordinados a valores que variam. Esta inclui o pluralismo cultural, a relatividade dos valores, o conflito social frente a valores e interesses diversos e antagônicos.

⁷ “Responsabilidade” é um termo que tem origem no direito francês e que tem a ver com culpa e obrigação de reparo.

confinamento da especialização disciplinar e integrar conhecimentos que resultem numa melhor compreensão da relação entre sociedade e natureza. Paton e Siegel (2003) ressaltam que a Responsabilidade Social Corporativa está ainda num estágio embrionário e questões críticas considerando estruturas, medidas, e métodos empíricos não estão resolvidos. Além disso, como um estudo inovador, não pode ser analisada pela lente de uma simples perspectiva disciplinar. A RSC é um terreno fértil para o desenvolvimento de uma teoria interdisciplinar e análise empírica.

Com relação aos princípios e propostas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, acreditamos que a inserção desse tema - que correlaciona Mercado, Estado, Sociedade e Meio Ambiente – poderá resultar num marco inicial de modo a propiciar novas pesquisas de uma temática tão controversa.

Como toda pesquisa de natureza similar a que ora se apresenta, justificá-la não passa somente por razões meramente científicas, alia-se a isto razões de cunho subjetivo. As motivações pessoais – onde se incluem o interesse e a afinidade com o tema, além de qualificações profissionais e acadêmicas - impulsionaram gradativamente o autor deste trabalho no sentido do objeto de pesquisa.

Quanto à escolha de problemas de pesquisa, Gil (1991, p.29) afirma que o interesse é determinado pelos mais variados fatores, considerando os mais importantes os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais que o movem.

Por ser esse um momento particular do texto onde o pesquisador assume a sua personalidade, é razoável que as colocações se encaminhem através da primeira pessoa. Embora eventualmente possa ser considerada uma transgressão aos rigores da linguagem científica, é importante o destaque que Barthes (1988) dá ao uso do sujeito pessoal, do “eu”, em trabalhos científicos. O renomado lingüista advoga a sua utilização argumentando em cima da demanda da responsabilidade e que toda enunciação supõe o seu próprio sujeito. Ao seu ver, recorrer a formulações impessoais constitui-se engodo gramatical: “O homem não pode falar seu pensamento sem pensar sua palavra”.

Ainda sobre esse uso, Schlee (2002, p.63) ressalva quanto ao uso insistente da primeira pessoa do singular; contudo, assinala que é possível a utilização caso seja adequado às necessidades de sua argumentação. Ciribelli (2003, p.99) reforça essa possibilidade ao afirmar ser passível o uso em casos especiais, como nas justificativas.

Dessa forma, permito-me tal ousadia, em especial, se nos lembrarmos que a própria ciência ambiental se apresenta para romper com uma ciência tradicional, que por vezes se apresenta asséptica e impessoal.

A atuação, desde o final da década de 1970, na função técnica de engenheiro e em grande parte como executivo e empreendedor, em grandes projetos de engenharia nos diversos setores da economia (energia, industrial e infra-estrutura), foram suficientes para que eu reconhecesse e consolidasse o desmerecimento com que o Mercado e o Estado, em seus planos de investimentos, tratam das questões sociais e ambientais - assuntos tão caros na minha perspectiva pessoal.

Em 2000, quando assumi a coordenação de um grande projeto de reforma institucional do Museu Nacional/UFRJ, vi a oportunidade de conjugar ideais mais elevados com minha veia empreendedora, a despeito do entendimento comum e pejorativo que se tem, em regra, sobre o perfil de um empresário. A inapetência do Estado e a escassez de recursos públicos (financeiros, materiais e humanos), e, ainda, a indução de legítimas aspirações de um empreendedor idealista, levaram-me na direção do setor empresarial à busca de viabilizar o projeto. Isto aconteceu num momento em que o tema da responsabilidade social corporativa entrava em ebulição no cenário nacional.

O encontro do discurso empresarial com o meu razoável conhecimento quanto ao modo de operar o pensamento do setor foi motivo de muita angústia para tentar entender as transformações que se procediam. Será que a minha *expertise* havia caducado? Isso foi suficiente para que, em meados de 2001, eu já tivesse dado os primeiros passos para entender o fenômeno da RSC, mas de modo restrito ao âmbito profissional. O fato de ter retornado ao mundo acadêmico naquela oportunidade, foi decisivo para me impulsionar em dar um caráter mais formal e metodológico na apreensão do problema, o que veio a implicar na presente pesquisa.

1.4-Limitações do trabalho e revisão da literatura

Como dito no início deste capítulo, a temática da RSC é antiga e teve um caráter preponderantemente filantrópico ao longo da sua história. Apesar de ter sido relevada a importância de se conhecer as suas raízes, o interesse maior da pesquisa se dirigiu ao conhecimento do conceito e o entrelaçamento do fenômeno com um contexto de transformação social.

Considerando que essa transformação, em especial nas últimas duas décadas, comportam uma nova perspectiva, a socioambiental, e que grande parte da literatura disponível centraliza a empresa no contexto social, os aportes teóricos disponíveis no meio acadêmico ainda não se constituem uma vasta base bibliográfica comparativamente a outros temas, o que representou limites na consecução do trabalho.

Não obstante o mérito da bibliografia internacional, as especificidades de um país como o Brasil exige conhecimento com base em nossa realidade ou com vivência em realidades correlatas, e a carência de bibliografia nacional trouxe novos desafios. Como afirma Garcia (2004, p.27), “a produção teórica sobre o tema no Brasil é ainda incipiente e pouco crítica”.

Deve-se destacar ainda, que por ser um tema historicamente mais afeito ao campo dos negócios, a literatura tem privilegiado uma abordagem que conjuga a ótica da administração com a da economia; porém, insuficiente perante a complexidade dos tempos atuais, na qual a temática ambiental, a preservação de valores culturais e o respeito às diferentes visões de mundo devem ser considerados.

Mais recentemente, nos três últimos anos, os demais campos da ciência começaram a se ocupar do exame do fenômeno da RSC, surgindo novas pesquisas focadas nos recortes do problema, como as práticas e estratégias empresariais, a tipologia dos temas assistidos, a cidadania empresarial, entre outros.

Diante desses limites os contornos da pesquisa se deram basicamente a partir de bibliografias relacionadas com os seguintes temas: conceitos (origem e evolução) e práticas da responsabilidade social dos negócios; mudanças nas organizações de negócios; percepções e práticas do setor empresarial quanto às questões socioambientais; e transformações socioambientais num contexto global.

1.5 – Organização do documento

A abordagem do fenômeno é feita em quatro blocos de questões. O primeiro concentra a contextualização mais geral do problema, seguida de uma aproximação básica junto às questões que amparam o fenômeno, quando são assinalados alguns aspectos relativos à natureza do conceito de responsabilidade, à utilização de um termo para definir a responsabilidade empresarial e aos primórdios da responsabilidade social dos negócios.

Complementando o primeiro bloco e de modo a se dar luz a uma eventual e renovada função social do negócio, é trazida uma sorte de questões sobre o Estado, Sociedade e Mercado. Para isso, são assinaladas as visões sobre a estrutura e concepções do Estado, as transformações recentes da ordem social e dos valores e expectativas na sociedade, e as posições do Mercado. Sobre estes três itens de assuntos, cabe ressaltar que esta sequência citada não estabelece uma hierarquização das questões, mas somente uma necessidade de marcar as mesmas, pois elas são imbricadas.

No segundo bloco, busca-se conceituar a RSC de modo específico, quando é apresentada a evolução histórica das concepções teóricas, concentrando no período dos anos

1950 até tempos recentes. Na sequência, é apresentada uma qualificação tipológica das diversas teorias.

Fechando o segundo bloco, se transita das teorias ao universo prático das empresas. Nesse sentido, é delineado um escopo de trabalho que serve de referência e delimitam os temas abordados, em regra, pelo setor empresarial, e arremata-se essas questões de caráter prático, com breves considerações sobre uma perspectiva para a gestão empresarial.

A consolidação de um rol de informações e dados a respeito do contexto que o negócio se insere e de uma plataforma teórica referencial sobre a RSC, acaba por suscitar questões que merecem ser discutidas. O terceiro bloco de questões vem no sentido de contribuir com o tom controverso que cerca a RSC, quando são apresentadas reflexões diversas.

Chegando ao final do documento, no quarto bloco são assinaladas algumas conclusões e recomendações. E, fechando a pesquisa são apresentadas as considerações finais.

A figura 1.1 ilustra basicamente o esquema descrito.

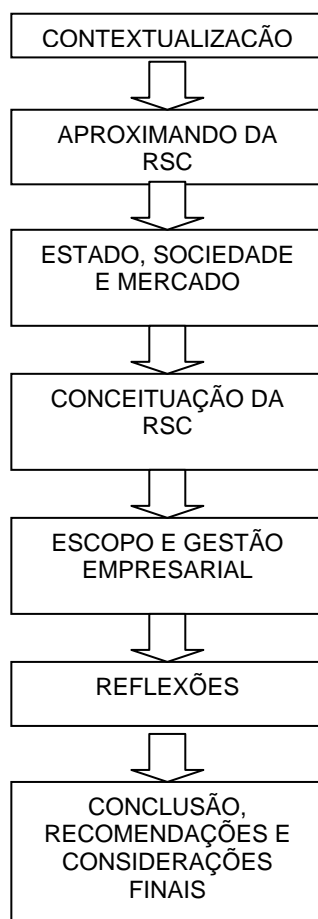


Figura 1.1 – Esquema Básico de Organização do Documento

1.6 – Metodologia

Conforme Andrade (2002, p.17), toda pesquisa tem uma tipologia que é decorrente de classificações de várias formas, de acordo com critérios vários. Segundo a classificação de Demo (*apud* Andrade, 2002, p.18), podemos afirmar que a presente pesquisa, quanto ao gênero, se enquadra como teórica. Ainda podemos classificar este trabalho de acordo com outros critérios apontados por Andrade (2002, p.19-21). No tocante à sua natureza trata-se de um resumo de assunto⁸. Quanto aos objetivos se encaixa numa pesquisa exploratória. Com relação ao objeto pauta-se por uma pesquisa bibliográfica.

No que tange aos métodos e técnicas utilizados, acompanhamos as colocações de Andrade (2002, p.21-29) que distinguem essas duas categorias. O método se caracterizando como um procedimento mais abrangente, faz com que a pesquisa se enquadre quanto à abordagem (forma de raciocínio utilizado) como dialético⁹, e com relação aos procedimentos como monográfico.

Sobre as técnicas (conjunto de ações práticas), podemos assinalar que foi utilizada a pesquisa documental de fontes secundárias de várias naturezas: bibliografia científica de modelos teóricos, textos de referências conceituais, textos de referência histórica, informes institucionais, estudos técnicos, textos da mídia, textos normativos e legais, dentre outros. Nesse sentido, não houve uma preocupação rigorosa de demarcar, de antemão, um referencial teórico-metodológico, o qual foi se delineando no processo de busca e de enfrentamento das indagações centrais.

Por se tratar de uma abordagem dialética da temática, é importante dar destaque à técnica aplicada na concepção e construção do texto.

Segundo Costa (2003, p.49-54), Habermas considera que a linguagem, além de funcionar da maneira normal, como *agir comunicativo*, como interação, opera como uma

⁸ “O resumo de assunto é um tipo de pesquisa que dispensa a originalidade, mas não o rigor científico. Trata-se de pesquisa fundamentada em trabalhos avançados, que utiliza metodologia adequada e apresenta a análise e interpretação dos fatos estudados sob um enfoque original.” (Andrade, 2002, p.19)

⁹ Dialética, segundo HOUAISS (2001)

Rubrica: filosofia

- em sentido bastante genérico, oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos;
- no *aristotelismo*, raciocínio lógico que, embora coerente em seu encadeamento interno, está fundamentado em idéias apenas prováveis, e por esta razão traz sempre em seu âmago a possibilidade de sofrer uma refutação;
- no *hegelianismo*, lei que caracteriza a realidade como um movimento incessante e contraditório, condensável em três momentos sucessivos (tese, antítese e síntese) que se manifestam simultaneamente em todos os pensamentos humanos e em todos os fenômenos do mundo material;
- no *marxismo*, versão materialista da dialética hegeliana aplicada ao movimento e às contradições de origem econômica na história da humanidade;

Etimologia:

- lat. *dialectica*, *ae* fem. adp. do adj. gr. *dialektikós, ê, ón* 'relativo a discussão', substv. na loc. *dialektikê (tékhne)* '(arte) dialética, arte de discutir e usar argumentos lógicos.

forma de livre discussão, como *discurso*. Nas duas situações, a pretensão de *inteligibilidade* se destaca para o êxito da comunicação em geral.

O agir comunicativo pode ser bem entendido pela afirmação de Boaventura (1988, p.7-8): “ a arte de bem exprimir o pensamento consiste em saber ordenar as idéias”. Referindo-se a Jean Guitton, Boaventura assinala que o segredo de toda arte de exprimir consiste em dizer a mesma coisa três vezes: anuncia-se, desenvolve-se e resume-se. Contudo, o autor ressalva que um tema pode ser de todos, mas o plano – fixar a ordem de desenvolvimento da exposição – é de cada um.

Além da pretensão da inteligibilidade, a estruturação do texto seguiu um plano a partir de uma questão colocada por Boaventura (1988, p.12): “como liberar o potencial de idéias?”

O próprio Boaventura (1988, p.12-3) recomenda:

mesmo antes de expressar qualquer palavra, seguir uma santa vagabundagem mental, entregar-se ao assunto, esperar que os pensamentos aflorem, recolhe-los desordenados, anota-los, numa arte de inventariar o capital de noções úteis que trazemos sempre, implicitamente, em nós mesmos. Do recolhimento à seleção, vai surgindo a ordem: via real, do simples ao complexo, do conhecido ao desconhecido. O encadeamento dos pensamentos engendra o plano num autêntico atrito mental.

Procurando fugir de um esquema simplista e primário, onde a preocupação seria maior com o conteúdo do que com a maneira de expor, o esforço se concentrou na maneira sistemática de arrumar as idéias. A decomposição do texto procurou seguir uma hierarquia de questões; contudo, atentando para uma opção e recomendação de Boaventura (1988, p.37-9): desenvolver de modo progressivo, dividindo por parte, mas sem desmerecer as ligações entre essas.

1.7- Bibliografia do Capítulo I:

1. A CRISE ambiental é a crise desse momentum in crescendo (entrevista com Enrique Leff). *Jornal Universitário – Universidade Federal de Santa Catarina*. Santa Catarina, junho de 2001. Disponível em <http://www.ufsc.br/agecom/> em 04/05/2004.
2. ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
3. ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
4. BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
5. BOAVENTURA, Edivaldo. *Como ordenar as idéias*. São Paulo: Ática, 1988.
6. CIRIBELLI, Marilda Corrêa. *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado através da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
7. CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating Corporate Social Performance. Separata de: *Academy of Management Review*, v.20, n.1, p.92-117, Janeiro de 1995.
8. COSTA, Ademir. Desenvolvimento sustentável exige mudança cultural. *Diário do Nordeste*, Ceará, 11 março 2000. Caderno 3. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/2000/03/11/> em 04/05/2004
9. COSTA, Cláudio. *Filosofia da Linguagem*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
10. FREEMAN, R. Edward. Stockholders and Stakeholders: A New Perspective on Corporate Governance. Separata de: *California Management Review*, v.25, n.3, p.88-106, Inverno de 1983.
11. GARCIA, Joana. *O Negócio do Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
12. GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
13. HOUAISS. *Dicionário Eletrônico* versão 1.0 – dezembro 2001: Editora Objetiva
14. LEFF, Henrique. *Epistemologia Ambiental*; tradução de Sandra Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
15. PATON, David e SIEGEL, Donald S. *Article in Press* –The economics of corporate social responsibility: an overview of the special issue - Editorial, *Estrucutural Change and Economic Dynamics*, 2003.
16. SCHLEE, Magda Bahia. O ponto de vista no texto acadêmico. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; SIMÕES, Darcília Marindir P. (orgs). *A Redação de Trabalhos Acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
17. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da USP-SP. *Proposta*. Disponível em <http://www.usp.br/procam/> em 01/04/2004.
18. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PGCA) da UFF. *Histórico*. Disponível em <http://www.uff.br/cienciaambiental/principal.htm> em 03/03/2002.

Obras consultadas:

1. HERCULANO, Selene C. Elementos para um debate sobre a interdisciplinaridade. In: _____(org). *Meio Ambiente: questões conceituadas*. Niterói: Pós-Graduação em Ciência Ambiental da UFF: Riocor, 2000.
2. SANTA-RITA, Tânia Guimarães. Epistemologia básica para pensar o (meio) ambiente. In: HERCULANO, Selene C. (org), *Meio Ambiente: questões conceituadas*. Niterói: Pós-Graduação em Ciência Ambiental da UFF: Riocor, 2000.
3. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Apresentação de Trabalhos Monográficos de Conclusão de Curso*. 7. ed. rev. Niterói: EdUFF, 2004.

CAPÍTULO II – O CONTEXTO MUNDIAL, A NATUREZA DO FENÔMENO, E ESTADO-SOCIEDADE-MERCADO

2.1-Contextualizando

Ao longo das últimas três décadas, o mundo vem passando por um processo intensificado de transformação conhecido como *globalização*. Conforme afirma Santos (2002, p.25), é um processo que rompe com as formas anteriores de interações internacionais, migrando do modo transfronteiriço para o transnacional, em que disseminam e se aprofundam, em escala mundial, os sistemas produtivos, as transferências financeiras, as informações, as imagens e os deslocamentos de pessoas.

Nesse sentido, Giddens (1991, p.57) afirma que são preponderantes o declínio gradual da hegemonia global européia ou ocidental e a crescente expansão das instituições modernas, em escala mundial, na qual, “a perda de controle do ocidente não é resultado de uma diminuição do impacto das instituições que ali emergiram primeiramente, mas, pelo contrário, o resultado de sua disseminação global”.

A extraordinária amplitude e profundidade desse processo levam Giddens (1990, p.64 e 1991, p.69) a definir a globalização como a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa.

Contudo, Santos (2002, p.25-6) lembra que existem diferentes abordagens feitas por outros autores, mas ressalva que “os processos de globalização mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.

De modo diversificado e recíproco, a globalização interage com outras transformações no sistema mundial, tais como as catástrofes ambientais, o aumento das desigualdades sociais entre países e no interior de cada país, conflitos étnicos, a migração internacional massiva, emergência de novos Estados e falência de outros, a ascensão de novos movimentos sociais e a criação de novas agendas políticas (Giddens, 1991, p.57; Santos, 2002, p.26).

No tocante ao objeto da presente pesquisa, é importante convocar esses processos de transformação, delineando os cenários político-institucionais e identificando os protagonistas dentro dessa trama, posto que o setor empresarial, como artífice do capitalismo, se insere de modo chave nesse processo, agindo e respondendo em reciprocidade aos acontecimentos. Como aponta Giddens (1991, p.68; 74), o capitalismo como um dos grandes elementos institucionais a promover a aceleração e expansão das instituições modernas, tornou-se uma influência globalizante fundamental, uma vez que considera que o seu caráter é econômico e

não político; sendo capaz de atingir áreas distantes do mundo onde os estados de sua origem não poderiam exercer totalmente sua influência política.

Por outro lado, reconhecer essa transformação numa perspectiva contextual-histórica implica em identificar as condições e pressupostos – a ambiência - que motivam e dão contorno ao pensamento, políticas e práticas empresariais que venham a constituir o fenômeno da RSC. Dessa forma, a RSC, na sua faceta atual, é uma resposta do setor empresarial que tem vinculações com os primórdios da sociedade moderna.

A racionalização da sociedade, simbolizada pela institucionalização do desenvolvimento técnico-científico no final do século XVIII, garantiu que no século XX, o homem se apoderasse da natureza. Além disso, foi base para que as forças produtivas tivessem um espetacular desenvolvimento, proporcionando um crescimento das potencialidades do ser humano e trazendo prosperidade material.

Retrocedendo ao início do século XIX, podemos resgatar o nascimento de uma vigorosa indústria química. Naquela ocasião, apareceram para o mercado têxtil os primeiros colorantes de síntese. A empresa francesa Usines du Rhône, nascida das atividades comerciais de importação de tinturas vegetais, investiu na industrialização de tinturas. Em 1885, quando foi constituída a Sociedade Química das Usines de Rhône, foi empreendida a produção de intermediários orgânicos de perfumes e de produtos farmacêuticos. De outra forma, na Alemanha, no período de 1863 a 1865, foram fundadas poderosas indústrias como a Friedrich Bayer & Company, Kolle & Co, Hoechst e a Badish Anilin und Soda Fabrik (BASF) (Bovet¹⁰, 1993, p.45; 71).

Desde o final do século XIX, as doenças canalizavam esforços dos pesquisadores no sentido de combater micróbios e as indústrias químicas investiam alto em pesquisas e novas instalações.

Na França, depois de 1914, das instalações das novas fábricas que integravam a Sociedade Química das Usines de Rhône saíram as matérias primas necessárias à fabricação de explosivos no curso da Primeira Guerra Mundial, o fenol, assim como o cloro e o gás mostarda. De maneira imprevista, o fenol derivou para o ácido salicílico e do ácido acético para o ácido acetilsalicílico (aspirina). A procura de novos mercados para o ácido acético, fez uma das fábricas da sociedade empenhar-se na fabricação do acetato de celulose, que servia, no princípio, como revestimento das asas de avião. Isso foi determinante na entrada do grupo no domínio das matérias plásticas, produzindo acordos com a americana Dupont e à exploração do náilon (Bovet, 1993, p.46;48).

¹⁰ Pesquisador francês ganhador do prêmio Nobel, em 1957, por seus trabalhos sobre antialérgicos e os curares de síntese.

Por outro lado, na Alemanha, no curso da Primeira Guerra Mundial, a poderosa IG Farben¹¹ que produzia fármacos, forneceu nitratos para a fabricação de explosivos, empreendeu a fabricação de gases asfixiantes e produziu carburantes e borracha sintética para a organização militar alemã (Bovet, 1993, p.123).

Segundo Bovet (1993, p.5), antes de 1930, a medicina ajudava, recorria a paliativos e deixava a natureza agir. No entanto, já despontavam avanços consideráveis a ponto de, em 1937, Jean Perrin (*apud* Bovet, 1993, p.61), responsável pela categoria “Descobertas Científicas” na Exposição Internacional das Artes e Técnicas na vida moderna, em Paris, escrever:

Malgrado a guerras e as revoluções, malgrado a crise econômica e a recessão, através das nossas inquietudes e das nossas angústias, através também das nossas esperanças, a força da civilização torna-se mais acelerada, graças às técnicas cada vez mais sutis e eficazes, em domínios cada vez mais extensos. A exposição que se abrirá, consagrada principalmente a essas técnicas, exprimirá o nosso legítimo orgulho pelo progresso material que a elas devemos. Quase todas apareceram a menos de um século, desenvolvendo ou aplicando descobertas que se tornaram familiares a todos, e que pareceram ter realizado ou superado os desejos de que falavam os nossos velhos contos de fadas.

Entre 1930 e 1950, os resultados obtidos pareciam beirar o milagre, chegando a ser chamada a “idade do ouro” da terapêutica. No plano econômico, os países ocidentais desenvolveram uma indústria farmacêutica poderosa, onde a pesquisa adquiriu direitos de cidadania. Por outro lado, na Alemanha, no curso da Segunda Guerra Mundial, a mesma IG Farben que atuara de modo decisivo na primeira guerra, produziu carburantes e borracha sintética para a organização militar (Bovet, 1993, p.5;123).

Não obstante o avanço da indústria química, cabe aqui um destaque ao modelo de produção conhecido como *fordismo*. Idealizado por Henry Ford nos anos 1910, esse modelo implantou a produção em massa, que associada às normas do trabalho derivadas do *taylorismo*¹², trouxe claras implicações sociais, ambientais e políticas que perduram até os dias atuais (divisão do trabalho, localização das indústrias, políticas governamentais e consumo em massa) (Botelho, 2000, p.13-4 e Pereira, 2002).

O pós-guerra expressou um magnífico avanço tecnológico e científico, quando a produção em escala se instaurou e a busca de por novos materiais e substâncias cresceu vertiginosamente. Destacou-se nesse cenário a substituição da matriz energética baseada no carvão pelo petróleo, garantindo um crescimento exponencial do setor, em nível mundial. As indústrias químicas .72s25 TD0stria3us2518 TwTD0.000e nesse6(icas a) (B87.0s .Tw[TD0.0oa16(de qcu

produtos sintéticos, conforme afirma Johnson (1998, p.153 *apud* Demajorovic, 2003, p.65-66):

As pessoas vestem roupas de náilon e poliéster ou a mistura destes com fibras naturais. Suas casas são forradas com carpetes de lã e mistura de náilon, a cozinha com folhas de vinil (...) os móveis são de madeira recobertos com verniz (...) o carro conserva o metal em sua estrutura, mas seu interior é de vinil (...) os pesticidas sintéticos controlam a produção agrícola do plantio à estocagem (...) milhares de produtos químicos de limpeza se espalham nos supermercados. É realmente uma era química (...) período em que os sintéticos químicos ocuparam um lugar dominante na nossa economia e no dia-a-dia.

É importante ressaltar a análise feita por Clow e Clow (1992 *apud* Demajorovic, 2003, p.66): as mudanças observadas no período após o final do século XVIII, não restrita às tecnologias mecânicas, revela que a famosa Revolução Industrial não resultou de fato em uma revolução e sim numa mudança evolutiva. A verdadeira ruptura, ou “revolução química”, teria acontecido por ocasião de pesquisas anteriores, concomitantes e posteriores ao período da Revolução Industrial, que, direcionadas para o desenvolvimento de novas matérias primas, estabeleceriam as bases para a formação e expansão da indústria química, principal vetor de mudança social e econômica do século XX. É justamente a capacidade de inovar mais rapidamente do que os demais setores que faz o setor ser denominado “indústria baseada em ciência”. (Demajorovic, 2003, p.66)

A estratégia de produzir volumes crescentes de produtos químicos implicou na implantação de gigantescas unidades produtivas a partir da década de 1960. As empresas líderes, como BASF, DuPont, Dow Química, entre outras, investiram pesadamente em P&D e em publicidade. Contudo, esse crescimento espetacular encobria outra faceta inerente ao desenvolvimento químico e petroquímico: o aumento dos riscos socioambientais. Nessa década, pouco se sabia sobre subprodutos associados ao desenvolvimento industrial químico. Se por um lado acontecia o *boom* econômico, por outro se ignorava o fato que insumos e produtos estavam intoxicando trabalhadores e consumidores ou de que os resíduos gerados eram lançados em lixões a céu aberto ou em corpos d’água.

Muito aquém das promessas iluministas de emancipação social, a conquista da natureza por conta do desenvolvimento científico-tecnológico transformou a percepção do homem sobre o meio ambiente. De algo misterioso e poderoso, se tornou vulnerável perante os imperativos do crescimento econômico.

A consolidação da sociedade industrial – caracterizada por Habermas (1971 *apud* Demajorovic, 2003, p.21) como a fusão de tecnologia, pesquisa e ciência na busca incessante do aumento de produtividade -, nesse meio ambiente fragilizado, teve como contrapartida graves processos de degradação ambiental e de distorções sociais.

Conforme afirma Giddens (1991, p.80-81), o desenvolvimento industrial representa uma das dimensões da globalização. No caso, o seu aspecto é a expansão da divisão global do trabalho, não somente no que diz respeito às tarefas, mas também à especialização regional em termos de tipo de indústria, capacitações e a produção de matérias-primas, afetando muitos aspectos da vida cotidiana, assim como as relações entre a organização social humana e o meio ambiente. Como enfatiza esse autor: “a difusão do industrialismo criou ‘um mundo’ num sentido mais negativo e ameaçador do que foi mencionado – um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta”.

Não obstante esses agravantes - que são mais contemporâneos e de melhor percepção na atualidade - é importante destacar que, nos primórdios da indústria química, o setor já esteve comprometido em questionamentos, que não raro envolviam aspectos éticos e por vezes criminosos, quanto à apropriação e uso da ciência a serviço do ganho econômico ou do poderio militar. Bovet (1993, p.191) expressa essa problemática, quando lembra um ensaio de Herbert J. Muller, publicado em 1943 e intitulado *Science and criticism, the humanistic tradition in contemporary thought*. Nesse documento, Muller confronta a retidão do cientista com a habilidade, a astúcia e a falta de escrúpulos que caracterizam os políticos e homens de negócio.

Retornando à industrialização em meados do século XX, podemos afirmar que a complexidade e grandiosidade das plantas industriais deixaram de representar somente a pujança econômica e produtiva, passando a embutir o perigo potencial. No decorrer do restante do século, diversas situações transformaram-se em graves catástrofes ambientais com consequências trágicas para parcelas de populações. Alguns acidentes se tornaram emblemáticos desse processo¹³; em 1950, a contaminação por mercúrio na baía de Minamata, no Japão; em 1976, a explosão de reator químico em Seveso, na Itália; em 1978, o vazamento radioativo na usina nuclear de Three Mile Island, nos EUA; em 1984, o vazamento de gás metil-isocianato na unidade da Union Carbide em Bhopal, na Índia; entre outros.

Ainda em meados do século XX, quando da proliferação das plantas industriais, o livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*) lançado em 1962 pela escritora e zoóloga Rachel Carson sobre o efeito do inseticida DDT, era o prenúncio da forte reação ambientalista que ensejava nos EUA e na Europa. Em face disso, foram criados partidos ecológicos e associações ambientalistas, multiplicaram-se ministérios de Meio-Ambiente em cerca de 70 países com as respectivas legislações ambientais mais rigorosas.

¹³ Para visualizar alguns eventos importantes e suas consequências, ver Tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Acidentes ambientais

País	Ano	Mortos	Feridos	Afetados	Desabrigados	Comentário
França	1906	1.060				Explosão em mina
Alemanha	1908	360				Explosão em mina
Alemanha	1921	600	1.500			Explosão em unidade produtora de nitrato
Bélgica	1930	60				Poluição atmosférica gerada pelo Instituto Real de Meteorologia
China	1942	1.549				Desastre em mina da Manchúria
EUA	1947	561				Explosão na cidade do Texas envolvendo nitrato de amônia
Espanha	1947	561				Explosão em Cádiz
Japão	1950	439	1.044			Contaminação dos peixes por mercúrio na baía de Minamata (1950 – 1960)
Turquia	1955	400	3.500			Contaminação alimentar por hexaclorobenzeno (1955 – 1959)
Inglaterra	1956		59			Contaminação alimentar por edrin
Colômbia	1956	2.700			400.000	Explosão em Cali
Marrocos	1959	2.000				Contaminação alimentar por O-cresil-fosfato
Japão	1968	200				Contaminação alimentar por PCB (Fukuoka)
Iraque	1971	459	6.071			Contaminação alimentar por mercúrio
Honduras	1971	37	123			Contaminação alimentar
Nigéria	1972	21	100	100		Explosão em usina em Lagos
EUA	1972			4.500		Acidente com trem transportando produtos químicos
Inglaterra	1974	28	89	300		Explosão em unidade química
Alemanha	1975			10.000		Liberação de óxido de nitrogênio
Jamaica	1975	17	62			Contaminação alimentar
Itália	1976		193	700		Explosão em reator químico em Seveso
Coreia do Sul	1977	56	1.343	10.000	10.000	Explosão com dinamite
México	1978	100	150			Liberação de gás em acidente rodoviário
México	1978	58				Explosão de gasoduto em Hulmanguile
Espanha	1978	216	200			Acidente com transporte de propileno em Los Alfaques
EUA	1978	8	114	3.500		Vazamento de cloro em acidente com trens em Youngstown
Tunísia	1978	3	147	147		Explosão em fábrica de Tunis
Espanha	1978	170	12	12		Explosão com tanque de gás em São Carlos
EUA	1978		200.000			Vazamento na usina nuclear de Three Mile Island
México	1978	10	200	200		Explosão em tanque de gás
Turquia	1979	50				Vazamento de óleo seguido de incêndio no Bósforo

Tabela 2.1 continua na próxima página

Tabela 2.1 – Acidentes ambientais (continuação)

Índia	1980	50				Acidente em unidade química em Mandir Asod
Malásia	1980	3	200	3.000		Explosão seguida de incêndio envolvendo amônia e oxiacetileno em Port Kelang
EUA	1980		343	23.000		Acidente de trem liberando fósforo e triclorido em Sommerville
Tailândia	1980	38	350	350		Explosão
Venezuela	1981	145	1.000			Explosão com óleo em Tocoa
Vietnã	1981					Acidente com produto químico (varfarina) em Saigon
EUA	1982			17.000		Explosão envolvendo produto químico
Venezuela	1982					Explosão seguida de incêndio em tanques de óleo em Caracas
Filipinas	1983	5	30			Explosão envolvendo nitrato de amônia em Toledo
México	1983	19	350	350		Explosão em fábricas de fogos de artifício
África do Sul	1983	66				Explosão com gás em mina de carvão
União Soviética	1983					Acidente químico poluindo recursos hídricos em Odessa
Nicarágua	1983			23.000	2.500	Explosão em tanque de óleo em Corinto
Brasil	1983	42				Acidente químico
Brasil	1984	508				Explosão com gasoduto em São Paulo
México	1984		200	3.000		Acidente em fábrica de fertilizantes envolvendo amônia
Paquistão	1984	60				Explosão em gasoduto em Punjab
EUA	1984		110			Vazamento de metil-isocianato em Middleport
Brasil	1984	934				Explosão em mina de carvão
México	1984	452	4.248	31.000	31.000	Explosão em tanque de armazenamento de gás natural próximo a Cidade do México

(Fonte: adaptada de Demajorovic, 2003,

tabela consultada em 1999, http://diesis.com/cemec/emmerchen/industrial_acidents_of_the_past.htm)

Numa sequência histórica, a comunidade internacional passou a acolher reflexões, estudos e ações sobre os problemas ambientais. Um primeiro marco foi a publicação dos resultados do Clube de Roma, em 1971. O estudo na forma de livro e intitulado “Limites do Crescimento” serviu de base à Conferência de Estocolmo, em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir o Meio Ambiente Humano. Considerando a manutenção dos níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o estudo previu que em 100 anos haveria uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. Naquele momento, o modelo de desenvolvimento foi colocado em xeque.

No ano seguinte, em 1973, Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento baseado em princípios formulados por Ignacy Sachs. Numa crítica à sociedade industrial, foi proposto um desenvolvimento que relevasse seis aspectos: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação.

Em 1974, a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas, afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também causava a destruição dos recursos naturais.

No ano posterior, a ONU elaborou novo relatório, o Dag-Hammarskjöld, que complementava o de Cocoyok assinalando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental.

Em 1976, o Clube de Roma, que havia abandonado a idéia do “Crescimento Zero”, apresentou novo informe que dava ênfase aos problemas sociais. Os estudos, iniciados em 1973, concluíram que, antes de serem atingidos os limites físicos do planeta, ocorreriam grandes convulsões sociais face ao desequilíbrio entre países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Também em 1976, foi apresentado uma proposta que contrapunha a tese do “Crescimento Zero” do Clube de Roma. Esse modelo preparado por cientistas latino-americanos afirmava que os problemas mais importantes que a sociedade humana enfrentava não são físicos, mas socio-políticos.

Enquanto essas discussões internacionais gradativamente iam entrelaçando as questões ambientais com os problemas sociais, no plano prático, as mobilizações que aconteciam no seio das sociedades tinham um caráter predominantemente ambientalista, em especial porque a crítica e questionamento do desenvolvimento emergiram nos países capitalistas (EUA e Europa capitalista). Com origem na cultura liberal progressista, que na sua incapacidade de encarar o rosto pobre do mundo, era mais sensível à morte de baleias, pássaros e plantas, e às ameaças a sua própria vida, por conta das bombas nucleares e extinção do mundo.

De outra forma, os movimentos das sociedades nos demais países nasciam sob uma vertente progressista que criticava o desenvolvimento com base numa dimensão democrática, focando os princípios da igualdade e participação, mas não sendo capaz de incluir a relação da humanidade com a natureza e o meio ambiente. Priorizando as relações sociais, ignorava as relações naturais (Souza, 1992, p.12; Leff, 2004, p.114-115).

Além disso, o setor empresarial, naquele momento sob a hegemonia das indústrias, mal se preocupava com os problemas ambientais. Apesar da imposição de uma legislação

ambiental restritiva que acabara de nascer no início da década de 1970 e tentava se consolidar, a opção do setor produtivo se limitava a adotar “o controle no final do processo” (*end of the pipe treatment*), com a instalação de caros e sofisticados filtros em suas chaminés e volumosas estações de tratamento dos resíduos líquidos. Tudo isso demandava altos investimentos que, por consequência, gerava uma atitude empresarial reativa em relação ao meio ambiente. Como destaca Callenbach *et al.* (1999, p.25), antes da década de 1980, a proteção ambiental era tratada como uma questão marginal, custosa, indesejável e um perigo à capacidade competitiva das empresas.

Os anos 1980 foram marcados por grande mobilização da sociedade em que os debates se concentraram no meio ambiente e desenvolvimento. O aparecimento de conceitos como Estudo de Impactos Ambientais e Planejamento Ambiental não foi suficiente para deter grandes catástrofes. Contudo, as empresas líderes começaram a ver os gastos ambientais como investimentos para o futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva. “Administrar com consciência ecológica” passou a ser o lema, conforme afirmou Lutz (1990 *apud* Callenbach *et al.*, 1999, p.25).

O setor químico pela sua notabilidade diante dos problemas, instituiu, em escala mundial, o programa *Atuação Responsável* (“Responsible Care®”) ¹⁴, numa campanha integrada com o objetivo de modificar práticas gerenciais no campo socioambiental. O programa veio a ser implantado em diversos países a partir de 1985, apresentando-se para as indústrias químicas como uma nova forma de conduzir seus negócios, com base em compromissos éticos com a sociedade ¹⁵.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED, apresentou um documento chamado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum), mais conhecido como relatório Brundtland. Esse documento lançou o conceito de “desenvolvimento sustentável” que seria capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. (UNCED, 1988)

¹⁴ Criado no Canadá, pela Canadian Chemical Producers Association - CCPA, e atualmente encontrado em mais de 40 países com indústrias químicas em operação, o **Responsible Care** se propõe a ser um instrumento eficaz para o direcionamento do gerenciamento ambiental. Este, considerado no seu aspecto mais amplo, inclui a segurança das instalações, processos e produtos, e a preservação da saúde ocupacional dos trabalhadores, além da proteção do meio ambiente, por parte das empresas do setor e ao longo da cadeia produtiva. Concebido a partir da visão de diálogo e melhoria contínua, o Programa se estrutura de forma lógica, procurando fornecer mecanismos que permitam o desenvolvimento de sistemas e metodologias adequadas para cada etapa do gerenciamento ambiental que o setor persegue. Disponível em <http://www.abiquim.org.br/conteudo.asp?princ=atu&pag=prog> em 08/06/2004

¹⁵ O programa Responsible Care é um código voluntário que pode variar seu escopo, o foco nas firmas ao redor do globo, numa dada região, dentro de um país, ou em uma dada indústria. (Prakash, 2000, p.184)

Com um viés que não apresentava as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores, expressou uma demanda de crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Dessa forma, foi bem aceito pela comunidade internacional. A falta de uma crítica mais contundente ao modelo de crescimento econômico vigente continuou deixando à mostra uma das suas facetas. Conforme assinalam Morin e Kern (1995, p.71) “na concorrência, o desenvolvimento tecnológico é imediatamente utilizado para a produtividade e a rentabilidade, criando e aumentando o desemprego, desregulando os ritmos humanos”.

No âmbito da economia, nos anos 1980, as empresas multinacionais se converteram em atores centrais da nova economia mundial, fazendo emergir uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização da produção. Favoreceu a isso uma série de prescrições formuladas por um consenso dos Estados centrais do sistema mundial, conhecido como *Consenso de Washington*¹⁶. De caráter neoliberal, seus princípios resultaram numa economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global; por processos de produção flexíveis e multilocais; pela revolução nas tecnologias de comunicação e informação; pela desregulação das economias nacionais através da abertura ao mercado mundial e do enfraquecimento do papel do Estado; pela redução do peso das políticas sociais no orçamento dos Estados; pela emergência do capitalismo transnacional; dentre outras causas. Isso significou o aprofundamento do processo de globalização. Se por um lado trouxe benefícios ao setor empresarial, em especial, às grandes corporações, ao reduzir o cidadão ao *status* de consumidor, a combinação desses aspectos trouxe consequências negativas visíveis: aumento da vulnerabilidade da população no tocante às demandas sociais, educacionais e ambientais (Santos, 2002, p.27-38)

No entanto, paralelamente, conforme afirma Santos (2002, p.67-71) um contramovimento ganhou investidura propondo uma globalização política alternativa. As lutas ambientais impressas pela ótica de *patrimônio comum da humanidade* e as lutas dos movimentos populares sob um caráter cosmopolita se aliam, dando pistas de uma sociedade civil e política global emergente.

É nesse ambiente que acontece no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, conhecida como Rio-92. Essa conferência visou dar tratos complementares às questões apontadas pelo relatório Brundtland, através do aponte de mecanismos de implementação do conceito de

¹⁶ Consenso de Washington é uma expressão moldada pelo economista americano Jonh Willianson, em 1990, para designar um rol de idéias neoliberais que visavam equacionar a crise econômica na periferia capitalista. (Silva, 2004, p.112)

desenvolvimento sustentável. Além de convenções internacionais e declarações de princípios, o evento produziu um importante documento: a Agenda 21, que contemplava uma série de ações a serem seguidas no século XXI, numa perspectiva conciliadora entre as diversas dimensões: sociais, econômicas, ambientais, culturais, políticas, entre outras. De modo a viabilizar essas ações, o documento destaca o papel fundamental dos movimentos sociais e ambientais, então mais afinados, e das empresas de comércio e indústria, inclusive transnacionais (UNCED, 1992, p.311 e 319).

A UNCED (1992, p.319 e 321) dá ênfase à promoção da responsabilidade empresarial, em todos os níveis (transnacional, grande, média e pequena) e segmentos (comercial e industrial). Através da recomendação que os dirigentes cada vez mais tomem iniciativas voluntárias, implementem auto-regulamentações e assumam maiores responsabilidades procura-se que suas atividades tenham impacto mínimo sobre a saúde humana e o meio ambiente.

Almeida (1999, p.100) lembra que, em 1991, o setor empresarial, naquele momento representado pelas indústrias, já relevava as considerações contidas no relatório Brundtland. Antes mesmo da Rio-92, a segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental, em Roterdã, Países Baixos, incorporou os princípios do desenvolvimento sustentável. Esse evento deu origem à Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que serviu de diretriz ambiental para empresas industriais de diversas nações.

As questões ambientais continuaram na pauta. Posteriormente, em 1993, a International Standards Organization– ISO¹⁷, formou um comitê técnico (TC 207) que seria responsável por conduzir os trabalhos de elaboração do conjunto de normas ambientais, denominado ISO 14.000, como base para a formulação de políticas ambientais das empresas e para a adoção de um sistema de gestão ambiental.

No tocante às questões sociais, segundo Fischer (2002, p.158), o início se deu timidamente em meados dos anos 1990, com envolvimento do setor corporativo pela atração das lideranças empresariais. As crescentes denúncias, tais como as de uso de mão-de-obra infantil pelas indústrias asiáticas que fabricavam produtos da Nike, expunham para o mercado mundial a intimidade das políticas e dos procedimentos adotados pelas empresas, e sinalizavam a empresários e executivos que a responsabilidade corporativa ia muito além de alguns cuidados com a preservação dos recursos naturais. Deveria incorporar o homem e suas formas de vida social.

¹⁷ A ISO é uma organização internacional de normalização, sediada em Genebra.

Como assinala Almeida (1999, p.103), “espera-se que as exigências de mercado aliadas à responsabilidade ambiental e social das empresas impliquem na adoção desse sistema de gestão”.

Os fatos acima expostos indicam que a questão ambiental e social transitam defasadamente e se entrelaçam de modo gradativo, apesar de ser reconhecido explicitamente por todos a necessidade imediata dessa vinculação.

Acompanhando essa tendência, o mercado responde à sua maneira. Uma atitude dita mais responsável por parte desse setor privilegia uma abordagem ambiental, em grande parte da década de 1990. A complexidade de problemas com que o mundo se defronta demandando esforços de todos os segmentos da sociedade, ou a apropriação instrumental estratégica e/ou oportunista do mercado faz(em) com que problemática social se aproxime desse setor.

Segundo Piore e Sabel (1984 *apud* Thirty-Cherques, 2003, p.32), os empresários já se manifestavam preocupados com a estabilidade e a integração social desde o advento dos distritos industriais.

Esse processo que inclui os aspectos ambientais e sociais (locais e globais) se justapõe à responsabilidade social das empresas, que é um movimento pré-existente desde meados do século XX. Desse modo, é trazida à tona toda uma valorização da responsabilidade social dos negócios numa perspectiva diferenciada como procuramos discutir na seqüência deste trabalho.

2.2-Aproximando-se da RSC

Antes de fazer um aprofundamento no tema em si, entende-se como necessário oferecer algumas considerações de caráter mais geral, como se seguem nos três itens adiante.

2.2.1-A natureza da responsabilidade

Marx e Engels¹⁸ (*apud* Fiorin, 1988, p.8;32-33) afirmam que a linguagem e o pensamento não são realidades autônomas - não há pensamento puro desvinculado da linguagem, pois ambos são expressões da vida real. Uma vez que não existem idéias fora dos quadros da linguagem, as visões do mundo não se desvinculam da linguagem. Sob essa condição, a utilização do termo responsabilidade ou das suas combinações com outros termos nas formações discursivas, e, portanto, ideológica(s), trazem necessariamente esse(s) significado(s), razão para darmos importância a conhecê-lo(s).

Antunes (2002, p.177) assinala que a primeira idéia associada à de responsabilidade tem um caráter jurídico, o qual considera a compensação por dano sofrido. Conforme o

¹⁸ A ideologia alemã (p.489-490)

Professor Caio Mário da Silva Pereira¹⁹ (*apud* Antunes, 2002, p.177), isto se fundamenta na origem do Direito Romano, quando “a idéia predominante é a vingança privada, no que, aliás, não se distanciam as civilizações que o precederam”.

Nesse sentido, responsabilidade indica o cognato resposta, ambos baseados na raiz *spond* do verbo latino *respondere* que significa responder. O ingresso da noção de culpa no Direito moderno deveu-se ao Cristianismo, que por influência ideológica da Igreja Católica, a partir da noção de pecado, passou-se a indagar quanto à intenção culpável de alguém. Na modernidade desenvolveu-se a noção de sujeito, da vontade livre e soberana, o que foi fundamental para consolidar o conceito jurídico de culpa. Dessa forma o responsável pelo dano tem o dever de repará-lo mesmo que uma pequena inadvertência ou distração o tenha provocado. A idéia é que seja restabelecido o *status quo ante* (Antunes, 2002, p.177-178).

Segundo Antunes (2002, p.178-180), o Código Napoleão (*Code Civil*), de 1804, é considerado o grande monumento da ordem jurídica liberal que consagra a culpa e coroa uma racionalidade que se afirma no indivíduo e sua vontade. Lembra o mesmo autor que, essa mesma ordem jurídica é a que se baseia o capitalismo, ou seja, cada indivíduo pode trocar produtos com os demais integrantes da sociedade; mas, segundo o ponto de vista do Direito, a circulação de mercadorias não é aleatória, pois as trocas se fazem entre equivalentes. Desse modo, os integrantes da sociedade, se tornam iguais no momento que podem expressar “livremente” sua vontade, independente da sua condição socioeconômica. O princípio da troca equivalente é o princípio fundamental das relações jurídicas.

Contudo, em meados do século XIX, a industrialização prejudicou o princípio das trocas equivalentes, tornando o *Code Civil* incapaz de atender às demandas da época, uma vez que se fundamentava no capitalismo comercial e na área agrária. Isso representou complicações político-ideológicas e levou a repercussões jurídicas que resultaram em novas áreas especializadas do Direito. Desse modo, houve o abandono da culpa como fundamento da responsabilidade, e passou-se a considerar a responsabilidade por risco. Como destaca Antunes (2002, p.182), “o estado moderno, diante das repercussões da industrialização, fez algumas opções políticas, visando mitigar-lhe os efeitos sociais (...) a atividade industrial possui algumas características que eram absolutamente desconhecidas pelo antigo regime”. Outrossim, a culpabilidade estava ligada à responsabilidade subjetiva, ou seja, necessita-se provar a culpa do agente causador. O autor (p.180) ressalta que o *Code Civil* trouxe todos os conceitos ideológicos subjacentes à referida subjetivação.

Posteriormente, nesse processo de transformação das regulações jurídicas, o Direito incorporou a disciplina ambiental para proteger o meio ambiente, um *patrimônio da*

¹⁹ *Responsabilidade Civil* (p.6)

sociedade. Dessa forma, introduziu o conceito de responsabilidade objetiva, ou seja, independente de se provar uma culpa, basta que o agente envolvido tenha algum nexo causal com a dinâmica que gerou o dano ambiental.

Consideramos que citar esses processos quanto à natureza do conceito da responsabilidade é importante, uma vez que destaca que o Direito responde a uma demanda da sociedade, e, por conseguinte, é construído com a evolução da consciência da sociedade. Quanto a esta última, Fiorin (1988, p.35) lembra que “o que define o conteúdo da consciência são os fatores sociais”, ou melhor, socioideológicos; apesar do pensamento dominante em nossa sociedade relutar em aceitar a tese de que a consciência seja social, “pois repousa sobre o conceito da individualidade”.

Como afirma Leff (2004, p.346) o processo de modernização apoiou-se num regime jurídico baseado no direito positivo, que veio a ser moldado na ideologia das liberdades individuais e no privilégio dos interesses privados.

No entanto, podemos perceber que na atualidade, a responsabilidade tende a ser

negócios, ou seja, responsabilidade social corporativa, responsabilidade social empresarial, responsabilidade social das empresas, corporate accountability, stakeholder management, ou reduzidamente, responsabilidade social. Contudo, tais terminologias costumam expressar o mesmo significado geral, ou seja, das responsabilidades da empresa com a sociedade, através das diversas relações estabelecidas entre ambas as partes, face à operação dos negócios associados à organização empresarial.

Relevando essa observação, neste trabalho optamos pelo uso do termo Responsabilidade Social Corporativa ou RSC em função de uma constatação pessoal deste pesquisador. O uso recorrente e preponderante de tal termo no meio acadêmico, na sociedade civil organizada e nos meios empresariais justifica tal escolha.

Contudo, devemos ressaltar a impropriedade de tal terminologia para designar o universo dos negócios. O termo corporativo deriva de corporações, que podem ser organizações empresariais, profissionais, religiosas, dentre outras. Como afirma Barbosa (2002, p.29-30), “pressupõem na sua origem histórica e etimológica um sentido de associação de pessoas que compartilham de um mesmo credo ou profissão, (...) que se encontram sujeitas às mesmas regras ou estatutos e são detentoras dos mesmos deveres e direitos”.

Por outro lado, devemos assinalar que HOUAISS (2001)²⁰ define corporação como “empresa ou grupo de empresas de grande porte e de forte presença em um ou mais setores da atividade industrial, comercial, agrícola ou de serviços”, o que unifica de modo qualitativo e indevido a variedade tipológica de empresas (privada, estatal, familiar, economia mista, média, pequena entre outras), cada uma guardando a sua especificidade.

Cabe ainda, ressaltar a colocação de Greenfield (2004, p.20) na qual as corporações originam-se de leis de várias jurisdições ao redor do mundo, guardando especificidades próprias e diversas. As raízes remontam ao período nos EUA em que a construção de ferrovias exigiu uma forma associativa engenhosa e capaz de amearhar muito dinheiro e ter uma administração, além do formato tradicional de negócios feitos por simples famílias ou grupo de amigos.

²⁰ Corporação, segundo Houaiss (2001):

Substantivo feminino

Rubrica: administração, termo jurídico.

conjunto de pessoas que apresentam alguma afinidade profissional, de idéias etc., organizadas em uma associação e sujeitas ao mesmo estatuto ou regulamento

Ex.: <c. de jovens do partido> <c. de engenheiros>

Derivação: por extensão de sentido.

empresa ou grupo de empresas de grande porte e de forte presença em um ou mais setores da atividade industrial, comercial, agrícola ou de serviços

Ex.: a Petrobras é uma importante c.

Carroll (1999, p.269) destaca que, até a década de 1950, o termo responsabilidade social (RS) era mais frequentemente utilizado que RSC. Provavelmente, devia-se ao fato de ainda não ter sido ocorrido ou notada a proeminência e dominância das corporações modernas. De outra forma, o autor (p.272) faz a seguinte afirmação: “it is interesting to note that the phrase ‘businessmen’ was still being used even in the mid-1960s”²¹.

Isto denota o quanto a percepção estava ligada a uma figura central, e não a uma entidade.

Nos tempos atuais, a massificação do uso do termo RSC e a sua homogeneização quanto à aplicabilidade nos diversos tipos de empresas nos induzem a pensar que isso pode representar a coerção de um discurso ideológico com vistas a consolidar um segmento empresarial específico (das corporações) junto ao coletivo social. Lembrando que o atual pensamento hegemônico tem nas grandes corporações empresariais um expressivo agente de dominação do ideário neoliberal.

A preocupação colocada é pertinente, pois, como afirma Barbosa (2002, p.35):

(...) cultura empresarial passou a identificar um determinado sistema de valores associados ao credo liberal, à discussão do tamanho do Estado e suas respectivas funções e áreas de atuação, à natureza da liberdade individual e **ao lugar e significado do mercado nas sociedades contemporâneas**. (grifo nosso)

2.2.3-Os primórdios da responsabilidade social corporativa

Até o século XIX, quem tinha a prerrogativa de conduzir os negócios de forma corporativa era o Estado ou a Monarquia, não se tratava de um interesse econômico privado. As organizações corporativas de capital aberto recebiam alvarás dos monarcas como direito à exploração e colonização, em troca de benefícios públicos. Nas colônias americanas, as primeiras corporações foram constituídas para prestar serviços de construção, transporte e infra-estrutura. A independência dos EUA trouxe modificações legais que fundamentaram, até o início do século XX, a premissa de que as corporações tinham como objetivo exclusivo a realização de lucros para seus acionistas (Ashley, 2002, p.18 e Korten, 2002, p.95-6).

Os Estados Unidos são referência no mundo da filantropia, a sua prática vai além da dimensão corporativa, deriva da herança protestante que favorecia o “espírito do capitalismo” e relaciona-se a uma cultura baseada no individualismo e na iniciativa privada, que se combinavam com o descrédito no poder do governo. A filantropia e o trabalho voluntário revelavam sua força na atitude puritana de um dos filantropos pioneiros, William Penn (1644-1718): “o melhor passatempo é fazer o bem”. Dentre os milionários americanos, os Rockefeller

²¹ É interessante notar que a frase “homens de negócio” continua sendo usada até meados dos anos 1960. (tradução nossa)

e os Vanderbilt, que inspirados na ética puritana associavam ações dessa natureza com o seu sucesso comercial (Ashley, 2002, p.18 e 87 e Garcia, 2004, p.27).

De outra forma, Greenfield (2004, p.20) afirma que, antes de 1850, o negócio privado nos EUA era pequeno e um pouco informal, pressupondo-se que atrás desse estava uma pessoa aceitando obrigações que ela ou sua empresa fazia ou não, o que implicava no risco do patrimônio pessoal. A solução para projetos em grande escala - como exemplificado anteriormente, no caso das ferrovias - foi liderado por indivíduos em detrimento de governos ou comissões especiais, o que acabou por modelar o formato corporativo, numa estrutura organizacional e econômica que rompeu com a obrigação pessoal e com o modo de administrar o negócio.

No entanto, como assinala Ashley (2002, p.18-19), duas contendas judiciais nos EUA se tornaram casos emblemáticos para a responsabilidade social corporativa. Em 1919, o caso Dodge *versus* Ford envolveu a disputa pelo uso dos dividendos. Os reclamantes, acionistas da empresa, contestaram uma decisão de Henry Ford, maior acionista e presidente da empresa. Ford, alegando objetivos sociais, ao invés de distribuir os dividendos integralmente, contrariou os interesses dos demais acionistas e usou parte em outras ações (investimentos na capacidade produtiva, aumento de salários e fundo de reserva). Naquela ocasião a decisão foi favorável aos Dodges, sob a justificativa que a corporação existe para beneficiar aos acionistas, e que os lucros são para esse fim. Dessa forma, a filantropia corporativa só poderia ser usada a favor dos lucros dos acionistas. Estava patente que a prerrogativa da direção corporativa estava limitada no que tange ao uso dos lucros.

Como aponta Ashley (2002, p.19), em 1953, outro litígio, o caso A. P. Manufacturing Company *versus* Barlow, recolocou a questão em debate. Dessa vez, a decisão judicial contrariou os interesses de um grupo de acionistas, dando parecer favorável à doação de recursos à Universidade de Princeton. A justiça reconhecia, naquele momento, a importância da inserção da corporação na sociedade e suas respectivas responsabilidades. Com isso, a corporação poderia procurar seu desenvolvimento social através da filantropia corporativa.

Esse precedente - reconhecendo a autenticidade da filantropia corporativa - serviu como forte argumento para legitimar outras ações que priorizassem objetivos sociais em detrimento ao retorno financeiro dos acionistas. Conforme destaca Ashley (2002, p.19), a responsabilidade social corporativa ganhou o palco de discussões acadêmicas e empresariais quanto à sua importância, de início nos EUA e ao final da década de 1960 na Europa.

De outra forma, Freeman e Liedtka (1991, p.92) assinalam que a idéia de RSC tem suas raízes nos escritos de Andrew Carnegie, fundador da US Steel, que articulava dois princípios que ele acreditava serem necessários para o capitalismo funcionar. O primeiro, que

o princípio da caridade requer muitos membros ricos da sociedade para assistir aos menos afortunado, incluindo-se os desempregados, os incapacitados, os doentes e os idosos. Esses não devem poder ser assistido nem direta ou indiretamente por instituições como igrejas, centros de serviços comunitários e assistência social ou outros grupos comunitários. O segundo, o princípio da administração exige negócios e indivíduos abastados para ver a si mesmos como procuradores, ou zeladores da sua propriedade. Na visão de Carnegie, o rico defendia seu dinheiro “em confiança” a favor do resto da sociedade. Ele pode usá-lo para qualquer propósito coletivo que julgue legítimo. Seja como for, é também função do negócio multiplicar prosperidade pelo aumento através de seus próprios investimentos prudentes de recursos.

O caráter filantropo da RSC nos EUA coincidiu e foi um contraposto à presença destacada do Estado em países que o regime do bem-estar social era vigente. Em países que adotavam modelos mais abrangentes de proteção social (ex.: Itália, Suécia e Inglaterra), a responsabilidade social parece estar mais relacionada à participação empresarial em ações que reforçassem à cidadania (ampliação de garantias trabalhistas, participação dos trabalhadores na gestão empresarial, adesão às campanhas de interesse social e ambiental, entre outras). Uma vertente que apontava a necessidade de humanizar as empresas. Nesse caso, a RSC assumiu um caráter mais politizado e integrado aos acordos sociais mais amplos (Garcia, 2004, 27-9).

2.3-Estado, Sociedade e Mercado

Um olhar histórico é capaz de mostrar o quão é dinâmica a organização das sociedades. Em determinados períodos, os setores que a compõem se arranjam, se modelam, se rearranjam e se remodelam, encaixando cada um desses setores num papel mais particular dentro da sociedade, ou seja, uma função social a desempenhar e uma responsabilidade respectiva.

Da época das monarquias em que os empreendimentos privados exerciam uma função social específica (ver item 2.2.3), ao advento da revolução industrial e da ciência moderna ao final do século XVIII, o setor empresarial ganhou nova vida, *status* e novo formato (de caráter produtivo). A partir dessa época até a década de 1980, a atividade empresarial se estruturou, foi modelada e se organizou num contexto em que as Monarquias ou as Nações-Estado se faziam fortes e determinantes.

Não obstante sabermos que a construção da função social a ser exercida pelo setor empresarial passe por um processo interativo com os demais setores da sociedade, é

inequívoco que a sua conformação fica delimitada pelo que representa o papel do Estado no que tange aos aspectos sociais e ambientais.

Nesse contexto, Grayson e Hodges (2002, p.63) lembram que, no século passado, os governos democráticos e as grandes empresas eram considerados com respeito e tidos como guias da sociedade. Contudo, a sequência de escândalos, corrupção e a falta de responsabilidade trouxeram a desconfiança no governo, no processo político e nas empresas. As transformações de valores, crenças, padrão de vida e opinião criaram novas expectativas, e passaram a demandar novas responsabilidades.

Dada essas considerações mais gerais, é importante que relevemos as noções de Estado e as mudanças de expectativa da sociedade no encaixe de uma função social do setor empresarial.

2.3.1-O Estado de Bem-Estar Social (EBES)

“Política social” é um termo usado de duas formas: para designar as políticas pelas quais os governos se guiam para obter o *welfare* (bem-estar social) e a proteção social²², assim como os meios²³ nos quais o primeiro é desenvolvido na sociedade. De outra forma, Silva (2004, p.32) concebe política social como “uma arena de confronto de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma da parcela do excedente econômico apropriado pelo Estado”. Isto lhe confere um caráter de constante contradição com a política econômica, mas que as duas combinadas fundamentam as duas funções básicas do Estado capitalista, ou seja, prover condições propícias ao processo de acumulação e articular mecanismos de legitimação da ordem social e econômica. De qualquer forma, tudo isto se encerra num conceito genericamente conhecido como Estado do Bem-Estar Social (EBES) ou *Welfare State*.

Contudo, *welfare* é um termo ambíguo que importa visões ideológicas divergentes. Tendo três sentidos principais, é mais comumente usado como um termo instrumental (econômico), referindo-se às escolhas que a sociedade faz para se sentir bem, ter conforto, prosperidade e felicidade. Pode tratar também de uma variedade de serviços apropriados para proteger pessoas em determinadas condições (na infância, adoentado e quando idoso), sendo equivalente ao termo proteção social usado pela União Européia. De outra forma, nos EUA, *welfare* refere-se especificamente à assistência financeira para os pobres. *Welfare* é freqüentemente associado com necessidades, mas isso vai além do que as pessoas necessitam;

²² Preocupa-se simultaneamente com os serviços sociais e o estado de bem estar.

²³ Entende-se além das ações governamentais, ou seja, como o bem estar é promovido, e as condições sociais e econômicas as quais modelam o desenvolvimento do bem estar.

para atingir um bem estar, as pessoas devem ter escolhas, e oportunidade para escolher metas e ambições.²⁴

Por conta dessa diversidade, o EBES tem sido objeto de amplos estudos, em especial na língua inglesa, que possibilitam traçar uma tipologia de regimes de Bem-Estar Social. Nesse sentido, Silva (2004, p.62-63) procurando determinar os condicionantes históricos da emergência do EBES, aponta a necessidade de superar um vazio entre a velha tradição da auto-ajuda e as novas responsabilidades pela distribuição coletiva, posto que as tradicionais solidariedade familiar e beneficência pública e privada mostraram-se inadequadas frente às transformações econômicas e sociais da Revolução Industrial. As tensões sociais devido às novas relações de produção passaram a demandar a ampliação da interferência estatal. Num primeiro momento a assistência aos indigentes. Depois o seguro social aos trabalhadores que estivessem com sua capacidade laborativa comprometida. E, por fim, a provisão estatal para contemplar todos os cidadãos, através da seguridade social. Na raiz do “Estado Social” estão os rudimentos aplicados no governo de Bismarck, na Alemanha, conforme assinala Barry (1997, p.331) e Sandroni (1994, p.127-128 *apud* Silva, 2004, p.63). Quanto a esses, Vilela (2003b) aponta o seguro de saúde para a população (datado de 1883), seguro contra acidentes (1884) e caixas de previdência para garantir assistência na aposentadoria e em casos de invalidez (1889).

Quanto à consolidação do EBES, Silva (2004, p.62) indica o pós-Segunda Guerra Mundial como período mais relevante. O contexto de memórias de um passado inseguro e do medo de novas rupturas no futuro – que provocavam um sentimento de perigo e de vulnerabilidade comuns e traziam expectativas de baixa *performance* econômica - foram determinantes para que os anseios por segurança, igualdade e liberdade do novo EBES se tornassem atrativos e pertinentes ao funcionamento da sociedade e da economia.

No entanto, o EBES se estruturou sob uma gestão keynesiana identificada com a época do capitalismo fordista, em que houve o domínio da produção em massa, do trabalho semiquualificado, da centralização do capital de larga escala e do intenso papel social e econômico do Estado intervencionista.

Nesse contexto, Silva (2004, p.63), citando Baar (1998, p.41), traz uma questão: se a ideologia ou o processo industrial e tecnológico teria sido o fator determinante na criação do EBES? Respondendo, Baar destaca a complexidade e especificidade de cada país que o faz relevar os dois elementos.

²⁴ SOCIAL POLICY. An introduction to Social Policy –. The Robert Gordon University, Aberdeen, United Kingdom. Disponível em <http://www2.rgu.ac.uk/publicpolicy/introduction/socpolf.htm> em 23/11/2004

Por outro lado, Offe (1979, p.211-219 *apud* Silva, 2004, p.64) afirma que o EBES observou pouco os dogmas dos partidos, colocando à margem as controvérsias políticas e ideológicas, mas foi um amálgama de idéias e interesses diversos que inclui a cruzada liberal que confia no individualismo como progresso humano, o tradicional conservadorismo que enfatiza o paternalismo como salvaguarda das instituições e da ordem social, e o socialismo que crê no poder benigno do governo para assumir as responsabilidades coletivas.

De certo temos que o EBES é uma resposta para os processos de desenvolvimento básicos e de longo prazo e os problemas por eles criados. Esses processos encontram-se vinculados a uma variedade de regimes de desenvolvimento (economias políticas) do EBES, que na concepção de Esping-Andersen (1990 *apud* Pierson, 1998, p.778) podem ser organizadas tipologicamente de três grupos básicos: o EBES Liberal que é dominado pela lógica do mercado, onde os benefícios são modestos e concedidos a quem justifique carência de meios, assim como nos casos dos EUA, Reino Unido, Canadá e Austrália; o EBES Conservador/Corporativista que é menos subjugado ao mercado, mas seus benefícios tendem a serem estratificados, é um regime modelado pelas tradições da Igreja e atitudes conservadoras quanto à família e ao gênero, como na França, Áustria, Alemanha e Itália; o terceiro, o EBES Social-democrata que é baseado no universalismo e usurpação do mercado, como na Noruega e Suécia.

Ainda quanto ao regime de EBES, Silva (2004, p.65) apresenta uma taxonomia que inclui novos modelos com base na concepção de outros autores, como retrata a tabela adiante.

Tabela 2.2 - Modelos de Estado do Bem-Estar Social

Esping-Andersen (1987)	Souza (1994)	Abrahamson (1992)	Titmus, Áscoli, Draibe, Vianna (1991)	Fleury (1994)	Alvarez (1994)
Liberal (EUA, Austrália, Canadá, Suíça)	Liberal (EUA, Austrália, Nova Zelândia)	Liberal (Grã-Bretanha)	Welfare Residual	Assistência Social	Residual ou de Mercado
Conservador (Alemanha, França, Itália e Áustria)	Conservador (Alemanha, França e Itália)	Corporativo (Países da Europa Central)	Welfare Meritocrático-Particularista	Seguro Social	Institucional Misto Mercado-Estado
Social-Democrata (Países escandinavos)	Democrático-Social (Escandinávia)	Escandinavo (Suécia, Dinamarca, Finlândia, Noruega)	Welfare Institucional-Redistributivo	Seguridade Social	Total ou de Welfare
	Radical (Chile)				
		Latino (Sul da Europa)			Solidário Cooperativo

(Fonte: adaptado de Silva, 2004, p.67)

Não obstante as contribuições dos diversos autores, os estudos de Esping-Andersen são destacados por Pierson (1998, p.778), Rietra (1999), Hicks e Kenworthy (2003, p.28) e Silva (2004, p.68) por considerarem sua contribuição mais consistente e abrangente para a discussão do tema, suficiente para gerar novos trabalhos a respeito.

Os argumentos a favor de uma provisão coletiva com vistas ao welfare são vários: humanitários, religiosos, mútuos interesses próprios, democráticos e práticos. É muito raro um governo não reconhecer que deva se ter um bem-estar social; contudo, as disputas se dão quanto ao que deve ser provido e como deve ser feito. Aí se estabelecem as objeções da direita radical, que alega que isso viola as liberdades pessoais, considerando redistribuição como furto e taxação como trabalho forçado. Argumentam que o desenvolvimento econômico é mais importante para o bem-estar social que provisão social, acusando o estado de bem-estar social de fomentar a dependência e prender as pessoas na pobreza.²⁴

A idéia de *welfare state* significa diferentes coisas em diferentes países. Nesse contexto, existem três tipos básicos de regime *welfare*: o corporatista, baseado na contribuição individual (ex. Alemanha); o social democrata que presa os valores universais; e o liberal, que tende a ser residualista, ou seja, para os pobres (ex. países de língua inglesa).²⁴

No caso dos países em desenvolvimento, o problema central é a pobreza. De acordo com Dreze e Sen²⁵ (1990) a pobreza se origina não na falta de recursos, mas na falta de acesso a direitos. Desenvolvimento econômico é essencial para *welfare*, pois produz bons produtos, promove a integração e interdependência, e estende os direitos ao povo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento produz vítimas, torna o pobre vulnerável, erradica modos de vida, e pode consolidar uma polarização social.²⁶

2.3.2-A sociedade induzindo mudanças

As sociedades dos países desenvolvidos desfrutavam de um EBES, mesmo com as críticas que pudessem ser apontadas a cada tipo. Porém, alguns de seus segmentos se mobilizavam pela luta por outras causas que não as sociais. Ao final da década de 1960, emergiram os movimentos ambientalistas acirrando-se as preocupações com o meio ambiente.

Nos países periféricos e semiperiféricos, não menos importante foi a mobilização de alguns setores da sociedade, conhecidos como movimentos sociais, que se caracterizavam mais pela luta de uma cidadania plena (direitos sociais e políticos).

Embora, naquela época, estivessem ocorrendo debates a respeito do meio ambiente e desenvolvimento no contexto mundial (ver item 2.1), há de se destacar esses dois movimentos

²⁵ Amartya Sen, economista indiano ganhador do Prêmio Nobel da Economia em 1998.

²⁶ THE WELFARE State. An introduction to Social Policy –. The Robert Gordon University, Aberdeen, United Kingdom. Disponível em <http://www2.rgu.ac.uk/publicpolicy/introduction/wstate.htm> em 23/11/2004

pela força da mobilização e pela amplitude que atingiram. Podemos considerá-los como fundamentais na indução de uma nova ordem social mundial.

2.3.3-O Estado regulador ambiental e o “NEBES”

Fora de dúvida que a percepção sobre o valor da variável “meio ambiente” possa ser discutida, mas o importante é reconhecer o significado da sua incorporação nos estatutos de uma nação.

Nesse sentido, o Estado passou a dar relevância aos problemas ambientais nas discussões políticas, introduzindo dispositivos legais que impuseram restrições à operação das empresas, em especial do setor industrial, reconhecidamente o principal agente dos acidentes ambientais.

Callenbach *et al.* (1999, p.26) destacam como marco a criação, nos EUA, na década de 1960, da Agência de Proteção Ambiental, da Lei do Ar Puro e da Lei da Água Pura. Os autores assinalam ainda, que nos anos 1970, intensas batalhas judiciais se deflagraram por conta da reação do setor industrial.

No início da década de 1970, o contexto mundial absorvia a questão ambiental na sua agenda - o Relatório do Clube de Roma e a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, em Estocolmo, em 1972.

Apesar de, naquela oportunidade, os problemas sociais e políticos fossem a maior demanda, o Estado, em países como o Brasil, introduziram também a questão ambiental nas suas políticas. Não sob a mesma ótica que os países industrializados, mas “à frente da bandeira ‘desenvolvimento com baixo custo ecológico’, o Brasil retorna de Estocolmo mais decidido do que nunca a dar prosseguimento à sua arrancada desenvolvimentista.”²⁷

Num mundo marcado pela bipolarização de países desenvolvidos e em desenvolvimento, no âmbito desses últimos entendia-se que a questão ambiental era um pretexto dos primeiros para obstaculizar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Acreditava-se que o desenvolvimento econômico e social a partir da industrialização era possível e necessário, dependia da vontade política e de planejamento estatal.

A criação, em 1975, de uma Política Nacional de Meio Ambiente com órgãos como a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA (hoje, IBAMA), ligada à Presidência da República, a CETESB (atual Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) em São Paulo e a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente) no Rio de Janeiro, expressava esse pensamento.

²⁷ Ver em http://www.feema.rj.gov.br/conheca_a_feema.htm, disponível em 06/07/2005.

O gradativo enfraquecimento de regimes ditatoriais em diversos países do Terceiro Mundo permitiu uma maior participação da sociedade civil, estendendo suas lutas para as causas ambientais numa perspectiva que criticava o modelo de desenvolvimento econômico-industrial vigente.

Podemos ilustrar a consolidação dessa percepção com a Constituição brasileira de 1988, que incorporou o meio ambiente na Carta Magna do Brasil como elemento fundamental à vida da nação.

Outro fato importante foi a mudança de filosofia das agências reguladoras em países desenvolvidos na implementação da política ambiental. Nos EUA, a Agência de Proteção Ambiental que centrava sua ação em mecanismos de comando e controle até a década de 1980, passou a utilizar instrumentos econômicos de mercado, com taxas impostas às empresas e que variavam em função das quantidades incrementadas de poluição produzida.

Isso significa dizer que, os Estados, nos seus diversos níveis e em cada país, têm sofrido reformulações no sentido de se aparelhar adequadamente para lidar com um assunto tão complexo como o meio ambiente.

Considerando que o estado moderno corporifica os resultados de movimentos sociais que lhe dá a sua forma²⁸, Dryzec *et al.* (2002, p.659) procuram investigar a perspectiva de uma terceira transformação: o desenvolvimento de um *green state* feito possivelmente pela incorporação do ambientalismo.

Dryzec *et al.* (2002, p.659) aponta duas grandes transformações anteriores: 1-a criação do estado liberal devido ao movimento da burguesia contra a aristocracia, monarquia e teocracia; 2-a criação do welfare state em função dos movimentos de classes trabalhadoras organizadas contra o capitalismo desenfreado.

As três transformações são sumarizadas na tabela adiante.

²⁸ Dryzec *et al.* (2002, p.659) aponta duas grandes transformações: 1-a criação do estado liberal devido ao movimento da burguesia contra a aristocracia, monarquia e teocracia; 2-a criação do welfare state em função dos movimentos de classes trabalhadoras organizadas contra o capitalismo desenfreado.

Tabela 2.3 – Três transformações do Estado

Tipo de Estado	Movimentos incorporados	Imperativos do Estado
Início da modernidade	Nenhum	Ordem nacional, costumes, rendimento público
Capitalismo Liberal	Início da esfera pública burguesa	Ordem nacional, costumes, rendimento público, crescimento econômico
Bem-estar Keynesiano	Sindicatos, partes socialistas	Ordem nacional, costumes, rendimento público, crescimento econômico, legitimação
Verde	Ambientalismo	Ordem nacional, costumes, rendimento público, crescimento econômico, legitimação, conservação

(Fonte: adaptada da tabela 3 de Dryzec, 2002, p.664)

Como objeto de estudo os autores selecionam os EUA, Noruega, Alemanha e Reino Unido, por considerarem que esses países mais se aproximam do tipo ideal de orientação de sociedade civil²⁹.

Numa escala que releva o grau pelo qual os países conseguiram uma forte modernização ecológica e subpolíticas associadas, e pela implicação do grau de conexão revelado entre os movimentos ambientalistas interessados e o âmago dos imperativos estatais, a Alemanha está na frente, seguido da Noruega, depois o Reino Unido, e por fim, os EUA, que perdem o *status* de pioneiros quanto ao meio ambiente (Dryzec *et al.*, 2002, p.661;678-679).

Os autores concluem que a conexão com o ambientalismo está condicionada à presença de uma esfera pública de oposição ativa, como na Alemanha. A modernização ecológica na sua forma frágil³⁰ não necessita dessa esfera, como na Noruega, o que faz os autores hesitarem em descrever um estado que procura essa forma como um estado verde.

Os destaques acima não têm por objetivo estabelecer um registro preciso do papel do Estado como regulador ambiental, mas o de enfatizar a necessidade da sua função frente às

²⁹ Para Dryzec *et al.* (2002, p.659-660) a classificação de estados tem duas dimensões. Na primeira, os estados podem ser *exclusivo* ou *inclusivo* no sentido dos interesses sociais. Os estados exclusivos (Alemanha e Reino Unido) limitam o efeito representativo para as escolhas de minorias, negando acesso para outros, exigindo ao menos alguns atores estejam reunidos em grandes corporações. Os estados inclusivos (EUA e Noruega) são abertos a uma faixa larga de interesses, igualdades de pensamento de acesso e influência não são requeridos. Na segunda dimensão, estados podem ser *passivos* ou *ativos* em suas orientações para quem busca ser representado. Um estado ativo (Noruega e Reino Unido) é prescritivo quando se aproxima das características de interesses que são organizados na sociedade civil e tenta assumir o conteúdo e o poder político desses interesses. De modo contrário, o estado passivo (EUA e Alemanha) se aproxima do âmbito das organizações e movimentos da sociedade civil, e não tenta promover ou impedir a competência de grupos particulares.

³⁰ Segundo Christoff (1996 *apud* Dryzec, 2002, p.667), a modernização ecológica compromete-se a continuar com o crescimento econômico sem romper com a política econômica do capitalismo liberal. Nesta visão, o descarte da crítica radical, das estruturas organizacionais informais e dos protestos políticos a favor do pragmatismo e profissionalização é tomada seriamente pelo governo e o negócio.

questões e desafios que são colocados para a sociedade. Tal como acontecera na época da industrialização que trouxera mudanças buscas nas relações de trabalho, na estrutura social, nas expectativas da população, dentre outras, que atingiram normativas legais e regulatórias, e, sobretudo desencadearam um reposicionamento e reaparelhamento do Estado, estamos diante de um fenômeno semelhante.

Ousamos afirmar que a noção de EBES, antes restrita aos seus diversos tipos e vinculada às questões intrinsecamente sociais, expande-se dando um passo seguro na direção do meio ambiente, por considerá-lo como elemento fundamental à vida biológica e cultural, dando contorno a um “NEBES”, ou seja, a um Novo Estado de Bem-Estar Social.

2.3.4-O mercado se reposiciona no contexto institucional

No contexto acima descrito, está inserido o empresariado, um sujeito que, segundo Capellin *et al.* (2002, 254-255), está

em contínua tensão entre: a) sua visão “individualista”, segundo a qual organiza seus bens e meios produtivos(...); b) a necessidade de definir um modelo de “organização” para levar à frente seus projetos, para ter apoio político e financeiro e para influenciar a política geral segundo seus interesses; c) a necessidade de firmar sua “legitimação” para justificar socialmente sua riqueza e seu poder face às profundas desigualdades distributivas presentes na sociedade.

Os autores colocam, como hipótese, que até a década de 1980 ocorria uma espécie de “autolegitimação” social das atividades empresariais, pois prevaleciam duas crenças de diferente ordem, mas interligadas. A primeira assume que ao Estado cabe principalmente estruturar e satisfazer as demandas da coletividade quanto à educação, à saúde e à segurança, além de implementar políticas de desenvolvimento capazes de reduzir as disparidades sociais. Decorre disso o entendimento que aos empresários cabe somente produzir e dar empregos. Dessa forma, qualquer iniciativa social por parte dos empresários deve-se somente às suas sensibilidade e generosidade pessoais. A segunda crença se fundamenta na certeza que produzir significa automaticamente desenvolver, considerando que se a economia de um país cresce, os níveis de educação, renda e participação no consumo aumentam melhorando a qualidade de vida da população em geral.

Soma-se a essas uma nova crença, ditada por uma ideologia hegemônica neoliberal que se deflagra num processo em nível mundial, conforme destaca Santos (2002, p.27-30). A partir do Consenso de Washington, vem sendo imprimindo mudanças estruturais na qual a política de minimização do papel do Estado e a valorização dos direitos privados constituem o pilar mestre. Dessa forma, as políticas sociais seriam reduzidas ao mínimo, perdendo o caráter de universalidade e transformando-se em medidas compensatórias para aqueles que

estivessem vulnerabilizados pela atuação do mercado. De outro modo, as empresas multinacionais assumiriam um importante papel na estrutura institucional internacional.

Os países periféricos e semiperiféricos, que nunca desfrutaram de um EBES, ficam mais frágeis diante dessa investida neoliberal. Nem mesmo países tradicionalmente fortes, econômico e socialmente falando, escapam de reestruturarem suas políticas para abrir espaço para o mercado. Chossudovsky (1997, p.18 *apud* Santos, 2002, p.31) exemplifica com a pressão exercida contra a Suécia e Canadá. A nota baixa da empresa Moody's à dívida pública desses países visou induzir o corte nas despesas sociais. Vilela (2003a e 2003b) noticiou as mudanças aprovadas pelo governo da Alemanha, com vistas a reduzir benefícios sociais, num país em que o "Estado social" tem suas raízes fincadas no final do século 19.

No tocante à regulação do Estado sobre as questões ambientais, as pressões não se fazem menor.

Amy (1990, p.57-79 *apud* Demajorovic, 2003, p.58) assinala que, na década de 1980, o empresariado dos EUA investiram na formação de grupos de pressão para deter a expansão de normas e padrões ambientais mais rígidos.

No Brasil, as grandes lideranças nacionais do setor industrial se mobilizam intensamente na tentativa de alterar as normas e regulamentações legais vigentes, que, sob um enfoque econômico, representam em última instância impedimentos ao domínio das decisões e ao lucro fácil e exorbitante. Os argumentos ora se fundamentam num conceito de desenvolvimento sustentável, ora no combate à pobreza, e por vezes na tradicional visão de desenvolvimento.

No Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) lidera um movimento de reformulação do processo de licenciamento ambiental. A despeito de um eventual anacronismo da legislação respectiva e os obstáculos decorrentes, o CEBDS exerce pressão para desembaraçar o processo, lançando mão de argumentos acessórios que desconsideram a raiz das questões colocadas, conforme as afirmações do Presidente Executivo do conselho, Fernando Almeida:

(...) ao mesmo tempo em que o país se conscientiza da necessidade de fazer face à situação de seus 50 milhões de miseráveis e cria programas como o Fome Zero, **o emperramento dos sistemas de licenciamento induz à fome**. Sem exagero, podemos afirmar que em alguns estados os sistemas de licenciamento se tornaram de tal forma emperrados, que a obtenção de uma licença para iniciar ou ampliar uma atividade pode levar anos. Os empreendedores, em muitos casos, desistem ou mudam de local e até de país. **Limita-se assim a geração de emprego e renda, indispensável para tornar sustentáveis os programas sociais de combate à miséria**. Não se trata, é claro, de defender o fim do licenciamento, mas sim de torná-lo mais transparente, ágil e eficaz (Almeida, 2003). (grifo nosso)

Almeida (2003) considera ainda, que “um país com 50 milhões de miseráveis não pode se dar o luxo de perder, sem uma boa razão, um emprego, um investimento, uma oportunidade”.³¹

De outra forma, o presidente do CEBDS reafirma a tradicional crença técnico-cientificista como solução aos problemas e desmerece que os valores atualmente em discussão, inclusive a ciência, passam por um candente processo de reflexão à busca de uma nova racionalidade, como afirma Leff (2004, p.155-166). A ideologia é colocada com um caráter negativo.

Ao mesmo tempo em que, a cada dia, aparecem **novos assuntos de manejo técnico- científico** desconhecidos ou delicados **em termos de resposta**, um novo ator apareceu no cenário a partir da Constituição de 1988, com o fortalecimento e a importância que ganhou o Ministério Público. Este tem aprofundado o exercício da democracia e da cidadania em vários setores, **mas na área ambiental**, em muitos casos, **prima suas decisões mais pelo viés ideológico que pela base científica**. (grifo nosso)

Reafirmando essa questão do licenciamento, Godoy (2004), presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) traz sua contribuição:

(...)No baralho, foram misturados **interesses políticos e sociais, alheios aos preceitos técnicos** que deveriam permear processos de licenciamento (...)trazer de **volta à esfera técnica** e administrativa os casos que tramitam na Justiça, em um **esforço para “desjudicializar” e “despolitizar” o processo**; padronizar e racionalizar procedimentos onde for possível; estabelecer critérios para renovar licenças em empreendimentos de infra-estrutura já instalados e em operação; estabelecer uma cooperação maior entre os diversos agentes responsáveis pelo licenciamento ambiental nas esferas federal, estadual e municipal; **definir padrões razoáveis para a compensação ambiental** (...) (grifo nosso)

Esse movimento é percebido pelos demais setores da sociedade, conforme afirma Bonfim (2004):

(...)a **reestruturação do** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (**Ibama**), órgão responsável pela fiscalização ambiental do país, **promete ser acelerada devido à pressão de empresários** (...) que **consideram** instrumentos constitucionais, como o **licenciamento ambiental, entraves ao desenvolvimento** do país e **responsáveis por inúmeros prejuízos financeiros ao setor privado**(...) Coincidência ou não, desde então, porta-vozes de **grandes empresários contam com um espaço generoso na grande imprensa** para denunciar os supostos entraves impostos pela área ambiental do governo à implementação de um conjunto importante de obras de infra-estrutura, que poderia ajudar a desencadear o tão esperado espetáculo de crescimento econômico do país, declara o Instituto Socio-Ambiental (ISA). A **campanha pela desburocratização** do processo de licenciamento, que pode incluir facilmente o **afrouramento das normas** para a concessão da licença, está sendo **empreendida principalmente pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABIDB)**. (grifo nosso)

³¹ Seminário “O Impacto Econômico do Licenciamento Ambiental e a sua Sustentabilidade no Brasil”. 18 de agosto de 2003.

Em função de recentes discussões sobre tentativas de mudanças na legislação brasileira para legitimar a implantação de empreendimentos industriais e imobiliários em Áreas de Proteção Permanente (APPs), identificamos contestações semelhantes de Cortez (2005) e Pinho (2005), respectivamente:

Já reafirmamos nossa posição em diversas oportunidades, mas como a **ameaça continua**, achamos necessário destacar que continuamos a questionar esta **proposta de resolução**, não apenas porque **não estamos convencidos de suas boas intenções**, como também porque não concordamos com o princípio de regulação do fato consumado. Em outra frente, **o setor elétrico está em franca campanha pelo enfraquecimento dos processos de licenciamento**. Nos últimos anos acompanhamos uma **crescente “satanização” da legislação ambiental e dos órgãos ambientais**. O argumento de que o cuidado ambiental “**prejudica**” o desenvolvimento é particularmente utilizado pelo setor energético e pelos grandes riscos industriais. É uma estranha, se não inacreditável, coincidência que estes esforços pelo enfraquecimento do licenciamento ambiental e pela a criação de “**facilidades**” na supressão das APPs estejam ocorrendo ao mesmo tempo. E, nos dois casos, capitaneado pelo MME. O CONAMA, na nossa percepção, articula uma resolução que é uma clara ameaça às APPs, na exata forma e medida dos **interesses econômicos, ocultos sob um aparente interesse social**. (...) **A proposta de resolução é a materialização de um sonho para as empreiteiras, mineradoras, geradoras e distribuidoras de energia, e outros “patrióticos” setores que desejam o nosso saudável desenvolvimento, tendo o lucro fácil apenas como objetivo secundário**. Nossa história de uso insustentável e ganancioso dos nossos recursos naturais prova que não é assim que funciona. (...) **cada dia, percebemos maior e mais eficaz pressão pela irrestrita exploração dos recursos naturais em prol de uma política desenvolvimentista de curto prazo**, sem qualquer compromisso para com as gerações futuras. Do mesmo modo **como aconteceu na tentativa de alteração do Código Florestal**, devemos nos articular e pressionar, ou sofreremos mais uma severa derrota, como várias outras ao longo dos últimos cinco anos. De qualquer forma, **continuamos a questionar a quem serve, de fato, tal proposta de resolução**. **Aos interesses maiores da sociedade brasileira estamos certos não é.** (grifo nosso)

Em uma época em que o povo brasileiro tem suas preocupações voltadas para os recentes escândalos oriundos de fatos gerados pelo ambiente da política nacional, a **sociedade deixa de perceber um duro golpe** que está na iminência de ser desferido **contra seus valores fundamentais**. A proposta sustentada pelo **Conama concede privilégios dos quais se beneficiam só segmentos do setor econômico**. Refiro-me à proposta de resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que visa a efetuar **alterações substanciais nas normas referentes a áreas de preservação permanente (APPs), estabelecidas pelo Código Florestal** e por outros diplomas legais. O texto, aprovado em plenária daquele conselho em 18 de maio, em Campos do Jordão (SP), tem aspectos preocupantes e, com o objetivo de regulamentar atividades, **contribuirá para a degradação do meio ambiente**. (...) Há vários pontos preocupantes no projeto do conselho. O texto proposto define de maneira inadequada e equivocada o que seriam “atividades de baixo impacto” (e, portanto, permitidas nas APPs). Também **legitima a implantação de áreas verdes públicas urbanas mediante a sobreposição de áreas de preservação permanente** (isto é, o cômputo das APPs no total de áreas verdes, com a conseqüente redução destas últimas), **beneficiando os interesses de empreendedores imobiliários, entre outros agentes**. Graves falhas existem, ainda, no tocante à regulamentação das atividades de mineração e regularização fundiária. (grifo nosso)

Apesar dessas pressões e da tendência para a desregulamentação e a diminuição da intervenção estatal na economia, Demajorovic (2003, p.56-7) considera que não se vislumbra nenhuma perspectiva de redução de custos para as empresas, uma vez que a regulamentação ambiental não tem seguido o mesmo padrão. Tanto o escopo como a intensidade das regulações ambientais são crescentes, mesmo em países considerados símbolos da reforma neoliberal.

Dois aspectos contribuem sobremaneira para isso, a exigência de equipamentos de controle de poluição mais sofisticados e a responsabilização das organizações de negócio na remediação de áreas contaminadas ou degradadas, sem que desprezemos os instrumentos econômicos. Outro fato relevante é a expansão das organizações não-governamentais.

De fato, segundo Demajorovic (2003, p.59), “os problemas socioambientais gerados pelo setor industrial constituem um desafio complexo e multifacetado, que exige mais do que alternativas tecnológicas rígidas para sua superação”.

Arrematando, o autor questiona, “é possível modificar a forma de construção da racionalidade técnico-industrial para que atenda às demandas desse novo cenário? É viável que o processo de tomada de decisão nas organizações considere uma efetiva remoção das causas e não apenas o tratamento dos sintomas?”

2.3.5-Revolução de valores e nova ordem social

Os valores e os conceitos em que as pessoas acreditam, assim como seu padrão de vida e suas opiniões com as quais avaliam os outros têm sofrido mudanças bruscas nos últimos tempos.

Se junta a isso, ou decorre-se de parte disso, a reestruturação da ordem social. Da tradicional estrutura social, onde o Estado e o Mercado eram considerados os pilares, os novos tempos indicam a formação de uma nova ordem social, favorecida pela incapacidade do EBES e o apogeu do liberalismo, com a concepção do Estado mínimo. (Neto e Froes, 2001a, p.1-8)

Grayson e Hodges (2002, p.63-7) apontam a queda da credibilidade nas instituições como fator importante nesse processo.

Nos EUA e países da América Latina, os gráficos adiante indicam essa tendência.

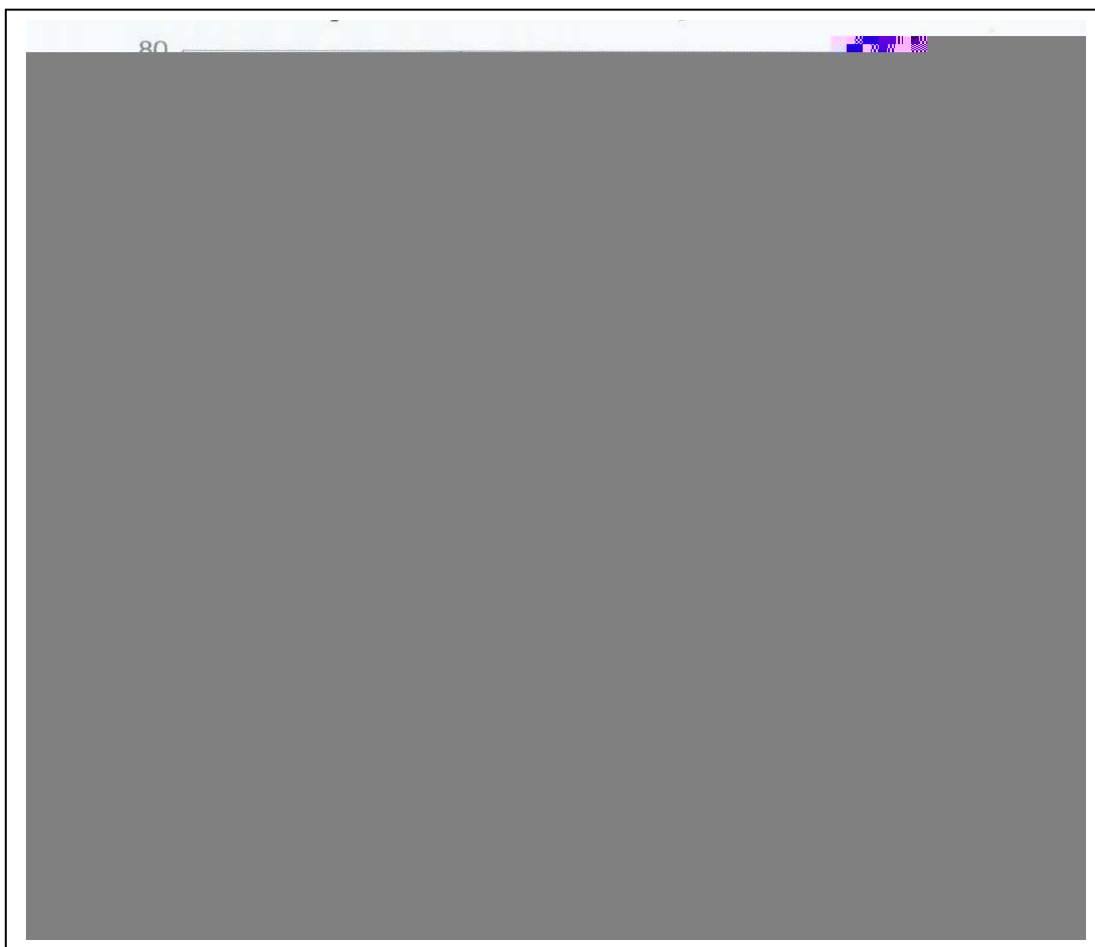


Figura 2.1 – Confiança do público nas instituições dos EUA – KPMG-1997
(Fonte: adaptado de Grayson e Hodges, 2002, p.65)

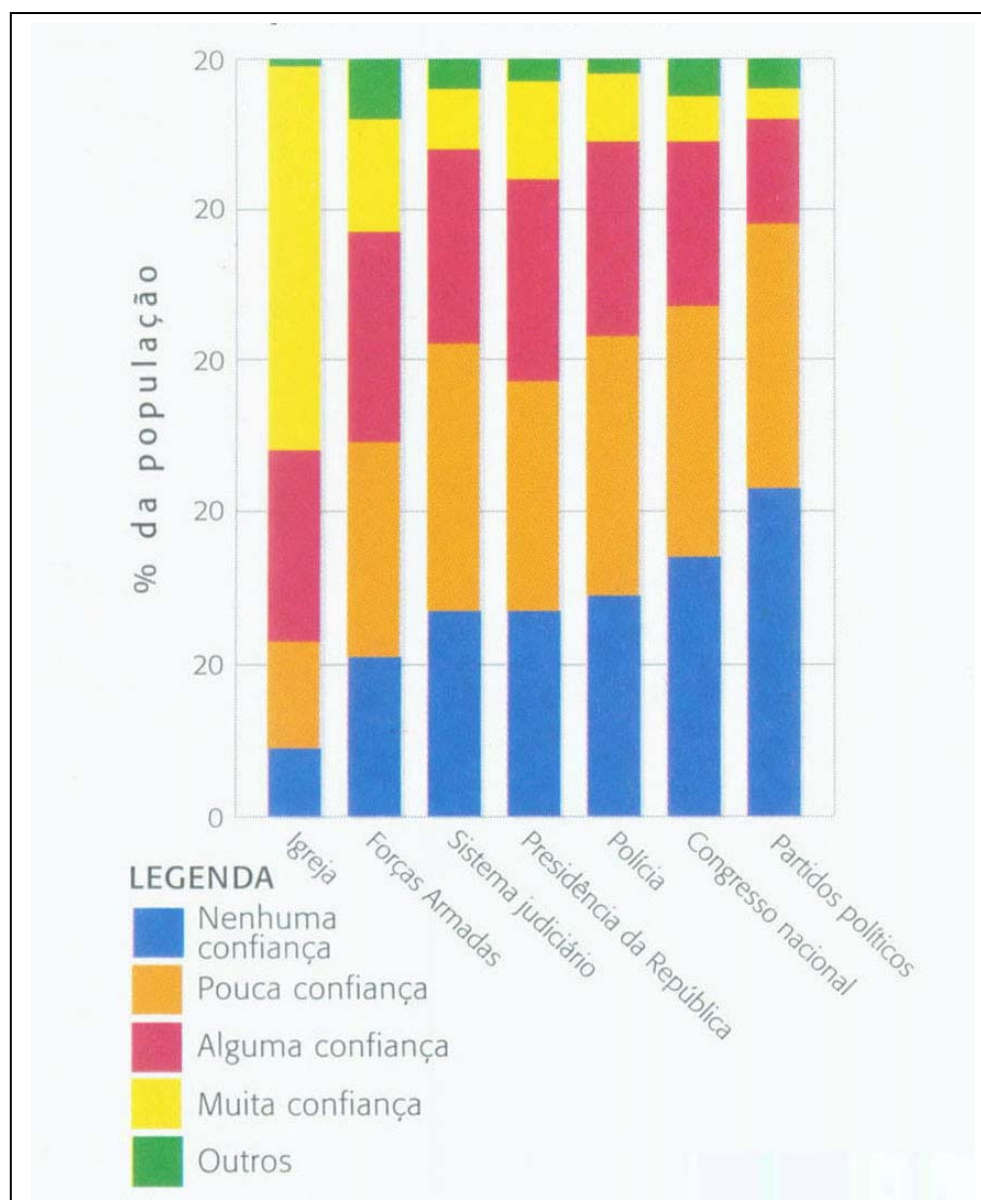


Gráfico 2.2 – Confiança do público nas instituições na América Latina – Latinobarometro 2000
(Fonte : Adaptado de Grayson e Hodges, 2002, p.64)

Atribui-se a isso a vigilância crescente em instituições que tiveram o poder por muitos anos. Apesar da queda de confiança em geral, as pessoas continuam com expectativas em relação a quem deve assumir a liderança e com que objetivo. Nesse sentido, Grayson e Hodges (2002, p.64-5) indicam que é o governo quem deve assumir a liderança para atingir metas nacionais. Contudo, não existe consenso se essas metas devam ser meramente econômicas ou devam concentrar em questões sociais e ambientais. O gráfico 2.3 adiante expressa a expectativa quanto à liderança.

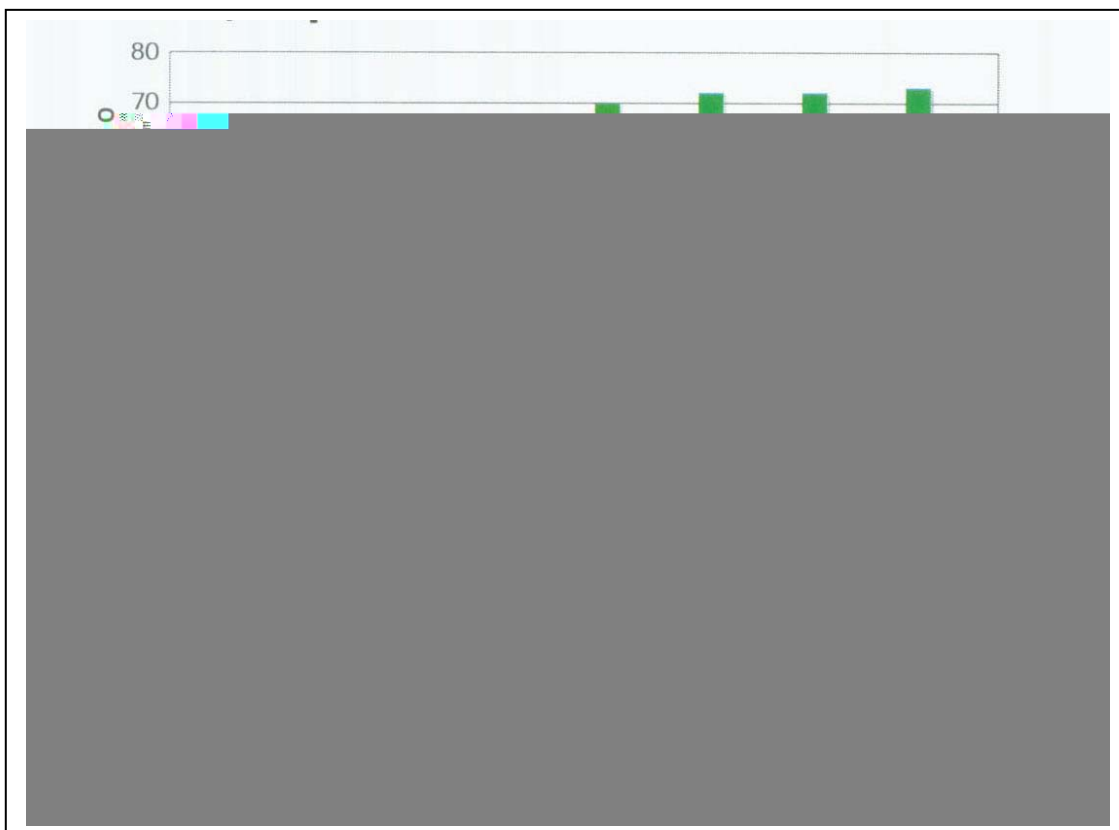


Gráfico 2.3 – Liderança esperada

Pesquisa do Milênio sobre Responsabilidade Social das Empresas, Environics International, 1999

(Fonte : adaptado de Grayson e Hodges, 2002, p.64)

Dados de 2004 confirmam a desconfiança na classe política³². Pesquisa conduzida pelo Instituto Gallup Internacional indica um quadro mundial de desconfiança, no qual na América Latina os números são mais acentuados. No Brasil, 89% dos entrevistados com idade entre 16 e 19 anos no Brasil consideram os políticos desonestos. Os entrevistados na mesma faixa etária consideram que 70% dos políticos não são éticos. O ceticismo de adultos brasileiros em relação aos políticos é um pouco menor que o dos jovens: 80% dos pesquisados em geral consideram a classe política desonesta. O índice brasileiro fica abaixo da cifra da América Latina de um modo geral, onde 87% consideram os políticos desonestos, que é a cifra mais alta em todo o mundo.

Com relação à classe empresarial, 76% dos jovens brasileiros acreditam que eles concentram poder e responsabilidades e 72% consideram que os empresários atendem às pressões de grupos poderosos.

³² Ver em *Só um em cada dez jovens brasileiros confia em políticos, diz pesquisa*, disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041118_jovensbrasileirosbg.shtml em 18/11/2004

No caso de países da América Latina, é contrastante a pouca confiança na classe política e no governo e a expectativa quanto a quem deva liderar.

O desejo é que o Estado cumpra as funções a que está concebido. Por outro lado, deve-se reconhecer que as falhas têm vinculação direta com o processo político representativo. Dessa forma, é necessário considerar as perspectivas quanto à estrutura política, posto que essa pode representar as tendências de ajustes na conformação e atuação socioambiental do Estado.

No caso do Brasil, Abranches (2004) afirma que "é boa notícia saber que renovaremos, quase integralmente, nossa elite política. Mas não há garantia alguma de que a elite emergente esteja à altura dos desafios que enfrentará". Analisando o perfil das lideranças políticas emergentes que dominarão o cenário nacional até 2010, o cientista político destaca que a nova elite não tem formação política democrática, embora deva seu sucesso à democracia. Há motivos de suspeitas sobre a sua representatividade já que os políticos atuais possuem visões tribais e corporativas – os canais de recrutamento são os sindicatos, entidades patronais, movimentos sociais e igrejas -, em detrimento do político ideal que deva ser genérico, ou melhor, pluralista. Cria-se, assim, uma perspectiva em que serão dominantes as visões segmentadas do mundo e do país, o que não representa um recorte pluralista da sociedade.

Esta situação se insere no conceito da governabilidade política, a qual se refere às condições sistêmicas de exercício do poder da autoridade política.

Podemos justapor à governabilidade a noção de *governança*, uma perspectiva em que o Estado já não tem por missão servir toda a sociedade, mas fornecer bens e serviços a interesses setoriais e a clientes e consumidores. (Silva, 2004, p.37)

Por outro lado, Cassen (2001, p.24 *apud* Silva, 2004, p.37) alerta que a adoção desse conceito representa uma armadilha ideológica, pois se trata de uma roupagem institucional dos planos de ajustamento estrutural do Estado sob os auspícios do Consenso de Washington, "é um instrumento ideológico da política do Estado Mínimo". Segundo o autor, esse modelo importa numa grande contradição, já que se propõe a alargar a democracia à sociedade civil, quando esta é precisamente um conjunto de relações no qual os indivíduos não são cidadãos, mas simples vetores de interesses particulares, o que cruza com a tese de Abranches a respeito da segmentação da representatividade política.

O desdobramento "provocativo" dado a partir do contraste entre expectativa e confiança no governo tem por objetivo exemplificar como as questões impõem um cenário complexo de se entender e de se achar soluções prontas e fechadas. No entanto, é capaz de remeter a um ponto colocado no início deste item, a reestruturação da ordem social.

Tomando ainda, as considerações feitas anteriormente a respeito dos movimentos sociais e ambientalistas que se fundem gradativamente numa perspectiva socioambiental, constata-se o advento de uma mudança radical nas relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

De acordo com a concepção offiniana³³, é uma “nova ordem social” que emerge, tendo como base a estruturação e o funcionamento do Terceiro Setor. Esta nova ordem social se fundamentaria nas seguintes características:

- predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial;
- mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo;
- surgimento de uma nova concepção de Estado;
- substituição da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social;
- surgimento de novas instituições sociais;
- diminuição da influência da burocracia estatal e aumento da influência das entidades comunitárias;
- abertura de novos canais de reivindicações sociais; e
- emergência de redes de solidariedade social. (Neto e Froes, 2001b, p.2)

Sobretudo, estaria consagrada a substituição de um Estado forte e de um Governo forte por uma ação comunitária forte, atuante, reivindicatória e mobilizadora. Segundo Neto e Froes (2002, p.4) o que está em cena é a busca de um novo modelo de desenvolvimento para contrapor ao atual modelo que

é excludente, hegemônico, perverso e desigual. É necessário criar um novo modelo de desenvolvimento: um desenvolvimento humano, social e sustentável. Um modelo centrado no cidadão comum, o cidadão das ruas, que trabalha no governo, na iniciativa privada, como profissional liberal, que vive na cidade e no campo.

Outra é a visão de Silva (2004, p.149) quanto à dita nova ordem social. O autor afirma ser indevido o uso da designação, uma vez considera que não se alteram os fundamentos da ordem burguesa; não são esclarecidas a “nova concepção de Estado”, generaliza-se o “interesse social” numa idéia que é supostamente coeso e homogêneo como se não existissem antagonismos sociais, dentre outras críticas.

Embora reconheça a crescente importância do terceiro setor no âmbito da gestão da reprodução social, não vê razões para supor que os principais problemas sociais sejam equacionáveis por esse segmento da sociedade civil.

Segundo Montañó (2002, *apud* Silva, 2004, p.150), “*terceiro setor* é um conceito ideológico, subproduto da estratégia neoliberal, cumprindo uma função ideológica, mistificadora e encobridora do real, que facilita a maior aceitação das contra-reformas liberais”.

³³ Designação utilizada para se referir à concepção dada pelo sociólogo alemão Claus Offe.

2.3.6-O mercado numa nova função social?

No entanto, nesse rearranjo social, o empresariado torna-se figura fácil. Para isso, cabe lembrar a sua necessidade de “legitimação” social, que fica subordinada à interpelação da empresa pela sociedade, em especial pelas organizações civis socioambientais, sindicais, feministas e de negros, e associações de consumidores, dentre outras, quanto às funções por esta desempenhada, razão pela qual há uma procura de combinação do sucesso empresarial com uma conduta socialmente responsável.

Afinal, segundo Cappellin (2002, p.255), a busca de eficiência e excelência empresarial não se satisfaz mais com

a tradicional alquimia do cálculo custo benefício com o aumento de produtividade e a ampliação das vendas de mercado. Os critérios de avaliação do sucesso empresarial começam a incorporar dimensões que estão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Pode-se dizer, (...) que a eficiência não é só “fazer as coisas bem”, segundo as regras de mercado, mas é “fazer as coisas boas”, segundo princípios éticos.

Extrapolando das tradicionais concepções quanto a sua função social³⁴, as empresas se apresentam como imbuídas de um espírito de cidadania empresarial, de princípios éticos e de preocupação com a preservação do meio ambiente.

Embora a concepção offiniana considere o predomínio da ação comunitária sobre a ação empresarial na idéia da tri-setorialidade, é através da primeira, principalmente, que a empresa se articula e aspira se legitimar como agente e principal ator social, alcançando um lugar de destaque na nova estrutura social que se delineia, em contraposição à visão de Offe quanto a quem cabe o papel principal nesse processo.

Algo diferente do significado de comunitário considerado por Offe, no universo empresarial entende-se a comunidade de várias formas, dentre as quais se inclui a primeira idéia, além da comunidade interna (funcionários) e internegocial (fornecedores, clientes e consumidores).

Fora de dúvida que não devemos desconsiderar que esse caminho atenda a um interesse concorrencial de mercado, pois a empresa não pode mais se manter fechada, isolada e rígida, devendo procurar abrir canais de interlocução, tanto no que diz respeito aos atores sociais que atuam no seu interior quanto aos que pertencem ao ambiente externo (parceiros comerciais e sociedade).

Diante da impossibilidade de se mudar a racionalidade do sistema econômico, ou seja, a sua própria racionalidade, Neto e Froes (2001a, p.6:8) afirmam que a solução encontrada para atenuar os efeitos e riscos sistêmicos da lógica econômica globalizante é a criação de

³⁴ Friedman - direitos de propriedade e Leavitt – função institucional.

uma “nova racionalidade social”, que, porém, deve se submeter a alguns imperativos básicos como: prescindir do poder do Estado; preservar o poder e autonomia das empresas transnacionais; e, manter e submeter-se ao processo de globalização produtiva e financeira.

Refém de tais imperativos, os quais paradoxalmente são as causas da sua própria racionalidade interna, essa nova racionalidade social procura se impor sob os auspícios dos seguintes princípios:

- As empresas como principais agentes;
- Foco na comunidade e não na sociedade;
- Ênfase na prática da solidariedade empresarial e não local ou regional;
- Desenvolvimento da comunidade a partir das ações sociais empresariais;
- A empresa como grande investidor social, e não o Estado ou a sociedade.

Hoje o elemento inovador seria a ação social das empresas devidamente articulada com governos locais, organizações não-governamentais e entidades comunitárias. É nesse contexto que a empresa emerge como o “grande investidor social” e principal agente de desenvolvimento, tornando o Estado e a Sociedade agentes secundários no processo de exercício da responsabilidade social e da cidadania coletiva.

Dão também sustentação a essa visão alguns argumentos que dizem que as empresas têm obrigações morais com a sociedade, ou seja, que os benefícios materiais de sua ação atinjam diretamente os mais diversos setores da sociedade, assim como justificativas que as empresas devam atender às demandas da sociedade.

Dessa forma, o universo social se impregna de palavras comuns ao universo empresarial, como filantropia de alto desempenho, investimento social, empreendedorismo social, resultados esperados, ferramentas de avaliação, dentre outras.

No entanto, Cheibub e Locke (2002, p. 282:3) ponderam que assumir de modo irrefletido essa posição inusitada das empresas considerando a lógica empresarial pragmática do custo-benefício, incorre em negligenciar que existam as dimensões pública e política das ações respectivas.

A dimensão política é clara, pois o Estado como um conjunto de leis e instituições importa na obrigação política de todos os indivíduos e entidades jurídicas na sociedade. O Estado é uma expressão política dos valores e interesses vigentes na sociedade, e como tal tem o dever de garantir pela intermediação ou provisão de bens e serviços de modo universal. Esta é uma função exclusiva do Estado e não de um ator ou atores privados, os quais participam como colaboradores.

As consequências políticas da preponderância da empresa em detrimento do Estado não se restringem apenas à própria empresa ou para os grupos beneficiados diretamente por

ela, mas para a sociedade como um todo, pois implica na distribuição do poder político na própria sociedade.

No caso de um modelo em que as empresas assumem o bem-estar de seus empregados, provendo moradia, assistência à saúde, aposentadoria, dentre outros benefícios, poderíamos pensar que se trata de extrema responsabilidade social. No entanto, isso confere ao poder econômico um poder social. Seria desejável isso, já que poderia diminuir o poder e a autonomia de outros atores sociais, como no caso dos sindicatos?

Ao contrário que propugna a iniciativa empresarial de que estaria trabalhando sob uma perspectiva cidadã, segundo Cheibub e Locke (2002, p. 283), o enfraquecimento da esfera pública fragmentaria a noção de direito universal inerente à idéia de cidadania.

De outro modo, Freitas (200, p.10) ao analisar o que vem ocorrendo no ambiente socioorganizacional das grandes empresas e suas respostas no sentido de desenvolver um imaginário próprio que busca legitimação como ator social central, aponta também uma ressalva sobre a validade de uma cidadania empresarial. Segundo a autora, o conceito de cidadania implica

a superação de interesses particulares, a consciência do bem comum, a noção de igualdade e liberdade, de respeito pelos direitos do outro, bem como o reconhecimento da necessidade da presença de outros atores no debate político sobre os negócios da cidade e da nação por inteiro. O político e o social se fundem e se sustentam numa representação, num desejo, num projeto e numa vivência de coletividade capaz de identificar-se como pertencendo àquela, e não a outra sociedade, ou seja, a cidadania é um estatuto entre uma pessoa natural e uma sociedade política, portanto privativo do indivíduo e dos seus direitos/deveres civis. Um sistema artificial como uma empresa, uma associação, poder ter uma nacionalidade, mas certamente não uma cidadania. As empresas falam em seus nomes e em nome de seus interesses, dos quais não perder é um dos mais fortes. (...) Enfim, a “consciência” das empresas limita-se ao que lhes garante que permaneçam no jogo e que ganhem. Estarão elas erradas? Não, ganhar o jogo é sua missão e a sua natureza ou, como já dizia Guerreiro Ramos, “não se pode culpar o leão por ser carnívoro”.

Contudo, não devemos ser contra a ação social das empresas - entendida aqui como incorporadora da dimensão ambiental - além das suas obrigações legais. De fato, consideramos como salutares atitudes e iniciativas nesse sentido, desde que sejam relevados os riscos políticos que podem advir delas. Enfim,

a sociedade não é uma mera coleção de indivíduos atomizados, mas sim um empreendimento coletivo e, como tal, obriga seus membros a praticar determinadas ações que expressem o reconhecimento deste fato. O ponto central é que empresas e empresários não têm ou não devem ter nenhuma razão especial ou superior àquelas que outros atores devam ter para serem socialmente responsáveis (Cheibub e Locke, 2002, p. 285:6).

2.4- Bibliografia do Capítulo II

1. ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química. *Programa Atuação Responsável*. Disponível em <http://www.abiquim.org.br/conteudo.asp?princ=atu&pag=prog> em 08/06/2004
2. ABRANCHES, Sérgio. O ocaso da elite. *Veja*. São Paulo: Abril, n.1870 de 08/09/2004. Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/080904/em_foco.html em 15/09/2004.
3. ALMEIDA, Fernando. *Quando licenciamento ambiental é instrumento da fome*. Seminário “O Impacto Econômico do Licenciamento Ambiental e a sua Sustentabilidade no Brasil”. 18 de agosto de 2003. Disponível em <http://www.cebds.com/homepage/documento-licenciamento-ambiental.doc> em 25/11/2004
4. ALMEIDA, Josimar Ribeiro de *et al.* *Planejamento Ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum: uma necessidade, um desafio*. 2 ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Thex Ed.: Biblioteca Estácio de Sá, 1999.
5. AMY, Douglas J. Decisions Teciniques for Environmetal Police: a Critique, In Robert Paehlke & Douglas Torgerson (orgs), *Managing Leviathan: Environmental Politics and the Administrative State*, Peterborough: Broadview, 1990, p.57-79.
6. ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 6 ed. ver. , ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.
7. ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
8. BARBOSA, Livia. *Cultura e Empresas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
9. BARR, Nicholas. *The Economics of the Welfare State*. Grã-Bretanha, Oxford University Press, 1998.
10. BARRY, Norman. Conservative Thought and the Welfare State. Separata de: *Political Studies*, Oxford, Blackwell Publishers, v.45, n.2, p. 331-345, Junho de 1997.
11. BONFIM, Evandro. *Processo de licenciamento ambiental pode ser enfraquecido*. <http://www.portalpopular.org.br/amazonia2004/meio-ambiente/meio-ambiente-06.htm> em 25/11/2004
12. BOTELHO, Adriano. *Do Fordismo à Produção Flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital*. 2000. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22052003-224444/> em 04/11/2004
13. BOVET, Daniel. *Vitórias da Química: a conquista do direito à saúde (Une chimie qui guérit) 1983* . Trad. de Ivo Martinazzo. Brasília: EdUNB, 1993.
14. CALLENBACH, Ernest et al. Gerenciamento Ecológico (EcoManagement): Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. Tradução de Carmen Youssef. São Paulo: Cultrix, 1999.
15. CAPELLIN Paola *et alli*. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R. e CAPELLIN Paola (orgs). *Empresa, Empresários e Golbalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
16. CARROLL, Archie B. Corporate Social Responsibiliy: Evolution of a Definitional Construct. Separata de: *Business and Society*, v.38, n.3, p.268-295, setembro de 1999.
17. CASSEN, Bernard. *A armadilha da governança*. Le Monde Diplomatique, Porto, Campo da Comunicação, ano 3, n. 27, 2001.

18. CHEIBUB, Zairo B. e LOCKE, Richard M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R. e CAPELLIN Paola (orgs). *Empresa, Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
19. CHRISTOFF, P. Ecological modernization, ecological modernities. Separata de: *Environmental Politics*, v.5, p.476-500, 1996.
20. CHOSSUDOVSKY, Michel. *The Globalization of Poverty: Impacts of IMF and World Bank Reforms*. London: Zed Books, 1997, p.18.
21. CLOW, Archibald e CLOW, Nan L. *The Chemical Revolution: A Contribution to Social Technology*. Filadélfia: Gordon & Breach, 1992.
22. CORTEZ, Henrique. O CONAMA versus APPs. *Jornal do Meio Ambiente*. Notícias on line de 11/07/2005. Disponível em http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=7587 , em 11/07/2005
23. DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de Risco e Responsabilidade socioambiental: Perspectivas para a Educação Corporativa*. São Paulo: Ed. SENAC-SP, 2003.
24. DREZE, Jean e SEN, Amartya, Hunger and public action, Separata de: *Food Policy*, Elsevier, Grã-Bretanha, Oxford : Clarendon Press, v.15, n.4, p. 361-364, Agosto de 1990.
25. DRYZEC, Jonh S. *et al.* Environmental Transformation of the States: the USA, Norway, Germany and the UK. Separata de: *Political Studies*, v.50, p.659-682, 2002.
26. ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity, 1990.
27. FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
28. FISCHER, Rosa Maria. *O Desafio da Colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.
29. FREEMAN, R. Edward e LIEDTKA, Jeanne. Corporate Social Responsibility: a critical approach. Separata de: *Business Horizons*, v.34, n.4, p.92-99, julho-agosto de 1991.
30. FREITAS, Maria Ester de. Contexto Social e Imaginário Social Organizacional Moderno. Separata de: *Revista de Administração de Empresas - RAE*. São Paulo: FGV-SP, volume 40, n.2, 6-15, Abril/Jun 2000.
31. GARCIA, Joana. *O Negócio do Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
32. GARRIGA, Elisabet. MELÈ, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. Separata de: *Journal of Business Ethics*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 53: p.51-71, 2004
33. GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Oxford: Polity Press, 1990.
34. _____. *As conseqüências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: EdUNESP, 1991.
35. GODOY, Paulo. Licença para investir - Tantos investimentos, importantes para sustentar o crescimento da economia por anos seguidos, não podem atrasar ou parar no processo de licenciamento. 9 agosto 2004. Disponível em <http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Colunistas.asp?id=41069> em 25/11/2004
36. GRAYSON, David e HODGES, Adrian. *Compromisso Social e Gestão Empresarial: o que é necessário saber para transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócio*; tradução de Carlos Mendes Rosa, César Taylor e Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.
37. GREENFIELD, W.M. In the name of corporate social responsibility. Separata de: *Business Horizons*, , v.47, n.1, p.19-28, janeiro-fevereiro 2004.
38. HABERMAS, Jurgens. *Toward a Rational Society: Student Protest, Science, and Politics*. Boston: Beacon Press, 1971.

39. HICKS, Alexander. KENWORTHY, Lane. Varieties of Welfare Capitalism. Separata de: *Socio-Economics Review*, Oxford, v.1, n.1, p.27-61, Janeiro de 2003.
40. HOUAISS. *Dicionário Eletrônico* versão 1.0 – dezembro 2001: Editora Objetiva
41. JOHNSON, Ronie-Richele G., *Exporting and Importing Environmentalism: Industry and Transnational Dissemination of Ideology from United States to Brasil and México*. Tese de Doutorado, Universidade de Michigan, 1998, fotocópia.
42. KORTEN, David C. O Mundo Pós-Corporativo: Vida Após o Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 2002.
43. LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. 3 ed. rev. e ampl. Tradução de Lúcio Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2004.
44. LUTZ, R., em colaboração com F. Capra. *The development of ecologically conscious management Germany*. Global File Report nº 1. Berkeley, California: Elmwood Institute, 1990.
45. MORIN, Edgard. KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: Sulinas, 1995.
46. NETO, Francisco P. de Melo e FROES, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa:: o Caso Brasileiro, da Filantropia Tradicional à Filantropia de Alto Rendimento e ao Empreendedorismo Social*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001a.
47. NETO, Francisco Paulo de Melo e FROES, César. *Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001b.
48. NETO, Francisco P. de Melo e FROES, César. *Empreendedorismo Social: a transição para a Sociedade Sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
49. OFFE, Claus. Capitalismo avançado e o Welfare State. In: CARDOSO, F.H. e MARTINS, C.E. (orgs). *Política e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, n.2, 1979.
50. PEREIRA, Diamantino. A Nova espacialidade do Trabalho: O Fordismo e a “Produção Enxuta na Ford. *SCRIPTA NOVA REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES*, Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. VI, n.119 (90), 1 de agosto de 2002. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-90.htm> em 04/11/2004
51. PIERSON, Christopher. Contemporary Challenges to Welfare State Development. Separata de: *Political Studies*, Oxford, Blackwell Publishers, v.46, n.4, p. 777-794, Setembro de 1998.
52. PINHO, Rodrigo César Rebello. Proposta do Conama ameaça meio ambiente. *Jornal do Meio Ambiente*. Notícias on line de 11/07/2005. Disponível em http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=7586 , em 11/07/2005
53. PIORE, M. e SABEL, C.F. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.
54. PRAKASH, Assem. Responsible Care: An assessment. Separata de: *Business and Society*; Sage Publications, v.39, n.2, p.183-209, Junho 2000.
55. RIETRA, Rita de Cássia Paiva. *Inovações na gestão em saúde mental: um estudo de caso sobre o CAPS na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. 125 p. Disponível em http://portaldeseres.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00006102&lng=pt&nrm=iso em 20/12/2004
56. RIVERA, José Rodriguez de. *Taylorismo*. Disponível em http://www2.uah.es/estudios_de_organizacion/temas_organizacion/teor_organiz/taylorismo.htm em 04/11/2004
57. SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário da economia*. São Paulo: Brasiliense, 1994

58. SOCIAL POLICY. An introduction to Social Policy –. The Robert Gordon University, Aberdeen, United Kingdom. Disponível em <http://www2.rgu.ac.uk/publicpolicy/introduction/socpolf.htm> em 23/11/2004
59. SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In _____(org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
60. SILVA, Ademir Alves da. *A Gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.
61. SOUZA, Herbert de Souza. Ecologia e Democracia: duas vertentes questionam o desenvolvimento. In: *Meio Ambiente e Democracia*. ACSELRAD, Henri. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
62. THE WELFARE State. An introduction to Social Policy –. The Robert Gordon University, Aberdeen, United Kingdom. Disponível em <http://www2.rgu.ac.uk/publicpolicy/introduction/wstate.htm> em 23/11/2004
63. THIRTY-CHERQUES, Hermano Roberto. Responsabilidade Moral e Identidade Empresarial. Separata de: *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba: ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Edição Especial, volume 7: 31-50, 2003. Disponível em http://www.anpad.org.br/frame_rac.html em 09/11/2004.
64. UNCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
65. _____. *Agenda 21 (global)*. 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/> em 12/01/2002.
66. VILELA, Soraya. *Outono de reformas*. 2003a. <http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,1002627,00.html> em 24/11/2004
67. _____. *O adeus ao bem estar social*. 2003b. <http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,1004871,00.html> em 23/11/2004

CAPÍTULO III – EVOLUÇÃO E TIPOLOGIA DAS TEORIAS CONCEITUAIS, E PRÁTICAS DE GESTÃO

3.1-Conceituando a RSC

O conceito e a prática de RSC tem uma história longa e variada. Contudo, escritos formais a respeito é claramente um produto do século XX, em especial nos 50 últimos anos, concentrando-se nos países desenvolvidos, e com mais evidência nos Estados Unidos da América. Na área acadêmica conhecida como “Negócios e Sociedade”, são significativos os trabalhos de Caroll, Donaldson e Dunfee, Frederick e Wood, que consideram uma argumentação a favor da RSC, contrapondo autores que se baseiam nos conceitos de Friedman (direito de propriedade) e de Leavitt³⁵ (função institucional) (Ashley, 2002, p.21 e Carroll, 1999, p.291).

3.1.1-Evoluindo no tempo – anos 1950/1990

Ao longo dos anos 1930 e 1940, podem ser identificadas importantes referências sobre a evolução do conceito e da definição de RSC. Como já citado anteriormente, naquela ocasião, usava-se o termo RS indicando que a noção estava ligada às responsabilidades sociais dos, então, designados *businessmen* (Carroll, 1999, p.269-270 e Ashley, 2002, p.87).

A partir desse período, Carroll (1999, p.269-290) delinea um quadro de como evoluiu a construção de definições e conceitos a respeito da RSC.

A década de 1950 é considerada a “era moderna” do começo da RSC. Aparece em destaque o livro de Bowen, em 1953: *Social Responsibilities of the Businessman*, baseado na crença de que algumas centenas dos maiores negócios eram o centro vital de decisões e ações que interferiam na vida dos cidadãos. Bowen (1953 *apud* Carroll, 1999, p.270) definia a responsabilidade social dos businessmen: “It refers to the obligations of businessmen to pursue those policies, to make those decisions, or to follow those lines of action which are desirable in terms of the objectives and values of our society”³⁶.

Antevendo as discussões do início do século XXI, Bowen (1953 *apud* Carroll, p.270) afirmava: “social responsibility is no panacea, but that it contains an important truth that

³⁵O argumento da função institucional se baseia na premissa que cada tipo de organização institucionalizada tem um papel específico dentro da sociedade. Nesse contexto, outras instituições sem fins lucrativos (governo, igrejas, sindicatos e afins) existem para atuar sobre as funções exigidas ao cumprimento da responsabilidade social corporativa. No caso das empresas, os gerentes não estão qualificados, não dispõem de tempo ou têm o cargo para desempenhar tais atividades. Isso importaria numa taxa sobre o lucro dos acionistas.

³⁶Ela se refere às obrigações dos homens de negócio de procurar aquelas políticas, determinar aquelas decisões, ou seguir aquelas linhas de ação as quais são desejáveis em termos dos objetivos e valores de nossa sociedade (tradução nossa).

guide business in the future”³⁷. Por conta disso, Carroll considera Bowen “o pai da Responsabilidade Social Corporativa”.

Os anos de 1960 representam o período em que há a expansão da literatura sobre as tentativas de se formalizar de modo mais exato o significado da RSC.

Carroll (1999, p.271-2) e Garriga & Melè (2004, p.55) destacam Davis como sendo um dos primeiros a explorar o papel do poder que os negócios têm na sociedade e o impacto social desse poder. Nesse sentido, Davis (1960, p.71) sustentava que o negócio é uma instituição social e deve ser usado o poder de modo responsável, pois segundo seu ponto de vista, “social responsibilities of businessmen need to be commensurate with their social power”³⁸, afirmando ainda, “the substance of social responsibility arises from concern for the ethical consequences of one’s acts as they might affect the interests of others”³⁹.

De outra forma, McGuire (1963 *apud* Carroll, 1999, p.271-2) contribuiu com a idéia que a RS presumia que a corporação tinha obrigações que se entendiam além das obrigações legais e econômicas. McGuire considerava que a corporação devia manter interesse na política, no bem estar da comunidade, na educação, na felicidade dos seus funcionários, e de fato em todo o seu mundo social, ou seja, agir tal como o próprio cidadão. Mais tarde, essas afirmações sugeriram a noção de negócios éticos e cidadania corporativa.

Ainda na década de 1960, os trabalhos de Walton (1967) indicam as muitas facetas da RSC. Para isso, apresentou um número de diferentes variedades, ou modelos, nos quais o novo conceito de RSC reconhecia a intimidade das relações entre a corporação e sociedade, e concebia como tais relações devem ser mantidas na mente dos executivos e como o grupo associado persegue suas metas respectivas. Walton enfatizou um ingrediente essencial na RS da corporação, o grau de voluntarismo, e reconheceu que custos estão envolvidos para os quais não é possível medir o seu retorno econômico (Carroll, 1999, p.272-3).

Os anos 1970 são marcados pela proliferação das definições da RSC. Os trabalhos apresentados reforçam que as pessoas de negócio estavam mais preocupadas com a filantropia corporativa e com suas relações com a comunidade.

Imediatamente, Jonhson (1971) apresentou uma variedade de visões sobre a RSC, não as considerando contraditórias entre si, mas sim como meios complementares de se ver a mesma realidade. A primeira considerava a inserção de novos interessados, fazendo evoluir da abordagem restrita aos *stockholders* (acionistas) para os funcionários, os fornecedores, os

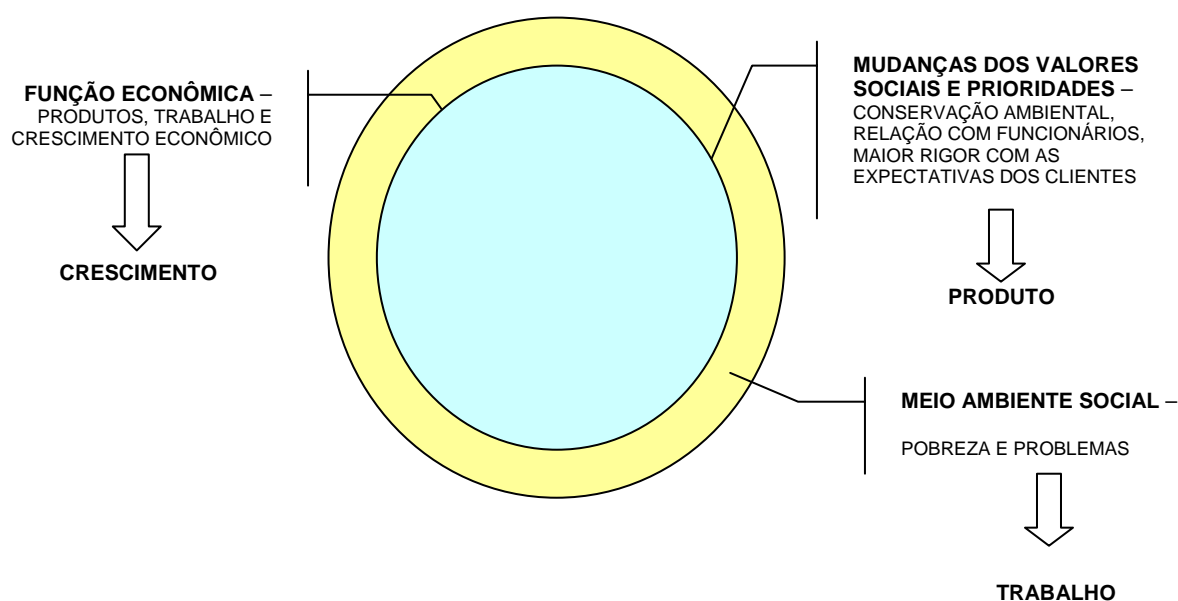
³⁷ Responsabilidade social não é panacéia, mas de tal modo ela contém uma importante verdade que conduz o negócio no futuro (tradução nossa).

³⁸ Responsabilidades sociais dos homens de negócio necessitam ser proporcional ao seu poder social (tradução nossa).

³⁹ A essência da responsabilidade social surge da preocupação para as conseqüências éticas das ações de um homem de negócio e como elas podem afetar os interesses de outros (tradução nossa).

revendedores, a comunidade local e a nação, sem que isso significasse a atual abordagem sobre stakeholders (múltiplos interesses), mas sim o contexto sociocultural em que o negócio estava inserido. A segunda percebia a RSC como um meio de maximizar os lucros a longo prazo, tomando programas sociais como forma de adicionar lucros para a organização. A terceira, chamada de *utility maximization*, assume que a primeira motivação de uma empresa é buscar múltiplas metas antes mesmo do lucro máximo. Por fim, a quarta visão de Jonhson designada de *lexicographic view of social responsibility*, sugere que uma empresa fortemente motivada com a lucratividade pode estar engajada com um comportamento socialmente responsável.

Ainda na década de 1970, uma pesquisa de opinião pública feita pela *Opinion Research Corporation* indicou que 2/3 dos entrevistados acreditavam que o negócio tem a obrigação moral de ajudar outras instituições para que seja alcançado o progresso social, mesmo às custas da lucratividade. Isto originou um importante documento produzido pelo *Comittee for Economic Development* (CED) (1971) , intitulado *Social Responsibilities of Business Corporations*, que afirmava que há um consenso do público de que a função dos negócios e seu sentido básico servem para construir as necessidades da sociedade – para a satisfação da sociedade. Dessa forma, o CED apontava que o contrato social entre a sociedade e o negócio estava mudando em substância e de maneira importante, emergindo uma nova responsabilidade social. A partir disso, articulou um modelo de círculos concêntricos, esquematicamente mostrado na figura 4.4 (Carroll, 1991,p.39 e 1999, p.274-5).



É importante observar a vinculação da proposta do CED com a crescente e atuante participação dos movimentos sociais, ao final dos anos 1960 e início da década de 1970, com respeito ao meio ambiente, segurança do trabalho, consumidores e empregados.

De outro modo, Carroll (1999, p.275) indica o caráter filosófico da percepção de Steiner (1971) sobre a RSC, que a despeito de reconhecer a empresa como uma instituição econômica, considerava que a responsabilidade social era mais uma atitude – do modo de o gerente abordar suas decisões –, que uma grande troca econômica no momento de balizar suas decisões. Era uma filosofia que olhava os interesses sociais e iluminava os interesses de longo prazo do próprio negócio, em comparação com o velho, estreito e restrito interesse de curto prazo.

Considerando as mudanças bruscas nas expectativas do público e o paradoxo que se firmava naqueles tempos – o choque entre a visão histórica de que o negócio é a maior força geradora de benefícios à sociedade e a humilhação dos trabalhadores, a enganação dos consumidores, a destruição do meio ambiente, e a desilusão para as novas gerações –, Steiner (1972, p.17) enfatizava a necessidade do negócio constituir políticas sociais e práticas na busca de suas responsabilidades sociais.

A concentração de trabalhos no início da década gerou grandes debates em 1972, envolvendo acadêmicos da área econômica. Mane & Wallich (1972, p.40 *apud* Carrol, 1999, p.276) assinalam ser impossível distinguir entre o que é voluntarismo puro e o que é resposta às normas sociais. Em termo mais amplo, definem a RSC como: “I take responsibility to mean a condition in which the corporation is at least in some measure a free agent. To the extent that any of the foregoing social objectives are imposed on the corporation by law, the corporation exercises no responsibility when it implements them”⁴⁰.

São então destacadas as teses de economistas, como a visão clássica de Milton Friedman, que defende uma posição radicalmente contrária, pois entende que RSC é atender às expectativas de seus acionistas e que entender a RSC de outra forma seria subverter o capitalismo. Criticando os teóricos da área de Business and Society, o economista afirma que não se tem comprovação de que exista uma relação direta entre a atuação socialmente responsável de uma empresa e seu desempenho econômico. Daí viriam algumas questões.

⁴⁰ Eu tomo responsabilidade pelo significado de uma condição na qual a corporação é ao menos em alguma medida um agente livre. Para estender o objetivo social para além daquele precedente imposto à corporação pela lei, a corporação pratica não responsabilidade quando implementa-os (tradução nossa).

Seria positiva, negativa ou inexistente? Qual a relação causal: o desempenho social que determina o desempenho financeiro ou vice-versa?⁴¹

Friedman defendia que a relação é negativa, já que considerava que empresas socialmente responsáveis estariam em desvantagem competitiva devido aos maiores custos.

Por outro lado, como assinala Coutinho e Macedo-Soares (2002, p.80), os defensores da relação positiva afirmam que atitudes socialmente irresponsáveis implicariam em aumento de custos que resultam em desvantagem competitiva.

Quanto à causalidade, uma corrente apóia a idéia que melhor desempenho financeiro aumenta a disponibilidade de recursos que podem ser alocados para as questões sociais. A outra, parte da premissa da intimidade direta entre as boas práticas administrativas e o desempenho social da empresa, uma vez que esse último melhora as relações da empresa com seus principais grupos de stakeholders, resultando em melhor desempenho, em geral. (Coutinho e Macedo-Soares, 2002, p.80)

Como aponta Ashley (2002, p.22), a relação positiva de uma ação proativa é procedente, pois:

busca oportunidade geradas por uma:

- consciência maior sobre as questões culturais, ambientais e de gênero;
- antecipação, evitando regulações restritivas à ação empresarial pelo governo;
- diferenciação de seus produtos diante dos competidores menos responsáveis socialmente.

Contrário à tese de Friedman, outro economista, Paul Samuelson, afirmava que a grande corporação daqueles dias não somente devia estar engajada na responsabilidade social, mas ela estava condenada a tentar o melhor para se fazer ser. Nesse sentido, Davis (1973, p.312-3) complementava: responsabilidade social começa onde a lei termina.

As discussões conceituais levaram às discussões de como se implementar na prática. Eilbert & Parket (1973, *apud* Carroll, 1999, p.277-8) consideravam que a melhor forma de pensar em RS era pensar na “boa vizinhança” e evoluir em duas fases. Primeiro, não fazer coisas que possam prejudicar os vizinhos. Segundo, o pressuposto da ação voluntária para ajudar a resolver os problemas da vizinhança. Os autores se preocuparam menos com discussões verbais sobre definições rigorosas e mais de como implementar a RSC na prática, efetuando levantamentos dos resultados do alcance para os quais a RSC afetava a estrutura da organização e seu orçamento, os tipos de atividades de RSC que a empresa estava engajada e as atividades que acreditavam serem mais importantes.

⁴¹ Pesquisas mais recentes comprovam a relação positiva entre RSC e o resultado econômico (Pava e Krausz, 1996 ; Stanwick e Satnwick, 1998; e Ruf *et al.*,2001).

Naquela época, sem que fosse abdicada da tentativa de se definir a RSC – surgiu, ainda, o conceito de responsabilidade pública, ao invés de RS -, sucederam-se então, propostas de como enfrentar a operacionalização da RSC, alcançando questões e aspectos como indicadores sociais, auditoria social, contabilidade social, critérios de performance social e níveis de conduta social. Inserido nesses focos, Backam (1975 *apud* Carroll, 1999, p.279) identificava alguns exemplos de RSC que agregavam valor aos negócios:

- emprego para grupos minoritários;
- redução da poluição;
- maior participação em programas de melhoras para a comunidade;
- melhorias para a saúde;
- melhorias na segurança e saúde nos trabalhos na indústria.

Nos anos 1970, aparecem as discussões sobre a Performance Social Corporativa (PSC). Sethi (1975, p.60-3) dá destaque à mesma ao apontar as suas dimensões. Através de um modelo distinguiu condutas corporativas que poderiam ser chamadas de “obrigação social”, “responsabilidade social” e “responsividade social”. A primeira diz respeito a respostas às forças de mercado e restrições legais. Segundo ao autor, os critérios econômicos e legais são necessários, mas não suficientes para legitimação social da corporação. Devido a isso, a segunda qualificação aponta uma condição além da obrigação social, a qual cria uma atitude da corporação compatível com as normas e valores sociais predominantes e expectativas de performance. Enquanto a primeira é proscritiva (condenatória, proibitiva) na sua natureza, a segunda é prescritiva (regulatória por antecipação). A responsividade já é um passo adiante na adaptação da corporação às necessidades sociais. Nesse caso, a corporação é exigida a antecipar as mudanças que são prováveis para obter um lugar no sistema social no futuro.

No entanto, Post e Mellis (1978, p.57-9) se preocupam com o processo pelo qual a empresa se prepara para dar respostas. Três elementos parecem compreender o processo de responsividade: 1-a percepção ou estágio de identificação, durante a qual a administração torna-se atenta às questões ou à relevância pública que pressiona as questões; 2-o compromisso ou fase de formação política, durante a qual a administração articula uma política com respeito às questões ou relevância pública e começa a considerar esses interesses e questões em outras políticas decisórias; 3-a implementação ou fase de aplicação, durante a qual a política é integrada nos sistemas operacionais da organização.

De outro modo, a RSC foi definida por Fitch (1976, p.39-43) em termos de resolução dos problemas sociais causados total ou parcialmente pelas corporações. Iniciando por identificar e definir os problemas sociais sob uma metodologia que distingue o que é

problema social e não-social, para depois elegê-los conforme prioridades identificando métodos para atingi-los, e atacá-los seguindo a escala definida.

Em face das inúmeras visões sobre responsabilidade social e as diferentes questões envolvidas, Carroll (1979, p.499-500) propôs três aspectos distintos da PSC, que deveriam ser articulados e inter-relacionados. Nesse sentido, estabeleceu uma definição básica de RSC – a responsabilidade social do negócio encerra a econômica, legal, ética e discricionária expectativas que a sociedade têm da organização em um dado ponto do tempo. Enumerou as questões para as quais a responsabilidade social existe (quais as áreas nós temos que ser responsáveis: meio ambiente, produtos seguros, discriminação, dentre outros). Especificou uma filosofia de respostas (responsividade) numa faixa contínua (do não fazer nada, passando por reagir às questões e pela acomodação, e indo à atitude pró-ativa).

Para apoiar a definição da RSC Carroll (1979, p.500) categorizou a responsabilidade social em quatro grupos: econômica; legal; ética; e, discricionária.

A figura adiante ilustra o modelo de Carroll.

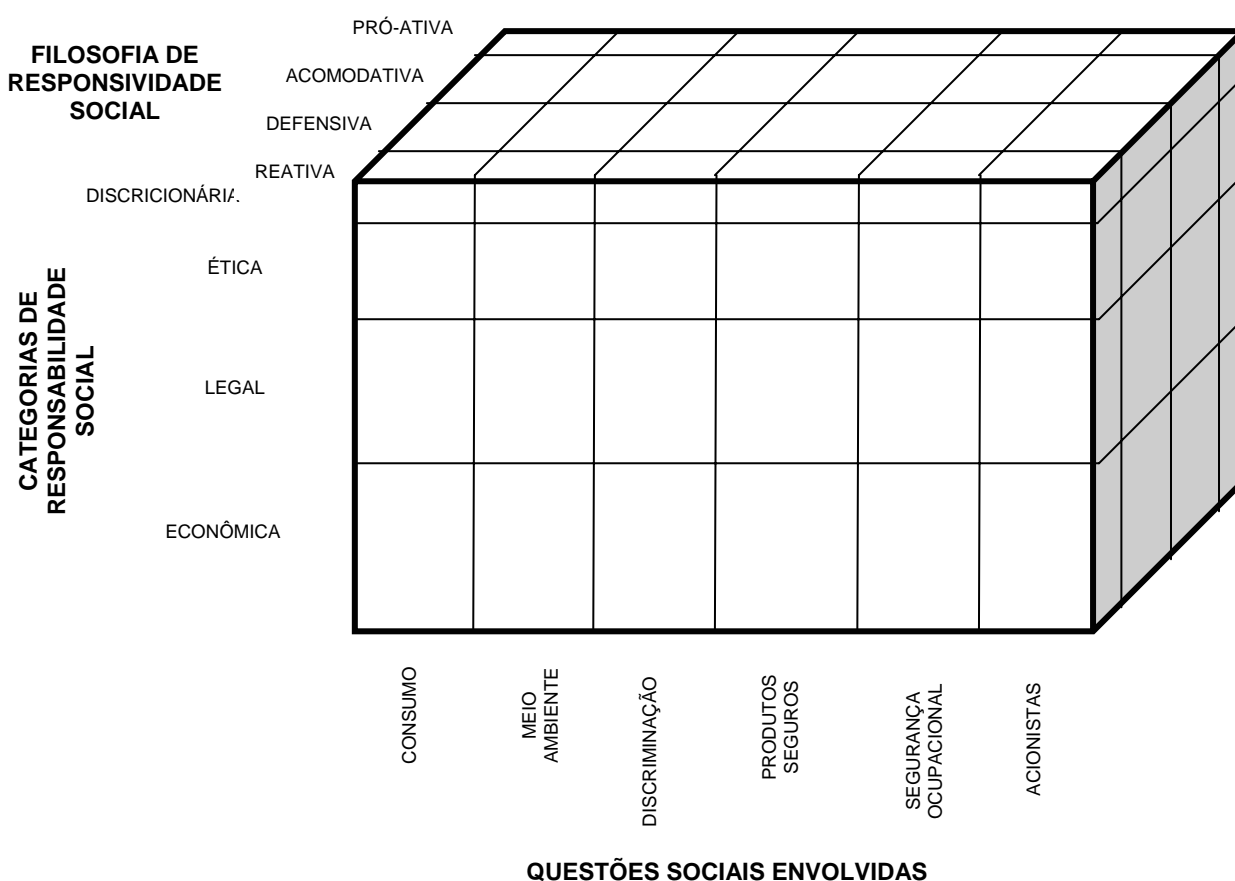


Figura 3.2 – Modelo de Carroll para PSC
(adaptado de Carroll, 1979, p.503)

Durante a década de 1980, o foco se concentrou em maiores pesquisas e desenvolvimento de temas e conceitos alternativos em detrimento das definições de RSC. Destaca-se a subdivisão em vertentes de conhecimento: responsabilidade, responsividade, retitude, desempenho social, desempenho social corporativo, desempenho social dos stakeholders, auditoria e inovação social (Carroll, 1999, p.284 e Ashley, 2002, p.22).

Para isso foi importante a contribuição de Jones (1980, p.59-60) que coloca a discussão sobre a RSC sob uma nova ótica: a perspectiva dos interesses. O autor considera que a RSC é a noção que a corporação tem uma obrigação para com outros grupos constituídos da sociedade que os acionistas, e além do que está prescrito pela lei e contratos. O autor (1980, p. 65) considera a RSC como um processo, tal como o que rege a criação dos sistemas políticos, sociais e legais, onde grupos de cidadãos participam e se embatem pelos seus interesses, e dessa forma a empresa deve ponderar também os interesses desses grupos.

Quanto à responsividade social corporativa, Frederick (1994, p.154-5) assinala que é um termo que ao surgir no começo dos anos 1970 parecia que seria mais uma rubrica da RSC. No entanto, o autor afirma que mais tarde ficou evidente que se tratava de uma substituição inovadora da idéia de responsabilidade, pois se referia à capacidade da corporação responder às pressões sociais. Segundo o autor, essa reorientação do pensamento tem implicações profundas. Enquanto o debate sobre o mérito da RSC tem sido carregado de um tom mais filosófico, a responsividade evita a filosofia a favor de uma abordagem administrativa.

Para fazer uma distinção clara entre essas duas noções, a literatura passou a utilizar uma identificação própria, RSC₁ para designar o grupo de idéias vinculado a primeira concepção e RSC₂ para as idéias relacionadas à responsividade.

De acordo com Frederick (1994, p.155), o tom moralista que imperava nas discussões da RSC₁ foi silenciado pela perspectiva pragmática. As muitas filosofias imponderáveis do debate da RSC₁ sobre, por que? Para quais benefícios? De acordo com que princípios? São substituídas por, como? Por quais meios? Com quais efeitos? De acordo com quais normas de procedimentos?

O autor (1994, p.156) considera, como talvez o mais importante, o fato que a RSC₂ assume a questão central da RSC₁ de que se as empresas devem responder às pressões sociais, e isso já tem sido uma resposta afirmativa para a opinião pública em geral e às inúmeras regulações sociais do governo.

Uma importante tarefa para o negócio agora é aprender a como responder em modo prolífico, humano e prático. Lidar com questões práticas é do universo empresarial, de fácil assimilação. O ponto que requer atenção especial diz respeito ao constrangimento interno, por

conta do formato divisional das estruturas organizacionais que representam obstáculos à flexibilidade nas respostas (Frederick, 1994, p.156 e Post & Mellis, 1978, p.57-9).

Por outro lado, Frederick (1994, p.160) destaca que a RSC₂ simplesmente deixa de lado a questão da definição de “melhoria social”. Oferecendo pouca ou nenhuma ajuda no desenvolvimento de um critério consensual de performance social ou de um sistema social de prioridades. A RSC₂ toma, como dado, que a pressão social existe e os negócios devem responder a elas. Num sentido, coloca o negócio num rol passivo de respostas para a sociedade que ativamente expressa seus desejos. Em outro sentido, sugere que o próprio negócio, pela determinação do grau de responsividade que ele expressará, decide seu próprio significado de responsabilidade social e melhoria social.

Finalmente, na década de 1990, o conceito de RSC se firma em temas alternativos, tais como a teoria dos stakeholders, da ética dos negócios, da cidadania corporativa e da Performance Social Corporativa.

A teoria dos stakeholders, proposta, em 1984, por Freeman (1984 *apud* Donaldson e Preston, 1995, p.65), dá origem a estudos mais avançados. Donaldson e Preston (1995, p.68-9) apontam os contrastes entre o modelo tradicional (*input-output*) de uma empresa e o modelo relacionado à teoria dos stakeholders (ver figura adiante). Nessa concepção a empresa é uma entidade organizacional por meio da qual numerosos e diversos participantes buscam atingir objetivos múltiplos, e não necessariamente congruentes.

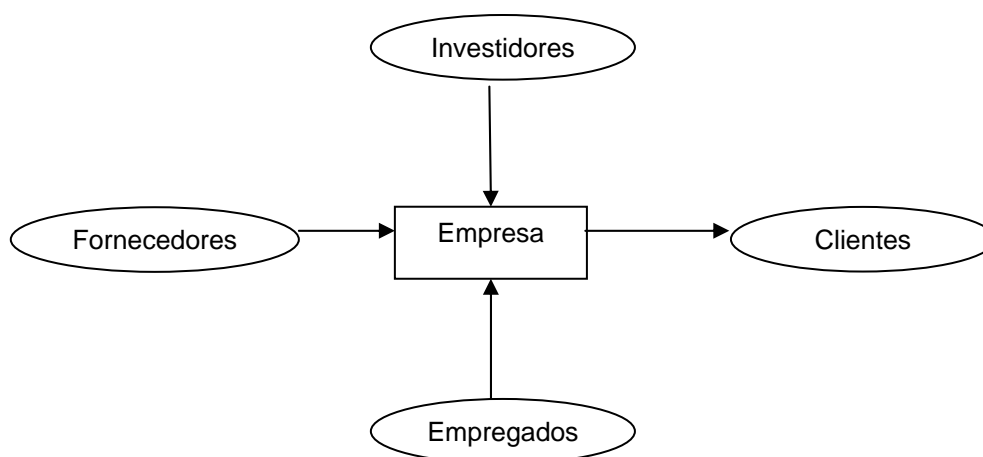


Figura 3.3 – Modelo de Corporação – *Input – Output*
Adaptado de Donaldson e Preston (1995, p.68)

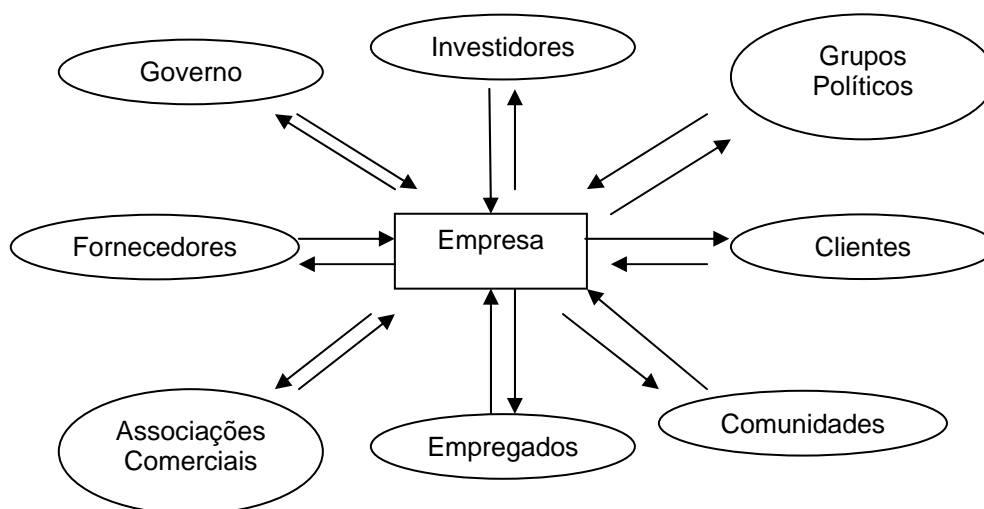


Figura 3.4 – Modelo de Corporação – Stakeholders
Adaptado de Donaldson e Preston (1995, p.69)

Ashley (2002, p.23) assinala que a responsabilidade e a responsividade social corporativa incorporaram cada vez o aspecto normativo, com uma maior participação de acadêmicos da área da ética dos negócios. Decorre disso, a inclusão da necessidade de uma ética normativa para que a responsabilidade social corporativa vigore na prática, trazendo assim, a presença da terminologia RSC₃ para identificar uma idéia de retitude.

Frederick (1998, p.40:3) aponta o recente termo alternativo RSC₄ como sendo uma tentativa de sair da crise do conceito de desempenho social corporativo, já que isso implica no deslocamento da corporação de sua posição como centro de tudo para uma visão transdisciplinar da ciência. O autor afirma que a RSC₄ procura expandir o horizonte de pesquisas, abarcando novas perspectivas como a cosmológica, as teorias evolucionistas (biologia, genética, ecologia), e os conceitos espirituais não sectários (naturalismo teológico e neurociência cognitiva).

Nessa proposta, o RSC₄ seria uma resposta a um novo paradigma na busca de soluções aos conflitos entre negócios e a sociedade em todos os níveis institucionais, deixando de lado os modelos de responsabilidade social corporativa ditos moralmente neutros e que dão ênfase apenas às medições de desempenho social da empresa.

Segundo Ashley (2002, p.24), a corporação tem sido historicamente vista como centro de referência para a reflexão sobre ética e responsabilidade social nos negócios, favorecendo uma perspectiva pós-lucro, ou seja, a necessidade da corporação de realizar lucros para sobreviver e a responsabilidade social é um instrumento para isso.

A autora considera mais importante que limitar as análises às normas e aos valores de uma dada sociedade ou período a reflexão sobre as conquistas do conhecimento e da experiência do homem, pois “os negócios devem acontecer e serem entendidos dentro de um todo”.

De acordo com Frederick (1998, p.42-3), o universo não gira em torno da empresa, nem ela merece o *status* central ou especial.

3.1.2- Classificando as diferentes teorias conceituais

De um modo mais abrangente, Fischer (2002, p.77) identifica dois caminhos básicos de como as empresas buscam concretizar sua concepção de RS. No primeiro, as ações são como um investimento social, como um bem em si mesmo, capazes de gerar resultados para a comunidade ou a população-alvo. No seguinte, as ações se enquadram como um investimento negocial cujo retorno efetiva-se na imagem da marca e no desempenho do produto.

No entanto, tais práticas se fundamentam em teorias diversificadas. Como assinala Garriga & Melé (2004, p.51), algumas teorias combinam diferentes abordagens e usam a mesma terminologia com diferentes significados. RSC significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todos. Para alguns, carrega a idéia da responsabilidade legal; para outros, uma atitude socialmente responsável dentro de um senso ético; para outros, importa na contribuição beneficente; de outra forma significa consciência social, entre outras visões.

Dada essa diversidade, é possível enquadrar as teorias respectivas de acordo com os aspectos da realidade social. Nesse sentido, Garriga & Melé (2004, p.52-62) indicam a classificação adiante.

3.1.2.1- Teorias Instrumentais

Grupo de teorias no qual a corporação é entendida como um instrumento de criação de prosperidade (riqueza, bem-estar) sendo que isto é exclusivamente sua RS. Releva-se somente o aspecto econômico da interação entre negócios e a sociedade, mas admite-se uma suposta atividade social ou filantropia somente se estiverem compatíveis com a prosperidade. A RSC só é vista como uma ferramenta para se alcançar objetivos econômicos. Essas teorias têm longa tradição e ampla aceitação há muito tempo dentro dos negócios, e caracteriza-se pelos

estudos para determinar a correlação entre a RSC e a performance financeira, em especial a relação positiva que há entre a primeira e a segunda.

Conforme os objetivos econômicos propostos, são identificados três subgrupos:

-Objetivos - 1º Subgrupo:

Visam o lucro em curto prazo, com a maximização dos valores apreciados pelos acionistas através do preço das ações;

-Objetivos - 2º Subgrupo:

Visam o lucro em longo prazo, focando uma meta estratégica de se conseguir vantagens competitivas, que pode ser obtida através de três abordagens:

*Investimentos Sociais num contexto competitivo:

A empresa tem o conhecimento e os recursos para resolver alguns problemas que dizem respeito à sua missão, e por isso o investimento em atividades sociais é um meio de melhorar o contexto das vantagens competitivas. É o caso de uma companhia de telecomunicações que ensina a administração de rede de computadores para estudantes de uma comunidade local.

*Recursos próprios da companhia e sua capacidade dinâmica:

A competência de uma empresa para a melhor performance que seus competidores depende unicamente da interação de seus recursos humanos, organizacionais e materiais, combinada com os aspectos dinâmicos desses recursos (criação, evolução e recombinação). Sob esta perspectiva, são relevantes os recursos éticos e sociais, e capacidades as quais podem ser uma fonte de vantagens competitivas, tais como processos de decisão moral, os processos de percepção, deliberação e sensibilidade ou capacidade de adaptação e desenvolvimento de relações próprias com os stakeholders básicos: funcionários, cliente, fornecedores, comunidades e meio ambiente.

*Estratégias para a base da pirâmide econômica:

É o redirecionamento de foco sobre o público-alvo, migrando das estratégias tradicionais focadas em produtos para as classes alta e média para a maioria da população mundial, que é pobre ou de classe média-baixa. Dessa forma, vê o pobre não como um problema, mas como uma oportunidade para inovar, tornando-o um consumidor ativo.

-Objetivos - 3º Subgrupo:

Têm objetivos muito próximos aos do segundo subgrupo. Dizem respeito ao marketing de causas (cause-related marketing)⁴², ou seja, conjugam a filantropia empresarial com estratégias de marketing com base em ações sociais.

3.1.2.2- Teorias Políticas

O poder social da corporação é o fundamento, em especial nas relações do negócio com a sociedade e suas responsabilidades na arena política associada com esse poder.

Também se desmembra em 3 subgrupos, a saber:

-Constitucionalismo Corporativo

Rejeita a teoria clássica da economia num dos seus princípios, a da competição perfeita, pois considera que a empresa tem o poder de influenciar o equilíbrio do mercado.

Dois princípios expressam como o poder social deve ser gerido: “the social power equation”⁴³ e “the iron law of responsibility”⁴⁴. O primeiro tem como premissa que “as responsabilidades do homem de negócio surgem do quanto de poder social que eles têm”. O segundo refere-se às consequências negativas da omissão no uso do poder, sob pena de outro grupo eventualmente ocupar, em longo prazo, o lugar daquele que se omite quando a sociedade demanda responsabilidade do negócio.

O equacionamento do poder social é entendido através do papel funcional do negócio e dos administradores, que seria regulado pela pressão de diferentes grupos eleitos. Não se considera destruir o poder, mas sim se definir mais propriamente as condições para o seu uso responsável, protegendo outros interesses do poder desmedido das organizações.

⁴² Segundo Neto e Froes (1999, p.156-7), o marketing da filantropia corporativa ganhou uma nova dimensão, em 1982, quando Jerry Welsh, executivo da American Express, criou o conceito de *cause-related marketing*. A divulgação da sua campanha de doação de parte das despesas feitas pelos clientes para entidades sem fins lucrativos alavancou o aumento do uso do cartão de crédito da empresa em cerca de 28%. Isso desencadeou um aumento nas despesas com o marketing de causas sociais, fazendo crescer os investimentos de US\$100 milhões para US\$250 milhões no período de 1989 a 1992.

⁴³ A equação do poder social (tradução nossa).

⁴⁴ A lei de ferro da responsabilidade (tradução nossa).

-Contrato Social Integrativo

Derivam de um pressuposto filosófico de Locke que assume a existência de um tipo de contrato social implícito entre o negócio e a sociedade, que faz supor obrigações indiretas do negócio com respeito à sociedade.

Donaldson e Dunfee (1994, p. 254-5) propuseram uma abordagem que leve em conta o contexto sociocultural e também integra aspectos empíricos e normativos de administração. A RS viria de um consenso, que se daria em dois níveis, macro-social e micro-social. O primeiro definiria regras para qualquer contrato social, uma condição precípua que distinguiria a convergência do pensamento político, religioso e filosófico. Seriam as *hiper-normas*. O segundo demonstra acordos explícitos e implícitos construídos dentro de uma comunidade específica, qualquer que fosse, incluindo indústrias, companhias ou sistemas econômicos. Esses contratos micro-sociais são baseados em atitudes e comportamentos dos membros geradores das normas da comunidade e, a fim de ser legitimado, teria que estar de acordo com as hiper-normas.

-Cidadania Corporativa

O termo “cidadania corporativa” foi introduzido, nos anos 1980, nas relações negócio e sociedade através de profissionais liberais. Dos anos 1990 até início do século XXI, o termo tem se tornado mais e mais popular nos negócios e sido crescente os trabalhos acadêmicos efetuados.

Matten *et al.* (2003, p.112-6) definem três visões de cidadania corporativa. A primeira designada por visão limitada, é usada no sentido da filantropia, investimento social ou certas responsabilidades assumidas para a comunidade local. A segunda equivale à RSC. A última é definida como a visão ampliada, onde a corporação ingressa onde o governo falha na proteção da cidadania. Esta concepção emerge do fato de muitas corporações assumirem gradualmente o lugar de muitas instituições governamentais que deveriam se encarregar da questão.

Mais recentemente, a cidadania corporativa e algo similar chamado de cidadão empresarial assumiram uma conotação de senso de pertencimento para uma comunidade. O uso popular entre administradores e empresários pode ser atribuído ao fato de demonstrar que o negócio necessita levar em conta a comunidade onde a empresa está operando.

Cidadania corporativa também não tem o mesmo significado para todos. Apesar de ser aceita, a visão que associa cidadania empresarial ao conceito de cidadania individual recebe objeções daqueles que se baseiam nas ciências políticas.

As teorias e abordagens focam os direitos, responsabilidades e possíveis parcerias de negócio e sociedade, havendo forte convergência no sentido de que a responsabilidade empresarial para com a comunidade local, com parcerias formais para melhorar as condições da comunidade local.

De acordo com os teóricos, a crise do Estado de Bem-Estar Social e o fenômeno da globalização renovaram a antiga idéia da empresa como um cidadão. Estes dois fatores aliados ao processo de desregulamentação e à diminuição de custos com os avanços tecnológicos têm significado que muitas grandes companhias multinacionais passaram a ter poder econômico e social maior que alguns governos.

Da comunidade local para uma concepção global faz parte do processo da globalização, que geraram o senso de “cidadania corporativa global”, expresso no manifesto “Global Corporate Citizenship – the Leadership Challenge for CEOs and Boards”, assinado pelas 34 maiores corporações multinacionais durante o Fórum Mundial Econômico, em 2002.

3.1.2.3- Teorias Integrativas

Consideram que é próprio ao negócio integrar demandas sociais, tem-se a obrigação, pois depende da sociedade para sua continuidade e crescimento, e mesmo para sua própria existência. As demandas sociais são consideradas como sendo o meio pelo qual a sociedade interage com o negócio e oferece a este legitimidade e prestígio. Em contra-partida, a administração corporativa deve levar em conta as demandas sociais, integrando-as de tal forma que o negócio opera de acordo com valores sociais.

Sob esta perspectiva, a RSC que fica conformada pelas circunstâncias do tempo e do espaço e dos valores da sociedade num dado momento, pode ser subdividida ainda em:

-Gerenciamento de questões

Essa abordagem faz aparecer um aspecto relevante, a “zona de discrição”, designação dada por Ackerman (1973, p.92 *apud* Garriga e Melé, 2004, p.58) para definir um vazio a ser percebido pela empresa, um campo que não é regulamentado, nem ilegal, nem autorizado, onde a empresa recebe sinais poucos nítidos do ambiente e escolhe uma resposta a fim de preenchê-lo. Isto representa a lacuna entre a performance atual da corporação e o que se espera da performance corporativa para se ter relevância pública.

Esse processo baseado num misto de “sensibilidade” e “resposta” configurou o conceito da Responsividade Social (Social Responsiviness).

A estrutura interna organizacional e os mecanismos de integração pelos quais emerge a gestão social dentro da organização configuram um “processo de institucionalização”, pelo qual a corporação pode identificar, avaliar, e responder àquelas questões sociais e políticas que podem impactar significativamente, minimizando surpresas.

Nesse sentido, a idéia do processo é mais relevante antes mesmo que os princípios como uma abordagem apropriada para as questões da RSC (Welcomer *et al.*, 2003, p.46).

Alguns teóricos consideram essa linha mais como um grupo especial de questões estratégicas.

-Responsabilidade pública

São teorias que se fundamentam no “princípio da responsabilidade pública”. O “público” vem antes mesmo do “social” ou das visões pessoais de moralidade ou de interesses restritos de determinados grupos que possam definir o escopo de responsabilidades.

Em teoria, considera-se que, além dos textos literais das leis e das regulamentações, as políticas públicas devem contemplar um modelo amplo de direção social que reflita a opinião pública, as questões emergentes, os requisitos legais formais e sanções ou implementação de práticas.

Desse modo, uma norma de procedimento adequada para uma conduta gerencial legítima é encontrada nessa estrutura de políticas públicas relevantes.

Nesse sentido, o escopo da responsabilidade gerencial é analisado em termos do grau de envolvimento da empresa com o seu ambiente social. O envolvimento primário inclui as tarefas econômicas essenciais da empresa, tais como localização e organização de suas facilidades, conseguindo fornecedores, contratando funcionários, executando suas funções produtivas e vendendo produtos. O segundo grau, o secundário, deriva do primeiro. Pode ser representada pelas profissões e oportunidades de ganhos para alguns indivíduos devido à seleção e melhorias dos funcionários.

Os autores que defendem essa linha são a favor da intervenção do negócio em processos de políticas públicas, em particular naquelas em que a política pública não esteja claramente estabelecida ou que esteja transição.

-Gestão de Stakeholders

Tem como foco os stakeholders ou pessoas que afetam ou são afetadas pelas políticas e práticas corporativas, ao invés de focar em responsividade genérica ou princípios de responsabilidade pública.

Fundamenta-se em dois princípios básicos: 1-a meta central é obter a máxima cooperação de todos entre o sistema de grupos de stakeholders como um todo e os objetivos da corporação; 2-a estratégia mais eficiente para gerenciar as relações dos stakeholders envolve esforços que lidam com questões que afetam múltiplos stakeholders.

Essa prática que tenta integrar grupos com um suporte na empresa nas suas tomadas de decisão já vem há tempos estabelecida, embora a academia tenha atentado para ela somente ao final dos anos 1970. Nesse sentido, as pesquisas empíricas têm se guiado pelo senso do pragmatismo.

A grande pressão que outros grupos passaram a exercer recentemente sobre as corporações (organizações não governamentais, ativistas, comunidades, governos, mídia e outras forças institucionais), demandou o diálogo com um espectro mais amplo de stakeholders.

Por outro lado, a abertura desses canais de conversação tornou-se um elemento facilitador para a questão da responsividade, abrindo possibilidades para a empresa aumentar sua sensibilidade quanto ao meio que ela se insere e poder entender melhor os dilemas desse meio em face à organização.

-Performance Social Corporativa (PSC)

Fazem parte desse grupo as teorias que tentam integrar algumas das teorias anteriores. Na busca da legitimidade social, essa linha contempla os processos que oferecem respostas apropriadas.

O primeiro modelo (Carroll, 1979) a aparecer se baseava em três elementos: definição básica de responsabilidade social; lista de questões nas quais a responsabilidade social existe; e especificação da filosofia de resposta às questões sociais (ver Figura 3.2).

Carroll (1991, p.39:48) integrou os quatro componentes da RSC (econômico, legal, ético e discricionário) à abordagem dos stakeholders, considerando que isso personaliza o “social”, coloca nomes e faces para os quais o negócio deve ser responsável socialmente.

Wartick e Cochran (1986, p.758) examinaram a PSC sob o foco da responsabilidade econômica, da responsabilidade pública e da responsividade social propondo um modelo, como ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 3.1 – Modelo de PSC de Wartick e Cochran

Princípios		Processos		Políticas	
Responsabilidades Sociais Corporativas	Econômica	Responsividade Social Corporativa	Reativa	Administração de questões sociais	Identificação de questões
	Legal		Defensiva		Análise das questões
	Ética		Acomodativa		Desenvolvendo respostas
	Discricionária		Próativa		
Dirigido à	Contrato Social dos Negócios	Dirigido à	Capacidade de responder às mudanças das condições da sociedade	Dirigido à	Minimizar surpresas
	Negócio como um Agente Moral		Abordagens Gerenciais de desenvolver respostas		Determinar os efeitos das políticas corporativas
Orientação Filosófica		Orientação Institucional		Orientação Organizacional	

(Fonte: adaptada de Wartick e Cochran, 1986, p.767)

Conforme eram colocadas proposta dos teóricos, ampliava-se a definição de

Teoria Normativa dos stakeholders

Freeman (1984, *apud* Garriga e Melé, 2004, p.60) considera que os dirigentes possuem uma obrigação fiduciária com os stakeholders, ao invés do dever fiduciário exclusivamente voltado para os acionistas, como sustentada pela visão convencional de uma empresa. Isso foi preponderante para que a gestão de stakeholders, que é incluída por alguns autores como pertencente ao grupo das teorias integrativas, passasse a ser vista como fundamentada numa teoria ética.

Sob esta perspectiva, os stakeholders, são pessoas ou grupos que têm interesses legítimos nos procedimentos e aspectos substantivos das atividades da corporação, independente dessa ter ou não qualquer relação funcional com eles. Os interesses desses grupos derivam de valores intrínsecos e devem ser levados em conta pelos seus próprios motivos e não porque simplesmente favorecem aos interesses dos acionistas.

Devem combinar dois requisitos conjuntamente: atentar para os interesses legítimos de todos os stakeholders e balancear a multiplicidade desses.

Contudo, uma normativa de princípios éticos deve ser definida para direcionar essa formulação mais geral na hora de se dirigir a corporação. Autores diversos defendem propostas diversas, justificando-as harmonicamente com argumentos vindos do capitalismo, das teorias modernas de propriedade e justiça distributiva, e também das teorias liberais.

Direitos Universais

O fenômeno da globalização foi definitivo para colocar os direitos humanos como a base para a RSC, em especial nos últimos anos. As Nações Unidas se destacam na proposição de nove princípios nas áreas dos direitos humanos, trabalho e meio ambiente. Essas propostas lançadas no Fórum Econômico Mundial de 1999 têm sido adotadas por muitas companhias. Além disso, as certificações que procuram credenciar organizações quanto à responsabilidade social também se baseiam em direitos humanos e do trabalho.

Em resumo, as abordagens derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos e suas adaptações no campo do direito do trabalho e proteção ambiental.

Desenvolvimento Sustentável

Grupo de teorias que se fundamenta no conceito de “desenvolvimento sustentável” lançado pelo Relatório Brundtland, no qual é exigida a integração das

considerações oriundas da dimensão social, da ambiental e da econômica, de modo a propiciar uma avaliação balanceada na ótica de longo prazo.

Abordagem do bem comum

São teorias amparadas no conceito clássico de bem comum fundada na tradição Aristotélica, na escolástica medieval e no pensamento social do catolicismo. Esta abordagem sustenta que o negócio, como qualquer outro grupo social ou indivíduo em sociedade, tem que contribuir para o bem comum, uma vez que é uma parte da sociedade.

Sob o argumento que o negócio é uma instituição de mediação, considera que ele não deve ser nem nocivo nem um parasita na sociedade, mas um contribuinte positivo para o bem-estar da sociedade.

Os meios de contribuir podem ser diversos, criando prosperidade, provendo bons produtos e serviços de modo justo e eficiente, preservando os direitos inalienáveis e fundamentais do indivíduo. Apesar da semelhança com as abordagens por stakeholders e desenvolvimento sustentável, a sua base filosófica difere destas, uma vez que interpreta a noção de bem comum como vinculada à compreensão da natureza humana e sua satisfação, o que nos remete ao relativismo cultural.

Tabela 3.2 – Quadro Síntese das Teorias da RSC e abordagens respectivas

TIPOS DE TEORIAS	FOCO	ABORDAGENS	DESCRIÇÃO
Instrumentais	Alcançar objetivos econômicos através de ações sociais	Maximização dos valores acionitários	Maximização a longo prazo
		Estratégias para vantagens competitivas	Investimentos sociais em contexto competitivo
			Estratégias baseadas nos recursos naturais na visão das empresas e na sua capacidade de dinamismo
			Estratégias para a base da pirâmide social
		Marketing de causas	Atividades altruísticas socialmente reconhecidas usadas como instrumento de marketing
		Constitucionalismo Corporativo	Responsabilidades sociais dos negócios emergem

Sobre essa diversidade de correntes de pensamento, Greenfield (2004, p.20) ressalva que as corporações originam-se de leis de várias jurisdições ao redor do mundo, guardando especificidades próprias.

3.2-Escopo e Gestão da RSC

Após deter-se nos pressupostos teóricos que fundamentam a história da RSC, assim como no exercício de apontar uma tipologia e modos de abordagens, há de se entender como necessário adentrar-se no campo prático de como e dentro de que limites as empresas lidam com a questão na atualidade.

Nesse sentido, procura-se estabelecer os contornos de um potencial escopo e apontar algumas tecnologias gerenciais utilizadas. É válido pensar nesse escopo como um campo de possibilidades, onde não necessariamente todos os seus elementos são objetivados e alcançados por uma determinada empresa, mas sim alcançáveis por meio de um processo interativo que emana de uma rede de relações entre empresas, sociedade e governo.

Antes, porém, é possível apoiar-se em informações do Relatório Socioambiental produzido pela FIESP/CIESP/IRS (2004, p.58-9) para ilustrar uma perspectiva histórica de fatos referenciais que justificam, de modo panorâmico, o desenho do escopo e das tecnologias que pretende-se apontar.

Tabela 3.3 – Eventos históricos referenciais nas mudanças socioambientais

1919	-Constituição de Weimar, na Alemanha, inaugura a idéia de "função social da propriedade"
1948	-Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais
1949	-Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre direito de organização e negociação coletiva
1951	-Convenção da OIT sobre remuneração
1958	-Convenção da OIT sobre discriminação no trabalho
1961	-Carta social européia -Foursquare Fund exclui os investimentos farmacêuticos, álcool e tabaco
1964	-Civil Rights Act, primeira lei americana contra discriminação racial no trabalho
1965	-Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, no Brasil
1966	-PIDESC – Pacto Internacional referente aos direitos econômicos, sociais e culturais
1969	-National Environmental Act cria a obrigação de avaliar impactos sociais e ambientais para todo projeto de infra-estrutura (EUA)
1970	-Pax World Fund – primeiro fundo de investimentos baseado em critérios sociais
Tabela 3.3 continua na página seguinte	

Tabela 3.3 – Eventos históricos referenciais nas mudanças socioambientais (continuação)

1972	<ul style="list-style-type: none"> -Clube de Roma – “Os limites do crescimento” alerta sobre os riscos de esgotamento das energias não renováveis e preconiza o crescimento Zero -Singer é a pioneira e publica o primeiro balanço social -Resolução do Conselho Econômico e Social da ONU sobre o papel e os efeitos das multinacionais nos países emergentes -Fundado o Greenpeace -PNUD
1974	-Declaração e programa de ações sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional
1975	-Conferência de Helsinque reafirma o caráter essencial dos direitos econômicos, sociais e culturais
1976	-Princípios diretores da OCDE sobre multinacionais
1977	<ul style="list-style-type: none"> -OIT declaração do princípio tripartite sobre multinacionais e política social -Lei determina a publicação de balanço social, voltada para as relações do trabalho, na França
1978	-Fundação Fides apresenta proposta de balanço social no Brasil
1980	<ul style="list-style-type: none"> -Relatório Brandt “um programa de sobrevivência” preconiza a transferência de fundos financeiros e uma interdependência entre norte e sul -Fides realiza Seminário Internacional sobre “Balanço Social na América Latina”
1982	-Calvert Social Investment Fund – fundo ético americano
1984	-Nitrofertil publica primeiro balanço social do Brasil
1985	<ul style="list-style-type: none"> -Surge a Responsible Care, iniciativa da indústria química sobre segurança e proteção da saúde e do meio ambiente -Portugal torna obrigatória a publicação de balanço social para empresas com mais de 100 funcionários
1986	<ul style="list-style-type: none"> -The Caux Round Table, mesa-redonda com lideranças da Europa, Japão e Estados Unidos elabora carta sobre o comércio ético e responsável (Principles for Business) -Adoção dos princípios de Linburg detalhando as obrigações do PIDESC -Anti-Apartheid Act -Declaração da ONU sobre o direito ao desenvolvimento
1987	<ul style="list-style-type: none"> -Surge a ISO 9000 -Repport Bruntland – primeira definição sobre sustentabilidade
1988	-Assassinato de Chico Mendes, ambientalista brasileiro, ganha repercussão internacional
1989	-Convenção da ONU sobre os direitos da infância
1990	<ul style="list-style-type: none"> -Conferência das Nações Unidas sobre a infância -Domini 400 Social Index – não admite empresas envolvidas com tabaco, álcool, jogo, armas e geração de energia nuclear
1991	<ul style="list-style-type: none"> -Fundo para o meio ambiente mundial -Carta do desenvolvimento da Câmara Internacional do Comércio -Levi Strauss; primeira multinacional a estabelecer um código de Ética baseado nos princípios dos direitos humanos

1992

Tabela 3.3 – Eventos históricos referenciais nas mudanças socioambientais (continuação)

1996	Institute of Social and Ethical Accountability cria a norma AA1000, na Inglaterra
1997	-Fairtrade Labelling Organization (FCO); junção das organizações certificadoras -Declaração das convenções de base da OIT -Conferência de Kyoto estabelece cotas de emissão de gases na atmosfera -Ibase propõe modelo de balanço social -Criado o GRI, movimento internacional de padronização do relato socioambiental
1998	-Ethical Trade Initiative Parceria entre Governo britânico, ONG's e empresas -Surge o Instituto Ethos -SA8000, norma voltada para as condições de trabalho
1999	-ONU propõe o Global Compact -Dow Jones Sustainability index (DJSI) que define a sustentabilidade de acordo com critérios econômicos, sociais e ambientais
2000	-Relatório anual do Banco Mundial "Combate à Pobreza" -ONU realiza assembleia que cria a Declaração do Milênio, documento que consolidou metas a serem alcançadas até 2015 -Primeira versão dos indicadores Ethos de RES
2001	-Livro verde da comissão europeia sobre RES -ISO encomenda ao COPOLCO que faça um estudo sobre o assunto RS e sua necessidade de normas internacionais
2002	-Rio +10, conferência da ONU na África do Sul avalia o encaminhamento das proposições da Eco 92 -Fair Labor Association (FLA) 13 corporações com 4 mil fábricas em 75 países certifica empresas e marcas (EUA) -África do Sul – "King II report" obriga a edição do código de ética, do balanço social e reconhece o interesse dos stakeholders -A União Europeia lança seu "Livro Branco" documento que faz forte promoção da RSE -ABNT cria o grupo tarefa RS visando acompanhar internacionalmente os trabalhos da ISO -Carta da Terra (ONU)
2003	-TMB, órgão técnico máximo da ISO decide criar um grupo de especialistas de cada continente, Brasil é representado -Criação do Comitê Brasileiro do Global Compact -"Marco referencial de RSE" integra 40 organizações holandesas (ONGs e centrais sindicais)
2004	-"Normas sobre responsabilidade de corporações transnacionais e outras empresas em relação aos direitos humanos", a ser aprovada pela ONU -Workshop internacional da ISO realizada em junho em Estocolmo, Suécia

(Fonte: FIESP/CIESP/IRS. *Relatório Socioambiental – Gestão 2001-2004*)

3.2.1-Macro-referências

Na reformulação de suas políticas empresariais, o setor corporativo tem observado as referências mundiais no que diz respeito a um desenvolvimento sob uma perspectiva social e ambiental. Na atualidade, o *Global Compact* e a *Declaração do Milênio*, ambos originados dentro da ONU, assumem posição destacada nesse processo.

Embora tenham sido lançados num âmbito internacional, o uso de uma ampla rede de informações tem permitido a difusão dos princípios e metas, possibilitando alcançar todo tipo e nível de negócio. Como exemplo no Brasil, podem ser citados os trabalhos das Federações Setoriais (FIESP, FIEMG, FIRJAN, dentre outras), associações classistas (ex.: ADVB -

Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) assim como das entidades que trabalham com a questão da responsabilidade social corporativa (ex.: Instituto Ethos).

3.2.1.1-Global Compact⁴⁵

O palco do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 1999, foi a oportunidade usada pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan, para desafiar os líderes empresariais mundiais a "apoiar e adotar" um pacto mundial, designado como *Global Compact*, no que diz respeito às suas práticas corporativas individuais e ao apoio a políticas públicas adequadas. Em julho de 2000, foi iniciada a fase operacional desse pacto.

O Global Compact, iniciativa de Annan, tem por objetivo mobilizar a comunidade empresarial mundial, para que juntamente com as agências das Nações Unidas, organizações não-governamentais e outros parceiros sociais, participem da difusão e implementação de uma série de princípios universais, nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente.

Se por um lado as empresas participantes são diversificadas e representam diferentes setores da economia e regiões geográficas, por outro as mesmas são empresas líderes e procuram gerenciar seu crescimento global sob uma égide dita responsável que seja capaz de contemplar as preocupações de todas as partes interessadas (abordagem por stakeholders).

Temendo as fragilidades da globalização e as conseqüências nos países em desenvolvimento, a criação do Global Compact visa subsidiar as organizações na reformulação de suas estratégias e ações. Sendo uma iniciativa voluntária, pois não se trata de um instrumento regulatório, nem código legal ou arena de fiscalização das políticas e práticas gerenciais, o Global Compact se baseia na responsabilidade pública (*public accountability*) e na transparência.

Ao oferecer uma estrutura global de promoção de um crescimento sustentável e da cidadania, buscando nas lideranças corporativas uma atitude comprometida e inovadora, e através do poder da ação coletiva, o Global Compact procura promover a cidadania corporativa responsável, e tornar o negócio parte da solução para os desafios da globalização.

Na atualidade, com a inclusão recente do combate à corrupção, os princípios do Global Compact passaram a derivar, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

⁴⁵ NAÇÕES UNIDAS. La Responsabilidad cívica de las empresas en la economía mundial: El Pacto Mundial. 2005. Ver em <http://www.unglobalcompact.org> . Disponível em 25/06/2005.

também da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Dessa forma, ficaram constituídos 10 princípios, assim distribuídos:

Princípios de Direitos Humanos

- 1-Respeitar e proteger os direitos humanos;
- 2-Impedir violações de direitos humanos;

Princípios de Direitos do Trabalho

- 3-Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
- 4-Abolir o trabalho forçado;
- 5-Abolir o trabalho infantil;
- 6-Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;

Princípios de Proteção Ambiental

- 7-Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- 8-Promover a responsabilidade ambiental;
- 9-Encorajar tecnologias que não agredam o meio ambiente;

Princípios anti-corrupção

- 10-Os negócios devem trabalhar contra todas as formas de corrupção, incluindo extorsão e suborno.

3.2.1.2- Declaração do Milênio - 8 jeitos de mudar o mundo⁴⁶

A ONU (Organizações das Nações Unidas) reuniu, em setembro de 2000, chefes de Estado e representantes de governos na Assembléia do Milênio num evento de grande magnitude com vistas ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza do mundo. Desse evento resultou um documento, *UN Millennium Project*, que consolidava várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 1990, e definia um conjunto de objetivos, os chamados “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODMs), assim identificados:

- Erradicar a pobreza absoluta e a fome;
- Universalizar o acesso à educação primária;
- Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde materna;
- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;

⁴⁶ Ver em www.pnud.org.br. Disponível em 25/06/2005

- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O documento convoca o setor privado a participar ativamente na viabilização do projeto, destacando que as empresas devam se apoiar em alto padrão de cidadania e de governança corporativa responsável. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2005, p.137-145)

3.2.2-Microreferências

O peso do modelo econômico clássico induz o nosso olhar para o universo corporativo empresarial, valorizando os aspectos dicotômicos entre economia e responsabilidade social dos negócios. Nesse contexto, são buscados pontos de convergência que justifiquem a legitimação social do negócio.

Deve-se reconhecer a predominância das discussões sobre negócio e sociedade sob essa perspectiva, em especial pelo poder que o *Capitalismo Mundial Integrado*⁴⁷ tem sobre as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente do controle sobre a mídia e a publicidade, segundo Guattari (1990, 30-1).

No entanto, é oportuno abrir um pequeno espaço para apontar experiências como objetos alternativos de pesquisas e práticas no campo da responsabilidade social dos negócios, sem que haja o propósito de nos aprofundar nas suas questões.

Nesse sentido, Neto e Froes (2002, p.18-19) buscando o redesenho das relações entre comunidade, governo e setor privado, indicam o modelo de desenvolvimento implantado no nordeste da Itália, a chamada “Terceira Itália”, como uma estratégia produtiva alternativa à do modelo centralizado e massificado.

Os autores destacam os resultados favoráveis sob o ponto de vista social, como aumento da empregabilidade, desenvolvimento do empreendedorismo social e empresarial da região e desenvolvimento local. O associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo, a desverticalização da atividade produtiva, da despadronização dos produtos, dentre outros são marcas na criação de um contexto socioeconômico diferenciado da organização produtiva fordista.

Além disso, Cocco *et al.* (*apud* Neto e Froes, 2002, p.19) afirma que são constituídas novas relações, mais sutis, entre local de trabalho e local de moradia, entre tempo de trabalho

⁴⁷ *Capitalismo Mundial Integrado* é uma qualificação dada por Guattari (1990) para o tipo de capitalismo pós-industrial, no qual haveria uma descentralização do foco do poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas de poder subjetivo.

e tempo de formação profissional, entre trabalho formal e trabalho autônomo. Valoriza-se o empresariado coletivo em detrimento do empresariado individual e concorrencial.

Segundo Cocco *et al.* (1999, p. 13 *apud* Neto e Froes, 2002, p.18), o modelo se caracteriza pela criação de redes industriais de pequenas e médias empresas (*clusters*); consolidação de capacidades tecnológicas endógenas; desconcentração produtiva através da difusão de pequenos e médios empreendimentos; parcerias com associações, sindicatos, escolas, envolvendo ações empresariais e insitucionais; e parcerias entre empresas.

Embora as questões colocadas no item anterior (macroreferências) sejam relevantes, percebemos na colocação do item em pauta alguma contraposição ao primeiro. Ao invés de focar nos efeitos, entendemos como vital à visão da sustentabilidade redesenhar a atual concepção produtiva, conforme ilustrado no esquema adiante.

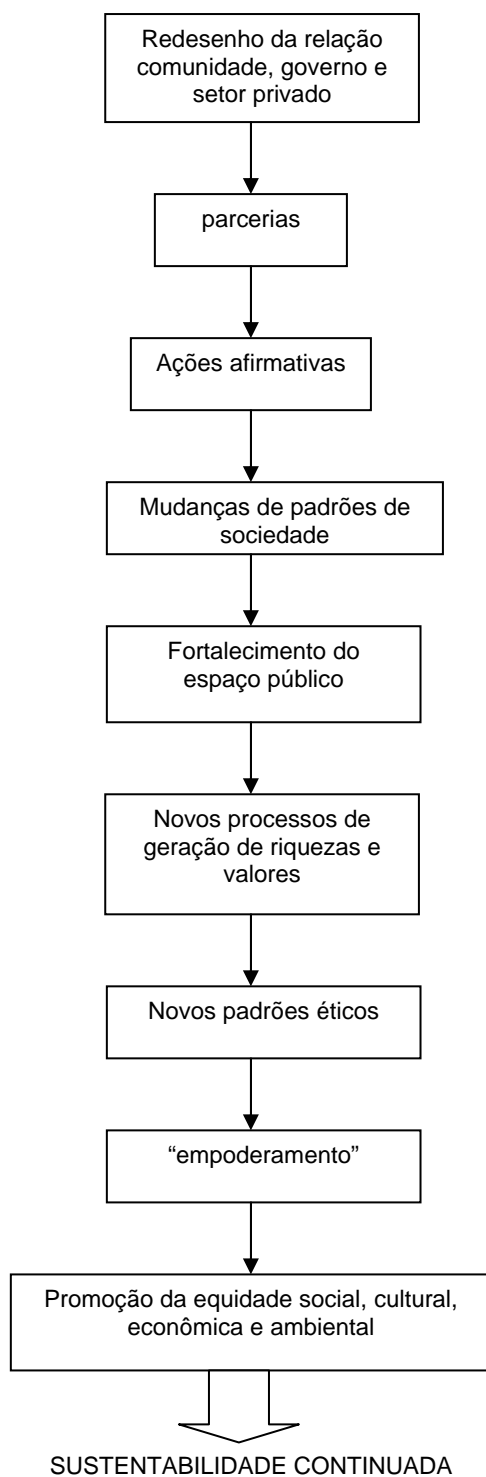


Figura 3.5 - Pré-requisitos do empreendedorismo social
(Fonte: adaptada de Neto e Froes, 2002, p.30)

Referenciando-se neste modelo, de alguma forma, derivam concepções e ações com proposta reestruturante. A Economia da Comunhão (EdC) criada recentemente no Brasil, em

1991, é uma idéia de economia fundamentada nos princípios da solidariedade católica do norte da Itália⁴⁸ que procura combater a pobreza na periferia das cidades.

Pensando numa nova racionalidade econômica amparada em valores mais substantivos, a EdC ganha cada vez mais adeptos. O lançamento da idéia na região Vargem Grande Paulista, em São Paulo, foi um convite aos empresários a iniciar uma economia nova baseada na partilha, na divisão dos lucros. No Brasil já operam cerca de 80 pequenas e médias empresas, e na própria região de Vargem Grande Paulista foi fundado o Pólo Industrial “Spartacus” como laboratório. Em nível mundial, a EdC conta com a adesão de cerca de 850 empresas.

Além do interesse de empresários, a EdC vem suscitando a atenção crescente da área acadêmica como um objeto de estudo.

3.2.3-Os temas emergentes de Gestão

Segundo Neto e Froes (1999, p.85), o exercício da responsabilidade social se faz necessariamente em duas dimensões: a interna com foco no público-interno e a externa com atenção na comunidade, ambas importando em problemas diversificados e complexos.

Procurando uma classificação dessas novas questões que se impõem às empresas, Grayson e Hodges (2002, p.95) as resumem nas seguintes categorias:

- Ecologia e Meio Ambiente
- Diversidade e Direitos Humanos
- Saúde e Bem-Estar
- Comunidades

No entanto, é preciso reconhecer que diferentes componentes constituem cada uma dessas questões, pois dependem do lugar de atuação da empresa, da cultura do local e da estrutura de negócio (comercial ou industrial).

Ecologia e Meio Ambiente

De fácil entendimento face ao amplo noticiário existente nos últimos quinze anos, as questões ambientais demandam da empresa uma abordagem que não deve se restringir aos limites da empresa. A gravidade dos efeitos regionais e globais, em especial pelas atividades industriais e pelo modelo civilizatório (padrões de consumo), combinada com um maior rigor da legislação ambiental e com a pressão crescente da sociedade civil, vem exigindo que as preocupações sejam estendidas além dos muros da empresa.

⁴⁸ Na cidade de Trento, na Itália, com o fim da 2ª Guerra Mundial, o Movimento dos Focolares idealizado por Chiara Lubich já utilizava a prática da partilha entre seus membros, estendendo a ajuda a muitas outras pessoas. (ver em <http://www.focolares.org.br/PAGEEDC.html> , disponível em 12/06/2003)

Dentre vários aspectos que se enquadram neste item, destacam-se as mudanças em processos industriais e comerciais com o uso de novas tecnologias e procedimentos para reduzir a produção de efluentes tóxicos e para mitigar seus efeitos; a otimização no uso de recursos naturais; a minimização de despejo de resíduos sólidos; e o uso de critérios mais seletivos de mercado.

Podemos incluir também, os programas e projetos ambientais por força de exigências regulamentares ou legais, como em processos de licenciamento ambiental.

Em regra, esses aspectos, que são mais relacionados diretamente à atividade produtiva em si, são contemplados pela aplicação de novas tecnologias gerenciais como os sistemas de gestão estabelecidos pela ISO (Sistema de Gestão da Qualidade – série 9000 e Sistema de Gestão Ambiental – série 14000).

No entanto, são comuns críticas ao tipo de abordagem para os problemas, uma vez que derivam da crença que a ciência e a tecnologia tradicionais são capazes de dar soluções adequadas.

Outro aspecto que põe em dúvida a efetividade da mudança é a transformação cultural das pessoas envolvidas de alguma forma no processo empresarial. Dentro da concepção empresarial de valores e cultura, podemos fazer uma analogia desses com as diretrizes e os procedimentos, que nos remetem a algo mais “mecânico”, ou a uma cartilha. O termo treinamento e conscientização, não raro, se confundem entre si ou com educação, em detrimento dos pressupostos pedagógicos dessa última.

Demajorovic (2003, p.246-7), após o estudo em três grandes empresas químicas instaladas em Cubatão, no Estado de São Paulo, conclui que, apesar das empresas modificarem bastante sua ação no campo socioambiental nos últimos anos, o principal motivador para as grandes mudanças foram muito mais as pressões externas do que as políticas de educação corporativa.

Porém, deve-se apontar a implementação cada vez mais freqüente das “Universidades Corporativas”⁴⁹, em substituição ao tradicional Departamento de Recursos Humanos, como uma possibilidade de ganhos qualitativos nesse aspecto.

Segundo Jeanne Meister (*apud* Junqueira, 2005), da Corporate Universities Xchange, a Universidade Corporativa “é um guarda-chuva **estratégico** para desenvolvimento e

⁴⁹“A Universidade Corporativa é um grande guarda-chuva estratégico, sob o qual estão concentradas todas as iniciativas de desenvolvimento das competências individuais que darão suporte ao desenvolvimento/sustentação da competência empresarial. O currículo de uma Universidade Corporativa deve estar perfeitamente alinhado com o planejamento estratégico, com os objetivos e metas do negócio e com o modelo de competências da empresa.” Disponível em <http://www.webtraining.com.br/servicos/uc.shtml>, em 25/06/2005.

educação de funcionários, clientes e fornecedores, buscando otimizar as estratégias organizacionais" (grifo nosso).

Apesar de parecer uma proposta inovadora, podemos perceber uma visão ainda distorcida das necessidades, com base nas afirmações de Morse (1984, p.33 *apud* Demajorovic, 2003, p.140):

Educação corporativa continua sendo um **instrumento tático e não estratégico** para as organizações lidarem com necessidades imediatas. Educação e treinamento de curto prazo exigidos para um determinado tipo de produto, processo ou tecnologia são sempre prioritários em relação aos objetivos educacionais de longo prazo, sendo que a justificativa dada para esta escolha é sempre tempo e dinheiro (...) impedindo uma compreensão mais abrangente da educação e do treinamento.(grifo nosso)

Embora o objetivo primário dessas universidades esteja alinhado com as necessidades tradicionais da empresa, ao trabalhar com o homem num enfoque em que não existe competência, mas competências, abrem-se oportunidades para manifestações de outros atributos humanos.

Como afirma Demajorovic (2003, p.137), “importante destacar que a mudança não se restringe a colocar a variável socioambiental no centro das deliberações das empresas; inclui também repensar os processos educacionais em contextos organizacionais que, durante décadas, se limitaram a oferecer apenas treinamento aos seus integrantes”.

Diversidade e Direitos Humanos

Essas questões são parametrizadas por uma série de acordos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, e as convenções da OIT. A globalização leva as empresas a atuar em muitos mercados, colocando-as defronte de perfis demográficos, de religiões, de raças, de costumes e de tradições diferentes.

Uma vez que o crescimento da economia é baseado no conhecimento, há uma tendência a valorizar as pessoas de talento dentre os melhores de uma população mais ampla. As inovações tecnológicas que criam novas formas de relações de trabalho permitem que trabalhadores com deficiência, mulheres ou idosos se integrem ao mercado de trabalho.

Algumas empresas entendem como estratégica a necessidade de que a diversidade de trabalhadores reflita a diversidade de cliente, vendo nisso vantagem competitiva, pois atuam em mercados diversos, como necessidades, preferências e percepções diferentes.

As práticas no campo das condições de trabalho têm sido alvo de atenção, como salário baixo, emprego de crianças, mão-de-obra forçada ou escrava, liberdade de associação e direito de negociação coletiva e discriminação.

Essas questões se tornam mais relevantes se observarmos que uma mesma empresa atua também em mercados sensíveis, onde ocorrem conflitos internos permanentes por conta de leis que não são aplicadas ou inexistem, ou que são sujeitos ao suborno.

A participação de uma *joint venture*, a aquisição de outra empresa ou a fusão com outra, se concentrava em questões financeiras. Contudo, os riscos potenciais relativos à diversidade e aos direitos humanos se tornam importantes.

Quanto à gestão de questões dessa natureza aplicadas ao ambiente interno, as empresas se valem da tecnologia gerencial estabelecida pela norma internacional SA8000, onde, além dos acordos internacionais citados no início deste item, é observada a Convenção dos Direitos da Criança.

Dessa forma, a norma SA8000 contempla temas como trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança do trabalhador, livre associação e direito à negociação coletiva, discriminação, disciplina por ação física ou coerção, horas de trabalho e equilíbrio entre trabalho e lazer.

Saúde e Bem-Estar

Grayson e Hodges (2002, p.106) assinalam que normalmente esses aspectos eram tratados sob um enfoque de saúde e segurança dos trabalhadores e daqueles que moravam perto de unidades industriais que poderiam ser afetados pelos seus rejeitos. Incluindo-se aí a responsabilidade de garantir a qualidade dos produtos para consumo.

Se por um lado a velocidade e a penetração dos avanços científicos e tecnológicos permitem o aparecimento de novos produtos, também são aumentados os riscos para a saúde e segurança dos consumidores tanto em magnitude quanto em alcance, conforme o conceito de riscos ampliados. Isso exige maior vigilância e responsabilidade devido à crescente exigência e mobilização dos consumidores, à revolução de valores da sociedade (ex.: caso dos transgênicos e de produtos orgânicos), e a uma vigorosa rede mundial de informações.

As transformações do mundo globalizado impeliram para que essa questão passasse a abranger um novo conjunto de critérios que se encaixam numa denominação mais apropriada de “saúde e bem-estar”.

Necessidades de aprendizado contínuo e aquisição de novas habilidades (ex.: ver a menção feita acima com respeito às universidades corporativas), assistência médica aos funcionários e dependentes devido à ineficiência das agências de governo, equilíbrio entre trabalho e lazer, boa forma física, saúde mental, creches para os filhos de casais que trabalham fora, de solteiros, e de descasados, fazem parte dessa sorte de aspectos a serem atendidos.

Comunidades

As relações entre outros setores da sociedade e a empresa mudaram significativamente com a crescente mobilização e participação, transformando a essência da dinâmica entre empresas e comunidades. A noção de relações comunitárias ganha outra dimensão.

De acordo com Grayson e Hodges (2002, p.122), a comunidade pode ser identificada em três tipos básicos: comunidades geográficas, subdividida em comunidade “depois da cerca” (vizinhança próxima), a localidade e comunidade de impacto (área física sob influência do negócio); comunidades de identidade, com base em características culturais em comum, como credo, raça e grupo etário; e comunidades de interesse, definidas por um interesse comum, como clubes e associações, necessidades, preocupação com questões sociais.

Em países menos desenvolvidos onde a carência ou falta da provisão estatal os problemas sociais são mais pronunciados, a contribuição às necessidades comunitárias visa garantir a estabilidade da comunidade e a coesão social, que podem ser facilitadores ao recrutamento de funcionários e ao trânsito seguro de pessoas e produtos.

No que diz respeito às comunidades externas, a gestão da atuação social empresarial apresenta a tendência de se concentrar em alianças e parcerias estratégicas com organizações sociais, entidades mais sensível e com maior aproximação das comunidades.

3.2.4-Áreas-chave

Com a busca do Estado mínimo, e a seqüência de privatizações de empresas e atividades públicas há uma tendência progressiva de que as ações sociais empresariais venham a convergir para as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e segurança. Fato que se agrava nos países periféricos.

Nesse sentido, Pinto (2002, p.419) assinala como fundamental a perseguição da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social de um país, para o qual são identificadas as seguintes áreas-chave:

- Assistência social, de modo geral;
- Saúde e assistência médica;
- Alfabetização;
- Educação;
- Iniciação ocupacional;
- Gestantes e nutrizes;
- Crianças (de zero a quatro anos) e adolescentes;
- Excepcionais;
- Portadores de deficiências físicas;

- Idosos;
- Apoio especial à população jovem e adulta (AIDS, tóxicos, alcoolismo e outros);
- Registro civil e apoio jurídico;
- Meio ambiente;
- Infra-estrutura;
- Saneamento Básico;
- Cultura e outros.

A GlobeScan (Global Public Opinion & Stakeholders Research for Successful Strategies) divulgou em 2005 uma pesquisa de opinião pública mundial, denominada *The 2005 Corporate Social Responsibility Monitor*, fornecendo as visões, atitudes, e o comportamento dos consumidores, acionistas e funcionários das corporações com relação às questões da RSC. Os dados coletados indicam a expectativa da população quanto às coisas mais importantes que as companhias podem fazer para serem consideradas socialmente responsáveis, como ilustrado no gráfico abaixo.

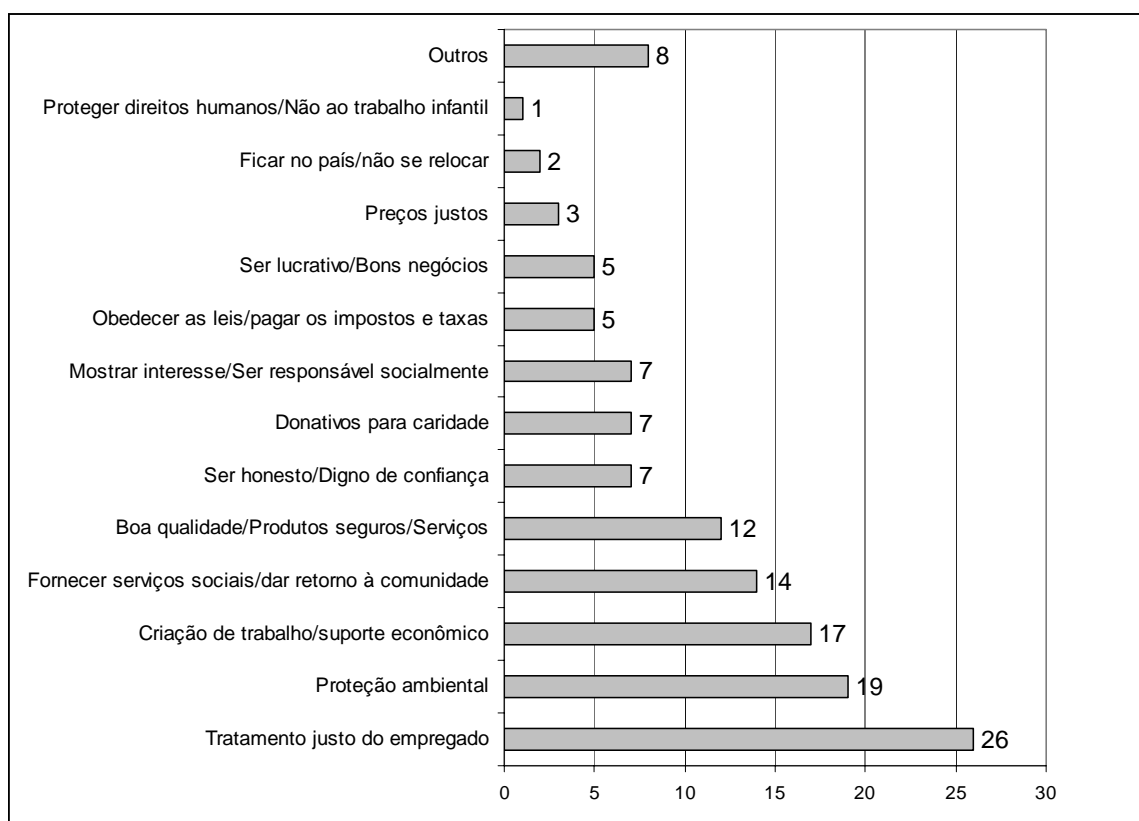


Figura 3.6 – Coisas mais importantes que as companhias podem fazer para serem consideradas responsáveis socialmente
(Fonte: adaptada da GlobeScan em http://www.globescan.com/print_version.asp?name=csr disponível em 22/07/2005)

Embora essa diversidade de possibilidades, Neto e Froes (1999, p.146) apontam que a empresa opera com o conceito de agregação de valor social em suas ações, que pode ser ilustrado na figura abaixo.

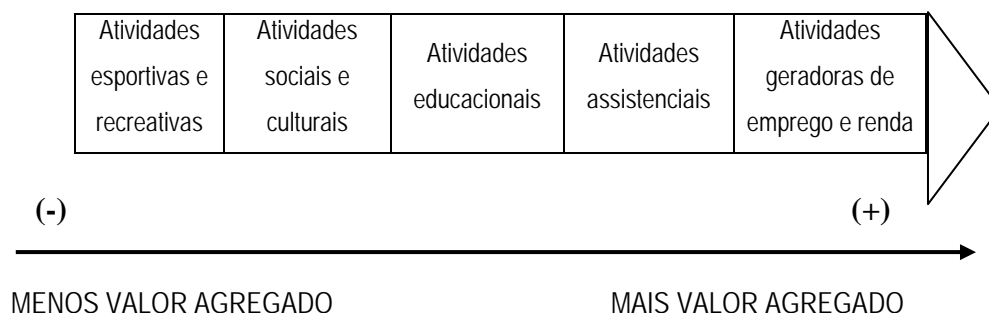


Figura 3.7 – Cadeia do Valor Social
(Fonte: adaptada de Neto e Froes, 1999, p.146)

Dois aspectos chamam a atenção. O primeiro é o contraste entre a expectativa do público que dá um lugar de destaque à proteção ambiental e o conceito de agregação de valor social que as empresas dão em suas ações as quais privilegiam atividades correlatas à sua atividade fim.

O gráfico abaixo dá uma idéia comparativa entre a expectativa da sociedade e a performance das indústrias quanto à proteção ambiental e a segurança de produtos. A queda da performance das indústrias contrasta com o aumento da expectativa, que se atribui à crescente visão crítica dos cidadãos nos países mais prósperos.

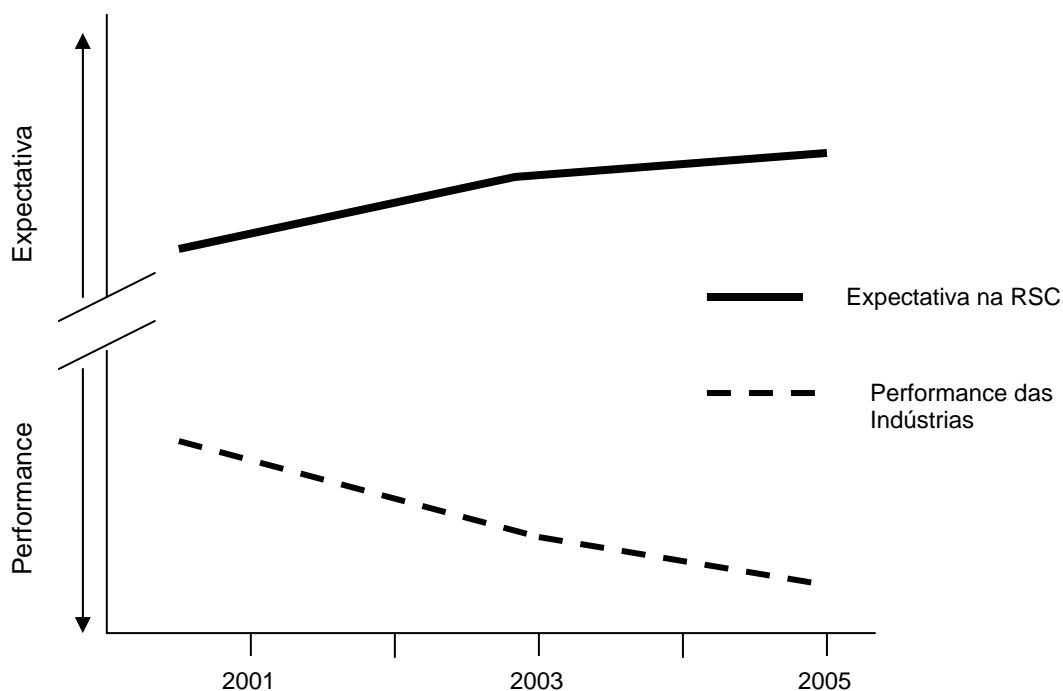


Figura 3.8 – Comparação da Performance das Indústrias X Expectativa Pública na RSC
(Fonte: adaptada da GlobeScan em http://www.globescan.com/print_version.asp?name=csr disponível em 22/07/2005)

Outro aspecto decorre da posição da dimensão cultural. Embora se deva reconhecer a realidade de carências que “provocam” as ações sociais, há de se entender como fundamental apontar a cultura como o pilar dessas ações, pois é o campo onde se assentam os valores, a capacidade de se criar, a tenacidade perante as adversidades, o sentimento de pertencimento, a tolerância e a potencialidade de domínio sobre o futuro.

A palavra ambicionada é hoje em dia a palavra Cultura. Uma vez que todo o mundo corre em busca de força, e da riqueza como instrumento de força, a cultura corrige a doutrina do êxito. O homem é prisioneiro de sua força. A memória dos fatos faz dele um almanaque; o talento da discussão o torna um disputador; a habilidade de ganhar dinheiro o faz um cúvido, isto é, um mendicante. A cultura remedia essas inflamações invocando o auxílio de outras energias contra o talento dominante, e em fazendo apelo à hierarquia de forças. Vela pelo êxito. (Emerson⁵⁰, 2003, p.89)

Ao se discorrer sobre a responsabilidade social nos negócios há um choque com a realidade dura de que os negócios feitos pelas corporações mantêm uma forte relação de causalidade com o “vazio” socioambiental, e que a sua progressão é favorecida por uma ideologia hegemônica liberalizante, individualista e homogeneizadora, força que fragilizam e derrubam a cultura.

3.2.5- Gestão ecocêntrica substituindo a gestão antropocêntrica?

Tomando como base toda a discussão anteriormente colocada, Ashley (2002, p.29) considera que o conceito de RSC não poder ficar reduzido a uma dimensão “social” da empresa, mas interpretado numa ótica integrada das dimensões econômicas, ambientais e sociais, que de um modo recíproco, se relacionam e se definem.

Privilegiar a perspectiva econômica (propriedade dos acionistas e uma coleção de ativos e passivos financeiros) é apontar para uma responsabilidade mais explícita dos acionistas sobre as chamadas “deseconomias” externas, ao contrário se a corporação tivesse uma atuação inclusiva em relação aos seus stakeholders.

Segundo Shrisvastava (1995, p.118;126-127), o paradigma da gestão tradicional é limitado em alguns modos ao responder à sociedade de riscos, ou sociedade pós-industrial (Giddens, 1991) e deve ser abandonado. Na visão do autor, a alternativa é a organização transitar do paradigma antropocêntrico para o paradigma ecocêntrico. Nesse sentido, os objetivos transcenderiam os aspectos mensuráveis de emprego de fatores de produção, passando a conciliar os interesses do indivíduo, da sociedade e da natureza. A natureza substituiria o homem como ponto central da gestão organizacional, derivando do bem-estar humano para a saúde humana, pois o primeiro depende da natureza.

⁵⁰ Ralph Waldo Emerson (1803-1882) foi considerado o primeiro filósofo do espírito americano.

Shrisvastava (1995, p.127) propõe criar um novo modelo mental, uma nova visão para relações ecologicamente sustentável entre organização/meio ambiente, a partir da aplicação de dois conceitos básicos – *ecossistema industrial* e *gestão econcêntrica*.

O primeiro conceito tem analogia com a concepção ecocêntrica de relações de populações organizacional e interorganizacional, a qual é baseada na interdependência ecológica e na performance ecológica de comunidades organizacionais. Procura emular a idéia de ecossistema natural, consistindo de uma rede de organizações que juntamente procuram minimizar a degradação ambiental pelo uso de uns dos resíduos e sub-produtos de outros, e pela divisão e minimização do uso de recursos naturais.

O segundo conceito diz respeito à gestão dos elementos organizacionais que tem um impacto na natureza. Isto pode ser visualizado pela contraposição entre essa proposta e a gestão tradicional, conforme a tabela adiante.

Tabela 3.4 – Gestão Tradicional X Gestão Ecocêntrica

	GESTÃO TRADICIONAL	GESTÃO ECOCÊNTRICA
Objetivos	Crescimento econômico e lucros Riqueza dos acionistas	Sustentabilidade e qualidade de vida Bem-estar do conjunto de stakeholders
Valores	Antropocêntrico Conhecimento racional e “pronto para uso” Valores patriarcais	Biocêntrico ou ecocêntrico Intuição e compreensão Valores femininos pós-patriarcais
Produtos	Desenhado para função, estilo e preço Desperdício em embalagens	Desenhada para o ambiente Embalagens não agressivas ao ambiente
Sistema de Produção	Intensivo em energia e recursos Eficiência técnica	Baixo uso de energia e recursos Eficiência ambiental
Organização	Estrutura hierárquica Processo decisório autoritário Autoridade centralizada Atos diferenciais de renda	Estrutura não hierárquica Processo decisório participativo Autoridade descentralizada Baixos diferenciais de renda
Ambiente	Dominação sobre a natureza Ambiente gerenciado como recurso Poluição e resíduos/lixo são externalidades	Harmonia com a natureza Recursos entendidos como estritamente finitos Eliminação/gestão de poluição e resíduos/lixo
Funções do negócio	Marketing age para o aumento do consumo Finanças atuam para a maximização de lucros no curto prazo Contabilidade dedica-se a custos convencionais Gestão de recursos humanos trabalha para o aumento da produtividade do trabalho	Marketing age para educação do ato de consumo Finanças atuam para o crescimento sustentável de longo prazo Contabilidade focaliza os custos ambientais Gestão de recursos humanos dedica-se a tornar o trabalho significativo e o ambiente seguro e saudável para o trabalho

(Fonte: adaptada de Shrisvastava (1995, p.131))

3.3- Bibliografia do Capítulo III

1. ACKERMAN, R. W. How Companies Respond to Social Demands. Separata de: *Harvard University Review*. V.51, n.4, p.88-98, 1973.
2. ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
3. BOWEN, H. R. *Social Responsibility of the businessman*. New York: Harper & Row, 1953.
4. CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual social corporate performance. Separata de: *Academy of Management Review*, v.4, n.4, p.497-505, Outubro 1979.
5. _____. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. Separata de: *Business Horizons*, v.34, n.4, p.39-48, julho-agosto de 1991.
6. _____. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. Separata de: *Business and Society*, v.38, n.3, p.268-295, setembro de 1999.
7. COCCO, G. et al. *Empresários e empregos nos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
8. COMMITTEE FOR ECONOMIC DEVELOPMENT. *Social responsibilities of business corporations*. New York: Author, 1971.
9. COUTINHO, Renata Buarque Goulart e MACEDO-SOARES, T. Diana L.V.A. *Gestão Estratégica com Responsabilidade Social: Arcabouço Analítico para auxiliar sua implementação em Empresas no Brasil*. RAC, v.6, n.3, Set/Dez 2002: 75-96.
10. DAVIS, K. Can Business Afford to Ignore Corporate Social Responsibilities? Separata de: *California Management Review* v.2, p.70-76, inverno de 1960.
11. DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de Risco e Responsabilidade socioambiental: Perspectivas para a Educação Corporativa*. São Paulo: Ed. SENAC-SP, 2003.
12. DONALDSON, Thomas e DUNFEE, Thomas W. Toward a Unified Conception of Business Ethics: Integrative Social Contracts Theory. Separata de: *Academy of Management Review*, v.19, n.2, p.252-284, Abril de 1994.
13. DONALDSON, Thomas e PRESTON, Lee E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. Separata de: *Academy of Management Review*, v.20, n.1, p.65-91, Janeiro de 1995.
14. EILBERT, Henry e PARKER, I.Robert. The current status of corporate social responsibility. Separata de: *Business Horizons*, v.16, n.4, p.5-14, Agosto 1973.
15. EMERSON, Ralph Waldo. *A Conduta para a Vida*, tradução de C.M. Fonseca. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.
16. FIESP/CIESP/IRS. *Relatório Socioambiental – Gestão 2001-2004*. São Paulo: FIESP, 2004. Disponível em www.fiesp.com.br/relatorioRS, em 14/09/2004.
17. FISCHER, Rosa Maria. *O Desafio da Colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.
18. FITCH, H.Gordon. Achieving corporate social responsibility. Separata de: *Academy of Management Review*, v.1, n.1, p.38-46, Janeiro 1976.
19. FREDERICK, William C. From CSR₁ to CSR₂: The Maturing of Business-and-Society Thought. Separata de: *Business and Society*, v.33, n.2, p.150-164, agosto de 1994.
20. _____. Moving to CSR₄ : What the Pack for the Trip. Separata de: *Business and Society*, v.37, n.1, p.40-59, março de 1998.
21. FREEMAN, R.E. *Estrategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman, 1984.

22. GARRIGA, Elisabet. MELÈ, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. Separata de: *Journal of Business Ethics*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 53: 51-71, 2004
23. GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
24. GLOBESCAN (Global Public Opinion & Stakeholders Research for Successful Strategies). *The 2005 Corporate Social Responsibility Monitor*, 2005. Disponível em http://www.globescan.com/print_version.asp?name=csr em 22/07/2005
25. GRAYSON, David e HODGES, Adrian. *Compromisso Social e Gestão Empresarial: o que é necessário saber para transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócio*; tradução de Carlos Mendes Rosa, César Taylor e Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.
26. GREENFIELD, W.M. In the name of corporate social responsibility. Separata de: *Business Horizons*, , v.47, n.1, p.19-28, janeiro-fevereiro 2004.
27. GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Trad. de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
28. JONES, Thomas M. Corporate Social Responsibility: Revisited and Redefined. Separata de: *California Management Review* v.22, n.3, p.59-67, Primavera de 1980.
29. JONHSON, H.L. *Business in contemporary society: Framework and issues*. Belmont, CA: Wadsworth, 1971.
30. JUNQUEIRA, La Costacurta. *Universidade Corporativa: A Experiência do INSTITUTO MVC*. Disponível em <http://www.guiarh.com.br/PAGINA22U.htm>, em 25/06/2005.
31. MATTEN, Dirk *et al.* Behind the Mask: Revealing the True Face of Corporate Citizenship. Separata de: *Journal of Business Ethics*, v.45, p.109–120, 2003.
32. MANNE, H. G. e WALLICH, H. C. *The modern corporation and social responsibility*. Washington DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1972.
33. MORSE, Suzanne W. *Employee Educational Programs: Implications for Industry and higher Education*, ASHE-ERIC/Higher Education Research Report, nº 7. Washington: Association for the Study of the Higher Education, 1984.
34. NAÇÕES UNIDAS. La Responsabilidad cívica de las empresas en la economía mundial: El Pacto Mundial, 2005. Ver em <http://www.unglobalcompact.org> . Disponível em 25/06/2005.
35. NETO, Francisco Paulo de Melo e FROES, César. *Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
36. NETO, Francisco P. de Melo e FROES, César. *Empreendedorismo Social: a transição para a Sociedade Sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
37. PAVA. Moses L. e KRAUSZ, Joshua. The Association Between Corporate Social-Responsibility and Financial Performance: The Paradox of Social Cost. Separata de: *Journal of Business Ethics*, v.15, n.3, p.325-358, março 1996.
38. PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Gestão-Cidadã: Ações Estratégicas para a participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
39. POST, James E. e MELLIS, Marilyn. Corporate Responsiviness and Organizational Learning. Separata de: *California Management Review*. v.20, n.3, p.57-63, Primavera de 1978.
40. RUF *et al.* An Empirical Investigation of the Relationship Between Change in Corporate Social Performance and Financial Performance: A Stakeholder Theory Perspective. Separata de: *Journal of Business Ethics*, v.15, p.143-156, 2001.

41. SETHI, S. Prakash. Dimensions of Corporate Social Performance: An Analytical Framework. Separata de: *California Management Review*. v.17, n.3, p.58-64, Primavera de 1975.
42. SHRIVASTAVA, Paul. Ecocentric Management for Risk Society. Separata de: *Academy of Management Review*, v.20, n.1, p.118-137, Janeiro de 1995.
43. STANWICK, Peter A. e STANWICK, Sarah D. The Relationship Between Corporate Social Performance and Organizational Size, Financial Performance, and Environmental Performance: An Empirical Examination. Separata de: *Journal of Business Ethics*, v.17, p.195-204, 1998.
44. STEINER, George A. *Business and Society*. New York:Random House, 1971.
45. _____.Social Policies for Business. Separata de: *California Management Review*. v.15, n.2, p.17-24, Inverno de 1972.
46. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *UN Millennium Project: Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*. New York, 2005. Disponível em <http://www.unmillenniumproject.org>, em 25/06/2005.
47. WALTON, C.C. *Corporate social responsibilities*. Belmont, CA: Wadsworth, 1967.
48. WARTICK, Steven L. e COCHRAN, Philip L. The evolution of the corporate social performance model. Separata de: *Academy of Management Review*, v.10, n.4, p.758-769, Outubro de 1985.
49. WELCOMER, Stephanie A. *et al.* Constructing a Web:Effects of Power and Social Responsiveness on Firm-Stakeholder Relationships. Separata de: *Business and Society*, v.42, n.1, p.43-82, março 2003.

CAPÍTULO IV - REFLEXÕES

Embora o desenvolvimento da temática até então tenha sido pontuado com algumas considerações, posto que a abordagem segue uma proposta dialética, é relevante trazer para este momento novas ponderações. Fazemos isso uma vez que a questão da RSC envolve aspectos múltiplos e complexos que impõem dificuldades para uma adequada concatenação, vinculação e entrelaçamento entre os diversos aspectos respectivos e seus desdobramentos.

Nesse sentido, além de nos reportar a alguns pontos da abordagem até então desenvolvida, procuramos discutir a RSC com base em outras abordagens constantes do leque de bibliografia sobre o assunto.

4.1-Legitimidade e poder

É importante retomar uma consideração básica de Greenfield (2004), a criação do formato corporativo (ver item 2.2.3) e a sua natureza jurídica, já que a questão legal - atender exclusivamente às obrigações ou ir além delas, além da amplitude dessas obrigações – é recorrentemente arrolada nas discussões.

Greenfield (2004, p.20-21) ressalva que a função da lei foi, e é fundamental para definir os modos das corporações operarem. O autor aponta as pressões dos primeiros grupos que originaram o formato corporativo no sentido de mudar a lei no tocante a um meio ‘mais razoável’ de taxar os lucros – consideravam-se duplamente taxados, enquanto legal person⁵¹ e também em particular quando recebiam os dividendos. Em resposta, no meio do século XX, o governo federal americano combinou duas medidas que as pessoas de negócio mais queriam: o repasse das taxações para os preços e limitou as obrigações (responsabilidade civil) da corporação.

Dessa forma, fica claro que o formato corporativo, e por consequência o modo de operar, é um processo no qual quando pessoas desejam mudanças, elas redirecionam a lei como um processo natural de legitimar mudanças.

Esta questão nos remete ao que foi anotado sobre o princípio das relações jurídicas (ver item 2.2.1), ou seja, o princípio da troca equivalente, base do sistema capitalista. Seria justo que consideremos que as mudanças citadas por Greenfield têm mantido a preservação desse princípio se observarmos que do outro lado há a sociedade e o meio ambiente (base natural) sem a devida capacidade de contrapor forças com o interesse corporativo?

Essa dúvida fica agravada se incluirmos o poder de influência das corporações, variável importante sob a perspectiva de Davis (1960, p.70-73), e crescente nos tempos atuais

⁵¹ Refere-se à uma situação de Personalidade Jurídica , ou seja, na qualidade de empresa.

devido à grande mobilização do setor, presente de forma muito organizada e articulada em todos os segmentos da vida social.

Sobre isso, Korten (2002, p.78-79) destaca o amplo movimento no sentido da desregulamentação e da abertura de fronteiras econômicas. O autor considera que os resultados desses processos não têm a ver com a economia de mercado idealizada por Adam Smith (um regime que funcionasse de modo auto-organizado e socialmente eficiente),

o que se tem é uma economia global centralmente planejada por corporações maiores do que a maioria dos países, que dançam conforme a música dos especuladores financeiros. (...) A corporação global reage usando seu poder para modificar culturas, limitar a escolha do consumidor, transferir custos para o público e pressionar os governos a concederem subsídios e reverem as regras do comércio em seu favor.

Segundo Korten (2002, p.78), numa economia de mercado concreta,

o poder está amplamente distribuído entre as pessoas do lugar, que cuidam de reproduzir os valores culturais que configuram a sua comunidade, tomam decisões de compra, estabelecem as regras do comércio local por intermédio de seus governos democraticamente eleitos e participam diretamente da propriedade de empresas locais. Trata-se de um sistema dinâmico e iterativo em que as pessoas participam das diversas funções e exercitam a sua sensibilidade humana em todos os aspectos da vida econômica.

A figura 4.1 adiante expressa o que ocorre quando o capitalismo consolida seu controle sobre uma economia de mercado, transferindo o poder e a cobrança de responsabilidade do povo para as instituições das finanças globais e impessoais.

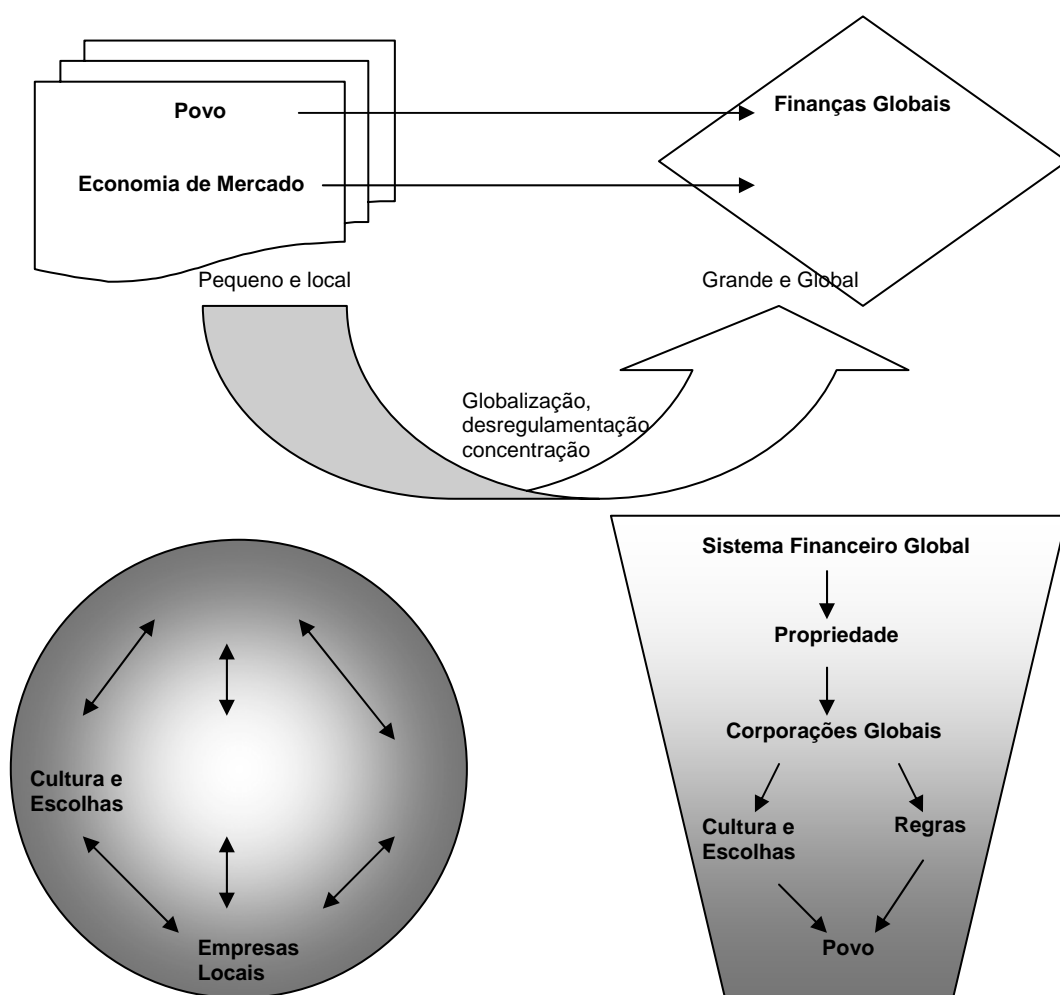


Figura 4.1 – Globalização - Mudança do poder
(Fonte: adaptada de Korten, 2002, p.78)

Reforçando este aspecto, Giddens (1991, p.75-76) afirma:

“as firmas de negócios, especialmente as corporações multinacionais, podem controlar imenso poder econômico, e ter a capacidade de influenciar sistemas políticos em seus países-base e em outros lugares.(...) Se os estados-nação são os ‘atores’ principais dentro da política global, as corporações são os agentes dominantes dentro da economia mundial.

Ainda sobre esse aspecto, é relevante a consideração de Barbosa (2002, p.32), que bem espelha a influência das corporações no mundo atual:

O poder reside, em grande parte, na capacidade de se definir a realidade para outrem. (...) a sua legitimidade, contudo, consiste na capacidade de transformar essa definição inicial sobre a realidade de um consenso. E, a partir deste consenso, transforma-lo em ação humana coordenada. Portanto, a eficácia do poder reside nesse aspecto, e não na coerção e na dominação. O poder coordena, faz acontecer, mesmo na ausência da autoridade, pois todos concordam com as regras e os objetivos.

Por outro lado, Giddens (1991, p.161-162) identifica as políticas das corporações de negócios como fazendo parte de grupo de veículos⁵² capaz de produzir mudanças que possam conduzir a um mundo mais seguro e mais humano. Sob essa perspectiva, que ele designa de *realismo utópico*, é reconhecida a inevitabilidade do poder e não o seu uso como inerentemente nocivo, pois como afirma o autor:

o poder, em seu sentido mais amplo, é um meio de conseguir que as coisas sejam feitas. Numa situação de globalização acelerada, procurar maximizar a oportunidade e minimizar os riscos de alta consequência requer o uso coordenado do poder. Isto vale para a política emancipatória bem como a política de vida. A solidariedade para com as aflições dos oprimidos é integral e todas as formas de política emancipatória, mas alcançar as metas desenvolvidas depende com frequência da intervenção da influência dos privilegiados. O veio utópico aqui está, obviamente, bem marcado, e seria de fato imprevidente ser otimista sobre até onde as agências de poder concentrado participariam de correntes que podem solapar sua posição. Os interesses das corporações divergem frequentemente dos governos, que por sua vez estão com frequência enfocados em questões regionais. Todas as agendas nas quais não há ‘outros’ podem ser divisivas. (...) Entretanto, o poder não é sempre usado para ganhos setoriais ou como um meio de opressão, e o elemento de realismo mantém sua centralidade.

Podemos observar avanços sobre o uso coordenado do poder com as mudanças nas relações entre os setores institucionais nas últimas décadas, tendendo a uma nova conformação em que as entidades governamentais desempenham papéis menores e as organizações de mercado e da sociedade civil expandem e aumentam sua atuação. Segundo Fischer (2002, p.16;30), a idéia da colaboração entre organizações sociais e o mundo dos negócios é um processo de *cooperação crítica* que se concretiza ao assegurar que ambos os parceiros sejam legítimos e igualmente poderosos⁵³.

“As mudanças nas relações intersetoriais são uma história de poder de compensação na qual os diferentes setores limitam as habilidades dos outros em lidar com o poder inexplicável contra os interesses do grande público”. (Fischer, 2002, p.14)

4.2-Pessoalidade e responsabilidade social do negócio

Carroll (1999, p.269-272), Ashley (2002, p.87) e Greenfield (2004, p.21) assinalam que a primeira noção sobre responsabilidade social nos negócios convergia para a figura central do *businessmen*, ou seja, a uma pessoa, ou um grupo restrito de familiares ou de amigos, aspecto detectado até meados do século XX. Esse formato de organizações de negócio, originado no final do século XIX e consagrado no início do século XX, refletia o ideário liberal e individual, mas embutia o compromisso, o risco pessoal, e, ainda, uma

⁵² Apesar de Giddens (1991, p.161) considerar os movimentos sociais como artífices principais de futuros possíveis, inclui como veículo desse processo os pacifistas, a opinião pública, políticas dos governos nacionais, as organizações internacionais e as políticas das corporações de negócios.

⁵³ A autora ressalva que a palavra *poderoso* tem um significado próximo ao termo *empowered*, similar a “empoderado” ou “apoderado”. Quando a organização é enriquecida em sua legitimidade política e institucional.

eventual relação emocional que pudesse ser um auto-regulador devido a limites morais ou éticos muito próximos. Dessa forma, o negócio e a(s) pessoa(s) que o fazia estavam facilmente acessíveis, física, econômica e legalmente, tanto pela comunidade quanto pelas instituições por essa constituída.

Por outro lado, Greenfield (2004, p.20-21) questiona as teorias e o tratamento legal sobre as corporações como personalidade (legal person). No seu entendimento, a pessoalidade do *businessmen* com seus atributos acima destacados, se transformou na impessoalidade dos novos *donos de um negócio* (acionistas), os quais tenderiam a guardar maior distância física, econômica (minimização do risco de perda do patrimônio pessoal), emocional e legal com a sociedade. Os Conselhos de Diretores foram criados para administrar o negócio, assumindo a responsabilidade fiduciária pela personalidade jurídica, e as pessoas claramente querem estar capazes de colocar dinheiro em alguma coisa sem o risco absoluto da ruína. Elas querem o direito à propriedade sem responsabilidade.

Considera o autor (2004, p.20) que, com o tempo, as vantagens do formato corporativo tornaram-se claros, induzindo pessoas que realmente formavam grupos de amigos ou membros de famílias a fazerem negócio como corporações pelos limites das obrigações do novo formato, face à imputabilidade de culpa e comprometimento financeiro. Isso criou uma entidade duplamente divorciada, da obrigação pessoal assim como de sua administração. Sobre estes aspectos, o autor é determinante ao considerar que o duplo divórcio foi um propósito essencial do formato corporativo, a despeito de alguns acreditarem como sendo um infeliz efeito.

Korten (2002, p.95) ao procurar as forças que dão impulso à destruição da vida, volta sua atenção para os agentes desse processo, as corporações. O autor afirma que, enquanto os sistemas financeiros se globalizavam e institucionalizavam, os vínculos de responsabilidade da corporação para com as sociedades e os interesses do mundo vivo foram enfraquecendo incessantemente.

Junto com o deslocamento do poder para as corporações transferiu-se a cobrança de responsabilidade pelo povo para as instituições das finanças globais e impessoais. Nesse sentido, Korten (2002, p.79) chama a atenção sobre o efeito da impessoalidade dos negócios no atual mundo corporativo:

o resultado é uma economia capitalista, na qual o poder de exercer direitos de propriedade passa às instituições impessoais das finanças globais. O poder do dinheiro fica desvinculado da sensibilidade humana e as pessoas tornam-se prisioneiras de um sistema sem compromisso algum com as suas necessidades.

Greenfield (2004, p.21) assinala que as teorias de “corporação como personalidade” devem preencher melhor as lacunas no tocante às implicações e compromissos dos acionistas, e à punição da personalidade corporativa por transgressões, embora em administração de empresas seja comum derivações da responsabilidade, como o termo executivo *accountability*, que está vinculado a uma delegação de poderes e em última análise à responsabilidade final⁵⁴.

Nos anos 1980 até meados de 1990, o conceito de cultura organizacional era entendido como algo que as organizações “possuem” ou “selecionam” fazendo prevalecer que a “cultura” seria uma variável trazida para o seu interior pelos seus membros. Quando as organizações “produziam” cultura e selecionavam, quase conscientemente, os “valores” que seriam mais adequados ao sucesso, acabam por ver o seu universo cultural como um espaço consensual e homogêneo, onde o poder e o dissenso tinham pouco lugar. A cultura fornece a direção, remove incertezas oferecendo estrutura, padrões e um sistema de valores com o qual se pode operar em qualquer situação, percepção que permanece até o momento atual. (Barbosa, 2002, p.18-19;26)

É recorrente o uso pelos executivos das grandes empresas de chavões, do tipo: “a responsabilidade social (ou responsabilidade ambiental, ou responsabilidade socioambiental, em poucos casos) faz parte dos nossos valores, da cultura da empresa X”, parecendo ser um consenso organizacional produto de uma coletividade interna. Certamente a imprecisão conceitual (ver nota de rodapé na página anterior) colabora para isto.

Barbosa (2002, p.26) afirma que, dos anos 1990 até o momento atual, o conceito de cultura organizacional sofreu algumas mudanças, dentre as quais a associação dos valores organizacionais com valores “éticos” do ponto de vista da sociedade.

Se forem associados os aspectos agora colocados à questão da pessoalidade/impessoalidade apontada no item anterior, entende-se que não cabe admitir, no momento, uma consciência social organizacional como resultado de um pensar coletivo intra-organizacional, e, conseqüentemente, conceber uma responsabilidade social com um viés de compromissos mais “elevados” como produto desse. Isto no caso das corporações empresariais.

Em face disso, a RSC se comporia somente das dimensões legal e instrumental, incluindo-se a filantropia nessa última categoria.

Por outro lado, deve-se admitir a possibilidade de mudanças na cultura organizacional que venha a inclinar a corporação para uma percepção e ação socioambiental que seja não exclusivamente de caráter legal ou instrumental. A perspectiva antropológica torna viável o atual e intenso fluxo das influências múltiplas e simultâneas como fator de conformação cultural.

Porém, como ressalva Barbosa (2002, p.26),

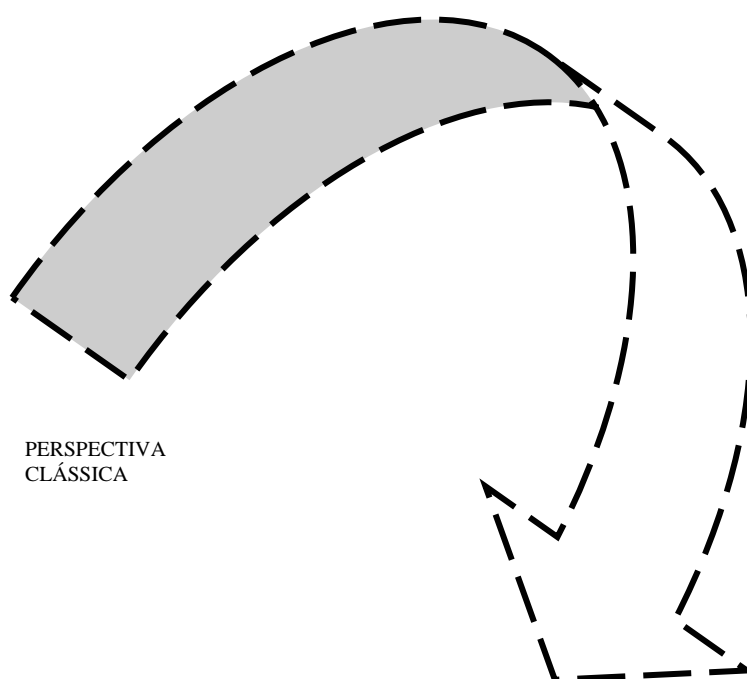
alguns autores no Brasil têm usado o termo “cultura administrativa” em vez de cultura organizacional. Esse conceito coloca no centro das preocupações epistemológicas a administração e a gerência ao invés da identidade organizacional, que na verdade é o que está em questão quando determinados “valores” são associados a determinadas organizações e empresas.

Este aspecto faz com que nos remetamos de novo à convergência da “personalidade”.

4.4-O que é ser responsável socialmente

Entende-se que, a despeito da ampla discussão teórica e prática relativa à pertinência e/ou abrangência da RSC, o conceito tem uma relação íntima com dois aspectos: a perspectiva particular dos interessados e a construção de uma representação social do tema. Isto implica em algumas questões. Para quem a empresa deva ser responsável? Quem define o que é ser responsável socialmente?

A primeira questão pode ser ilustrada através de um esquema de evolução temporal, em que se pese os dois aspectos assinalados.



Está fora de dúvida que atualmente se tem um amplo arcabouço analítico sobre a RSC. No entanto, Greenfield (2004, p.22) aponta o caos que envolve cada encontro internacional sobre economia quando a temática é discutida. As vertentes defendidas são tão diversas, que considera que não há nem consenso sobre o que é RSC e nem concordância sobre o por que a RSC seja boa.

O autor entende que duas questões adicionais devam ser observadas antes de se discutir racionalmente qualquer proposta de RSC. Primeiramente, *quem decidiria o que é*

RSC. Em segundo lugar, *como medir* se a corporação está preenchendo todos os requisitos que foram estabelecidos.

Contudo, antes de tentar responder a essas questões, um ponto confuso é que, com frequência, diferentes nações ou regiões têm diferentes convicções sobre propriedade. Um caso típico é a discussão recente sobre trabalho infantil. Nos EUA a crença é que somente pessoas com 18 anos ou maiores devem ser consideradas como membros de um grupo de força de trabalho em tempo integral. As nações orientais vêem menores de 18 anos como potencial, até mesmo necessariamente, um trabalhador. São diferentes definições sociais sobre quem é criança.

A pressão conjunta de fabricantes de vestuário dos EUA e de organizações não governamentais sobre os fornecedores estrangeiros resultou em mudanças drásticas nos países que usavam menores de 18 anos no trabalho fabril. Dessa forma, empresas como a Nike foram “forçadas” a serem “responsáveis socialmente”, e os usuários dos EUA e Europa proclamariam que suas roupas não foram fabricadas usando “mão-de-obra infantil”. Será que foi feito algo socialmente bom? Afinal, quem decidiu o que é ser responsável socialmente? Greenfield (2004, p.22)

4.5-Diferentes organizações, diferentes realidades, diferentes responsabilidades

Se considerarmos as possibilidades de como as organizações se constituem, e vasculharmos as teorias nos diversos campos do conhecimento, percebe-se o privilégio que é dado às corporações – simbolizam a economia moderna - em detrimento da pequena e média empresa, quando é sabido da importância dessas na vida econômica de alguns países, como Itália e Brasil.

Mesmo no tocante às corporações, é digno de se anotar que existem especificidades que demandam desdobramentos na discussão sobre a RS. Fischer (2002, p.104-106) aponta o caso de estatais brasileiras que foram privatizadas. Estando localizadas em áreas agrestes, durante cerca de 45 anos, representaram uma ideologia que atribuía às estatais uma abrangência social de atuação (ex.: Acesita na cidade de Itabira-MG). A influência da empresa na vida comunitária era tão intensa que, frequentemente, seus dirigentes eram determinantes nas decisões públicas. Além disso, ofereciam diversos benefícios à população em geral. A privatização rompeu as formas de intervenção social executadas por essas empresas, e como a realidade local não havia mudado - a dependência à estatal continuava grande -, aconteceram conflitos de toda ordem. Por conta disso, os novos proprietários tiveram que optar por um modelo de RS entre a atuação paternalista e interventor direto e a

simples ausência e omissão da empresa frente às necessidades da comunidade. Ressalva-se que cada caso seguiu um caminho específico.

4.6-Novos paradigmas, mudanças organizacionais e abordagem stakeholder

Barbosa (2002, p.10) anota que a década de 1990 registra um aumento de interesse pela questão cultural no âmbito das organizações como elemento central de reflexão. Pensando ideologicamente e realisticamente acerca das organizações do mundo contemporâneo, no contexto de um universo social e político profundamente mutável e flexível em relação ao qual todos eles admitem pouco entender e controlar.

Nesse período, “a cultura organizacional caracteriza-se por sua relação íntima com um contexto de mudança na agenda política, social e ética das organizações por pressão da sociedade” (Barbosa, 2002, p.10).

No entendimento de Barbosa (2002, p.36;47-48), seria ingenuidade interpretar a agenda da cultura empresarial como consequência da doutrina liberal e de alguns líderes políticos, pois a considera, em grande parte, o resultado de processos independentemente gerados em todo o mundo ocidental a partir da década de 1970. Simplesmente desqualificar o discurso e a preocupação gerencial e corporativa é reduzir uma realidade muito mais complexa. De fato:

Se (...) ,por um lado, ocorreu o extravasamento de uma lógica empresarial para a sociedade, certificando domínios sociais por critérios que antes lhes eram estranhos, por outro, simultaneamente, uma incorporação da nova agenda social e política da sociedade contemporânea pelas organizações. Cultura, ética, responsabilidade social, visão holística do ser humano, empresa ambientalmente responsável, entre outros, não são, hoje, apenas “discurso” no sentido de serem inócuas. São hoje parte da vida organizacional, são tecnologias gerenciais que têm impacto concreto e substantivo na forma pela qual as organizações de modo geral, e as empresas de forma particular, sobrevivem no mundo contemporâneo.

Corroborando isto, os estudos sobre a aplicação do pensamento sistêmico⁵⁷ ao universo organizacional são fundamentais para tentar romper com os resultados transitórios dos modismos (ex.: Qualidade Total). Os esforços vão ao sentido de desenvolver capacidades de aprendizagem misturando mudanças comportamentais e técnicas para enfrentar os desafios da complexidade interna e do mundo atual (Senge, 2002, p.99-121).

Segundo Chiavenato (1998, 24-25) as empresas sofrem contínuos estímulos e mudanças que provêm de seu ambiente geral (macroambiente) e ambiente de tarefa (microambiente), conforme esquema de abrangência abaixo.

⁵⁷ A idéia sistêmica de mente inclui e integra tanto os padrões de organização fisiológica quanto os padrões de interação com grupos de pessoas e com o meio ambiente.(...) um grupo de pessoas sabe mais que um indivíduo isolado, e,quanto maior o número de pessoas agindo com liberdade dentro do sistema, melhores são as condições de ele se auto-regular efetivamente. (Spritzer, 1994, p.41-42)

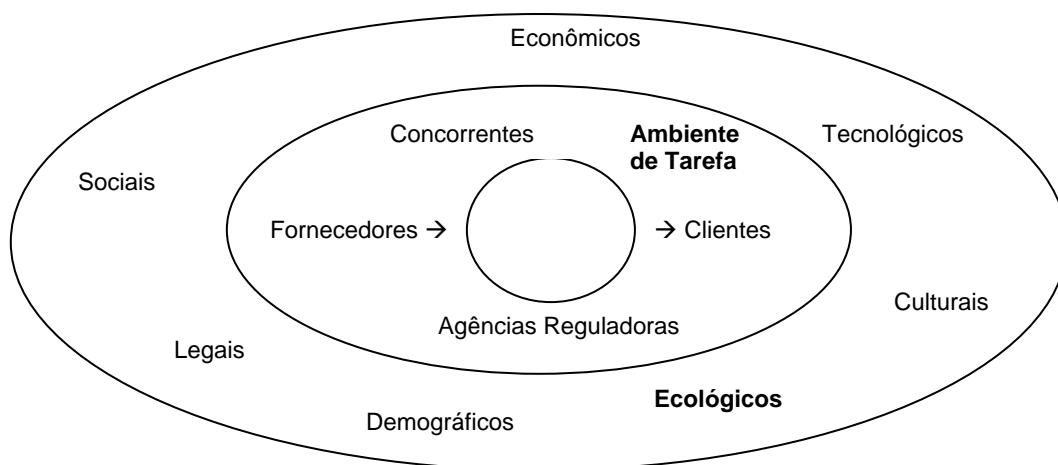


Figura 4.3 – Principais fatores externos de mudança
Adaptada de Chiavenato (1998, p.25)

Chiavenato (1998, p.76-81) assinala que estudos feitos por cientistas sociais, na década de 1960, que relacionavam as empresas e o ambiente externo apontaram duas tipologias de empresas: as organizações mecanísticas que seguiam a teoria clássica da administração, apropriadas para ambientes estáveis e previsíveis, e as organizações orgânicas, flexíveis, adaptáveis, abertas e interativas com o ambiente externo.

Mais recentemente, na década de 1990, novas teorias passaram a afirmar que as organizações devem se desconstruir e aprender a aprender, segundo Senge (2002, p.24-25) e Mariotti (1999, p.15-16). Saltando do “estar no controle” para outro patamar, o das incertezas, a teoria das “Organizações que Aprendem” se propõe a submeter à organização a questões como reflexão de modelos mentais, construção de visões compartilhadas, domínio pessoal, arquétipos, mitos, símbolos, imaginário entre outros.

Em face disso, podemos entender a abordagem pela teoria dos stakeholders mais do que uma mera estratégia comercial ou operacional, como sendo a necessária aproximação da empresa com esse contexto complexo de modo a se subsidiar na tentativa de entendê-lo.

De outro modo, segundo Hart (1999 *apud* Hawken, Lovins e Lovins, 2005, p.297), “tipicamente, as revoluções empresariais não irrompem no interior das indústrias existentes, mas a partir de forças externas”.

4.7-Um discurso como aprendizagem

São comuns as críticas simplistas ao movimento da RSC no sentido de o considerar um mero discurso, vazio e sem conseqüências efetivas para a sociedade. No entanto, é importante que seja apontado o caráter reflexivo⁵⁸ da RSC.

Devemos considerar como positiva a excessiva visibilidade com que a temática é colocada pelo setor empresarial, seja ela concebida da forma que for e com o fim que se destina.

Se por um lado o discurso é capaz de influenciar uma consciência coletiva, é o espaço do conflito ou da heterogeneidade (Fiorin, 1988, p.45). No caso, “vender” uma imagem não é um processo eminentemente passivo, demanda uma interatividade intensa do setor com os demais segmentos da sociedade, abrindo campo à crítica e à reconstrução de percepções.

Se a visibilidade em excesso tiver um caráter preponderantemente comercial, ela deve primar pelos princípios da comunicação para se tornar efetiva. De acordo com Berlo (1997, p.129), num processo de comunicação a relação de interdependência entre a fonte e o receptor é uma condição necessária à comunicação humana. Cada um influencia o outro. Num nível a interdependência é uma seqüência de ação e reação (feedback). Num outro entram as habilidades empáticas, com a interdependência produzida pelas expectativas sobre como os outros responderão à mensagem. Por último a interação, numa adoção recíproca de papéis.

Diante de um mundo mais participativo, de maior interconectividade na qual a informação flui em grande intensidade e velocidade, caso analisemos a questão sob uma visão estratégica - recurso muito utilizado pelo próprio setor empresarial – podemos considerar a uma condição como favorável à sociedade, quanto mais o setor “falar”, mais se expor, mais passível à crítica fica, maior é a possibilidade de externalizar contradições e ter que retomar posições. “Oferecer” integração e participação, tornando-as um fato para flexibilizar e legitimar a operação das corporações dentro da sociedade, tem um outro lado, torna a corporação refém do próprio discurso. Afinal, se não mostrar efetivamente resultados ou simplesmente suprimir essa integração e participação por conta de mudanças estratégicas fica passível de se cair o véu que encobre os reais motivos que a conduziram às ações sociais.

Há de se pensar, será que as organizações não pensaram nisso? É provável, mas o fato é que também utilizam cada vez mais outras entidades (Fundações associadas à própria empresa) para intermediar as suas ações sociais. A despeito de maiores análises sobre esse tipo de operacionalização da atuação social empresarial, podemos assumir que é um caminho

⁵⁸ A *reflexividade* é um dos fenômeno reconhecidos por Giddens (1991) como consequência da Modernidade. É a situação na qual o agente causal resente o efeito de sua ação, quase que simultaneamente.

visto como viável de se conjugar a capitalização dos benefícios para a imagem da empresa com uma blindagem da imagem dessa perante a sociedade em caso de questionamentos. Afinal, essas entidades seriam “autônomas”, atuariam sem intervenção da empresa.

Retomando a questão da interação comunicativa, entendemos que essa dinâmica intensa aloca um espaço definido ou não, físico ou virtual de apropriação mútua do conhecimento de ambas as partes (setor empresarial e demais segmentos da sociedade). Teríamos algo como a apropriação reflexiva do conhecimento, assim considerado por Giddens (1991, p.58-59): “a produção de conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição”.

Admitida essa colocação, deve-se ressaltar que o conhecimento sofre o filtro do poder diferencial, no qual alguns indivíduos ou grupos estão mais prontamente aptos a se apropriar de conhecimentos especializados do que outros (Giddens, 1991, p.59).

Isto aponta a importância da sociedade assumir a sua dose de responsabilidade quanto ao que possa representar a RSC. Entrar efetivamente no jogo discursivo de um modo não reativo, incapacitado e indisciplinado, posto que é uma oportunidade de interagir com uma parte organizada e amplamente aparelhada.

Por outro lado, é bom lembrar que o marketing – se assim o consideramos como finalidade no uso da RSC – também tem seu lado negativo. As concepções e as práticas quanto à RSC devem ser cada vez fundamentadas, no sentido de não se transformarem em palavras vazias e ao invés de agregar valor ao negócio, depreciá-lo por completo.

4.8-RSC no Brasil – escolhas equivocadas?

Deve-se ressaltar a antiguidade dessa temática nos EUA – já faz cerca de um século -, assim com a natureza de sua origem e o ambiente ideológico que nasceu e prosperou – uma cultura e ideário próprios centrados na individualidade e na liberalidade, e na participação restrita do Estado para assistir somente aos “insuficientes”. Enquanto que na Europa, num conceito de ambiente institucional mais amplo quanto ao EBES, outro tipo de RSC emerge, mais centrada no fortalecimento da cidadania.

Comum aos dois tipos tem-se a cultura expressivamente utilitária dos recursos naturais, em grande parte da história contemporânea. O ambiente natural foi em grande parte consumido, e o pouco restante é cuidado como plataforma mínima de base à vida biológica e social.

Quanto ao Brasil, a RSC adentrou o cenário nacional tanto acadêmico quanto empresarial mais intensamente nos últimos anos, sendo, portanto, um fenômeno muito recente. A questão é que as condições da realidade brasileira são díspares das situações acima

citadas. Um Brasil sem EBES, baixa cidadania, desigualdades sociais profundas, uma cultura paternalista, cartorialista e patrimonialista, e com uma imensa riqueza natural.

Não se negligencia a inserção do Brasil no cenário global, mas essas condições põem em xeque a simplista reprodução de conceitos e modelos exóticos de RSC no ambiente brasileiro.

Sem querer delongas argumentativas, podemos citar um aspecto relacionado à dimensão social e outro à ambiental.

Na primeira, se qualifica a empreitada irresponsável do setor empresarial na minimização do Estado brasileiro e suas conseqüências para os então desassistidos, ou melhor, os desesperados que transitam na faixa entre a pobreza (sobrevivência) e a subsistência, os quais não dispõem dos serviços sociais governamentais mínimos exigíveis, o que não se diria com um Estado minimizado.

No tocante à responsabilidade para com o meio ambiente, o fato de o Brasil deter um grande patrimônio natural ainda com uma grande parte intocável e de valor incalculável num cenário de degradação no plano mundial, coloca a dimensão ambiental numa posição de relevância.

Sem dúvida que os problemas sociais são emergentes e demandam soluções, mas a preservação e conservação da base natural são chaves na busca de projetos alternativos para a nação, e em última análise a resolução de vários dos problemas sociais.

A responsabilidade ambiental do setor empresarial no Brasil não pode ficar restrita a estratégias, que poderíamos qualificar mais como táticas, e/ou planos de “otimização” do uso de recursos. Isso é o mesmo que reproduzir um modelo econômico e cultural que foi responsável pela degradação global do ambiente natural. A diferença é que agora se assumiria uma atitude consumista menos perdulária.

Embora o empresariado nacional se articule com desenvoltura como “consciente do seu dever ecológico”, identificamos com alguma recorrência a cristalização de uma crença fundada na visão desenvolvimentista tradicional e ancorada numa percepção ambiental dos anos 1970, como nas palavras de Sobrinho (2005)⁵⁹,

(...) os projetos estão paralisados por vários motivos: excesso de ágio pago pelos agentes para ganhar a concessão, efeito dos impostos sobre a energia a ser comercializada, falta de contratos de compra e venda de energia, **perda de interesse dos investidores e problemas com licenciamento ambiental**. Os quatro primeiros já têm ou estão em vias de ter solução dentro do novo modelo

⁵⁹ José Antunes Sobrinho é vice-presidente de Energia e Recursos Hídricos da Engevix Engenharia S.A, uma das empresas líderes de projetos e consultoria de engenharia do Brasil, responsável pela elaboração de vários EIA-RIMA para implantação de empreendimentos de usinas elétricas. Em meados de 2005, a empresa foi multada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e excluída do Cadastro Técnico Federal devido ao “erro” grave de ter suprimido no EIA-RIMA da Usina Hidrelétrica de Barra Grande a existência de matas nativas, que acabou por “induzir” um licenciamento ambiental irregular.

do setor. **O que preocupa é a questão ambiental. (...) É inaceitável acusar as hidrelétricas de terem alto impacto sobre o meio ambiente.** Todos os lagos das hidrelétricas do País somam 25 mil km², menos que as áreas queimadas todos os anos na Amazônia. E ainda **geram prosperidade por royalties** arrecadados pelos municípios que banham. Um exemplo é o de Itá, situado junto à hidrelétrica do mesmo nome, que tem hoje a **maior renda per capita de Santa Catarina.** (...) O governo deveria **tratar a questão ambiental como de estratégia nacional.** Embora não tenha criado a situação presente, poderia deixar como legado uma solução que expresse um **compromisso fundamentado entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.** (...) Para completar esta reflexão, pairam no ar duas questões: **a quem interessaria travar o crescimento do País? Haveria algum interesse, interno ou externo, utilizando as razões ambientais para paralisar indiretamente o nosso desenvolvimento?** (grifo nosso)

Entra ainda em jogo a questão do avanço crescente da apropriação da terra e de seus recursos em detrimento de uma coletividade. Enfim, que significado tem a natureza para uma “entidade impessoal” senão a de utilidade para seus fins meramente econômicos.

Se a empresa começar a assumir e a comprometer-se com as questões e diálogos que até agora vinha evitando, e caminhar para transformar-se de uma base capitalista industrial para um outro modelo, o do capitalismo natural, como designado por Hawken, Lovins e Lovins (2005), isso pode significar uma revisão fundamental dos papéis e das responsabilidades empresariais (Hawken, Lovins e Lovins, 2005, p.300).

4.9-RS do mercado criando novo mercado

O processo crescente e candente de discussão da responsabilidade dos negócios e da respectiva atuação social desse setor, em todas as suas vertentes, gerou um novo mercado que cresce gradativamente, o da RSC.

Um novo mercado que amplia o leque de oportunidades para novos profissionais atuarem no próprio meio empresarial abre novas linhas de pesquisas no meio acadêmico, e reforça, profissionaliza e dão sustentação econômica ao Terceiro Setor, em especial às organizações socioambientais.

Contudo, é importante atentar que, se num primeiro instante a sociedade, e, de alguma forma o meio ambiente, se beneficia dessa “nova” atitude empresarial, embute potencial perda de foco nos aspectos cruciais e entrelaçados da questão, como as função(ões) social(is) do negócio, da definição dos limites da RS e do papel dos Estados.

A dinâmica com que o assunto é tratado em todos os níveis e localidades acaba por privilegiar dois aspectos muito íntimos do meio empresarial, o pragmatismo e o fluxo econômico que gera “riquezas”. Criou-se assim um novo mercado embalado e fomentado pelas empresas, que se supre das empresas, que alimenta as próprias empresas, e que pode acabar por fundar uma “verdade criada” que as empresas são de fato responsáveis socialmente, a despeito dos possíveis benefícios para a sociedade.

Não pode ser desprezado o poder sedutor que o capital exerce sobre as pessoas, que de modo similar pode refletir nas organizações sociais. Cabe lembrar as críticas que são feitas à filantropia e ao assistencialismo que, apesar de oferecer benefícios, podem ser fomentadores da indolência e do comodismo. As duas faces (negativa e positiva) também aparecem no caso desse “mercado” que surge. Já pontuamos aspectos positivos. De outra forma, o capital é capaz de engendrar “armadilhas” que podem induzir a distorção da essência dos trabalhos dessas organizações, como conceber idéias e formular projetos com um viés mais “comercial”, mais atrativo para o potencial parceiro ou patrocinador empresarial.

Kanitz (2004) afirma que as empresas de hoje que se dizem socialmente responsáveis se vangloriam de que “nós não damos o peixe, nós ensinamos a pescar”. Contudo, o autor chama a atenção - após pesquisar e analisar mais de 400 ONGs - que os projetos que fazem “mero assistencialismo” tem 80% dos recursos doados revertidos diretamente para o necessitado; enquanto, nas ONGs que “ensinam a pescar” 85% das doações terminam no bolso dos “professores”. Isso denota os critérios capitalistas para escolha de seus projetos sociais, onde as palavras de ordem são: investir, retorno e alavancar. Esses critérios neoliberais sociais sobrepujam o humanismo cristão colocando à margem o apoio aos necessitados (velhos, alcoólatras, tetraplégico, doentes mentais, entre outros), que não dão “retorno ao investimento”. Dessa forma, a maioria das empresas socialmente responsáveis é induzida a patrocinar prioritariamente projetos que “ensinam a pescar”, causando preocupação quanto à ênfase a esse tipo de atitude em detrimento da outra.

A aplicação dos critérios empresariais na definição da sua forma de atuar socialmente, além de trazer a possibilidade colocada acima, leva às organizações parceiras ou àquelas que querem “entrar nesse mercado de parcerias” a introjetarem princípios que podem, com o tempo, vir a descaracterizar os seus valores e objetivos precípuos.

De outro modo, Sader (2005) estabelece uma crítica às organizações não governamentais por conta desse mercado. Aponta perguntas do *Le Monde Diplomatique*, de junho, “as ONGs a serviços da globalização?”, “por que se passa tão facilmente do posto de dirigente de uma grande organização não governamental ao de patrão de uma multinacional?” São questões que surgem devido ao fenômeno difundido pelo mundo, em que uma interminável quantidade de redes vivem da globalização, criticando-a, propondo sua reformulação ou simplesmente os fartos recursos provenientes dela.

Sader (2005) assinala a influência notória dos EUA. Muitas ONGs têm recrutado os melhores alunos nas universidades, onde se formam em modalidades de atuação típica do universo multinacional, num “estilo de atuação política que combina visibilidade na mídia e

discrição na atuação como lobby, sem esquecer uma reputação bem útil em caso de reconversão posterior como ‘empreendedor moral’”.

O fato de grandes fundações dos EUA financiarem a expansão das maiores ONGs, que atuam com direitos humanos e defesa do meio ambiente, acaba por contribuir com a expansão da nova ortodoxia liberal. Isto parece estar relacionado com o número crescente de transferência de quadros formados nas ONGs para grandes instituições internacionais, onde acreditam que sua ação pode ser mais eficiente.

4.10-Alianças Intersetorias e empreendedorismo social: perspectivas renovadoras

Santos (2002, p.71-73) chama a atenção sobre a possibilidade de uma globalização dita contra-hegemônica que se reforça nas comunidades locais e na luta dos movimentos sociais, sendo traduzido na identificação, criação e promoção de inúmeras iniciativas locais em todo o mundo.

Paradoxalmente, as corporações - como agentes do processo de globalização hegemônico são as grandes ameaças às estruturas socioambientais - são promotoras indiretas do movimento de resistência das comunidades locais e movimentos sociais. Isto pode ser expresso através de uma leitura das parcerias que estão sendo feitas pelo setor corporativo e organizações do Terceiro Setor.

Na atualidade, além da empresa atuar na mediação da difusão da cidadania, ela não se limita a ser uma mera provedora de recursos financeiros para ações e práticas de RS. A sua cultura e práticas gerenciais que primam pela eficiência e efetividade conduzem as organizações a minimizar os recursos financeiros e maximizar as suas ações no sentido do resultado ótimo para os seus investimentos socioambientais (Neto e Froes, 2001, p.25).

Com inspiração nos padrões de uma filantropia empresarial que se pautava pela forma difusa e assistemática, a atuação social empresarial, gradativamente, se reformula e assume um caráter mais estruturado e permanente, no qual são demandadas estratégias, planejamento e operacionalização criteriosa. (Fischer, 2002, p.36-7)

Conforme Fischer (2002, p.17;22), há uma tendência à formação de parcerias estratégicas intersetoriais envolvendo organizações empresariais com organizações da sociedade civil e governos locais. Um processo que contrapõe a tradicional dicotomia entre mercado e sociedade civil. Segundo Hawken, Lovins e Lovins (2005, p.298), um exemplo é o envolvimento da Mitsubishi Eletric que trabalha com 160 organizações ambientais não-governamentais no sentido de forjar uma nova visão da empresa.

De opostos a aliados, as organizações da sociedade civil estão sendo entendidas pelo mercado como o legítimo e melhor agente interlocutor com as comunidades locais, além de

estarem mais potencialmente capacitados a conhecerem as realidades socioambientais respectivas.

A formação das parcerias tem possibilitado que as ações socioambientais, antes pautadas pelo voluntarismo, assumam um viés empreendedor. Este caráter designado de empreendedorismo social procura alocar os recursos disponíveis de forma ótima. As tecnologias gerenciais empresariais são colocadas à disposição das ações socioambientais numa estrutura compartilhada com as organizações da sociedade civil.

A idéia que ser empreendedor é um dom inato, um diferencial predestinado aos negócios é desmistificada por Dornelas (2001, p.38-40). O processo empreendedor pode ser entendido e aprendido por qualquer pessoa e que o sucesso depende de uma gama de fatores internos e externos, do perfil do empreendedor e de como administra as adversidades do dia-a-dia, e nele são exigidos talento (pessoas), tecnologia (idéias), capital (recursos) e know-how (conhecimento).

Tal como o que ocorre no empreendedorismo empresarial, as organizações sociais são capazes de partir de uma “idéia” e empreenderem socialmente. O primeiro tipo parte da identificação de uma “necessidade”, que se transforma em “oportunidade de negócio” com o consubstanciamento da idéia em produto ou serviço. Já no empreendedorismo social a idéia está associada a problemas sociais relevantes que operacionalizada de modo eficiente em conjunto com a criatividade é capaz de proporcionar um “impacto social” (Neto e Froes, 2002, p.43).

Sem entrar nas motivações subjacentes das organizações empresariais, este modelo comporta um fator positivo intrínseco que favorece as lutas da globalização contra-hegemônica, pois as parcerias tendem a propiciar um ambiente de aprendizado e aperfeiçoamento das organizações não governamentais.

Nesse contexto, Fischer (2002, p.24) constatou em suas pesquisas que organizações da sociedade civil ressaltam os ganhos obtidos com o relacionamento com empresas e relatam que foram “re-criadas, re-inventadas”.

Vislumbra-se aí um melhor aparelhamento das organizações sociais, pois conforme afirma Fischer (2002, p.59),

as organizações não-governamentais, os centros de pesquisa e as entidades comunitárias tiveram que enfrentar o desafio de se redefinirem, de buscarem formas inovadoras de atuação e desenvolverem novas competências organizacionais. Frente à redução da disponibilidade de recursos financeiros, foi preciso aprender os procedimentos técnicos da captação, a engenharia financeira para obter otimização e a postura competitiva para garantir a diferenciação. Instala-se no contexto do Terceiro Setor um discurso pouco habitual que introduz conceitos – como eficiência, eficácia, resultados – até então mais apropriado ao ambiente empresarial.

No contexto corporativo, é importante correlacionarmos os resultados considerados positivos por conta das mudanças intra-organizacionais que vêm acontecendo, em especial na última década, com a tendência à valorização do funcionário como fonte de conhecimento ao invés de insumo⁶⁰, com o momento mais recente decorrente das alianças intersetoriais.

Senge (2002, p.174-182;384) chama a atenção para a tensão criativa, um dos benefícios dessas mudanças ao ser considerada a disciplina do domínio pessoal. “Essa tensão é gerada por se manter uma visão e, ao mesmo tempo, se dizer a verdade sobre a realidade relativa àquela visão – ‘dramatizar o assunto para que ele não possa mais ser ignorado’”. O hiato entre visão e realidade, designado por tensão criativa, é fonte de energia.

Admitida esta condição como positiva para o desenvolvimento humano num ambiente corriqueiro de trabalho, o que poderíamos imaginar num novo contexto sob a égide das alianças intersetoriais no qual sejam adicionados novos choques de visão e realidade.

Como afirma Schumacher (1982, p.87),

problemas divergentes, por assim dizer, obrigam o homem a esforçar-se até o nível superior a si próprio; exigem, e assim provocam o aparecimento de forças de um nível mais elevado, introduzindo dessa maneira em nossas vidas amor, beleza, bondade e verdade. É somente com a ajuda dessas forças superiores que os contrários podem ser reconciliados na situação vivida.

Embora esse leque de oportunidades, Sader (2005) aponta uma situação crítica ao se abrir um amplo espaço de alianças (parcerias) com grandes empresas privadas e suas fundações. Partindo do conceito de “sociedade civil”, acaba por se excluir as forças políticas que lutam por outra estrutura de poder na sociedade e que passam pela ideologia, introduzindo todas as ambigüidades que são exploradas, de forma ingênua ou mesmo de má-fé.

4.11-A empresa e a comunidade

A comunidade é apontada em diversas teorias e abordagens, desde quando se trata da filantropia até a atualmente difundida concepção dos stakeholders.

Contudo, é importante entender em que sentido se encaixa a comunidade. Isto se faz necessário para reconhecer a substância e a pertinência do discurso empresarial, uníssono e homogêneo em todos os fóruns, em relação às realidades que se apresentam. A palavra comunidade é usada regularmente; contudo, pode despertar vários significados, e, claro, vários sentimentos.

Ao analisar as razões pelas quais as empresas americanas podem se restabelecer como as mais dinâmicas e competitivas internacionalmente e cumprir suas responsabilidades

⁶⁰ Senge (2002, p.11-12) afirma que as organizações tradicionais caracterizam-se pelo uso intenso de tecnologias gerenciais e de marketing e de uso restrito das habilidades humanas. De outro modo, as organizações emergentes, ou organizações baseadas no conhecimento investem nas habilidades pessoais e interpessoais.

sociais, Heerema e Giannini (1991, p.87-91) trazem à tona alguns aspectos reveladores sobre o senso de comunidade e as organizações de negócio.

Como ponto básico, os autores evocam uma afirmação conhecida no âmbito das teorias mais atuais da administração: qualquer organização é feita por pessoas⁶¹. Outros conceitos também são arrolados, mas consideram que a raiz da questão está na natureza da condição humana, na qual pessoas são necessárias à comunidade.

Embora em qualquer empresa sejam requeridos compromissos com metas comuns e valores compartilhados, a empresa também deve ter objetivos claros e unificados, e uma missão clara e grande o bastante para produzir uma visão comum. Neste ponto a comunidade interna entra como o ambiente que propicia tal realização. Não basta a empresa ter como objetivos o aumento da lucratividade, aumentar produtividade, criar maiores benefícios nas relações trabalhistas, conquistar mais dedicação, disciplinar a força de trabalho, melhorar o ambiente de trabalho. Nada disso será possível sem a criação da comunidade.

Ao mesmo tempo em que a sociedade americana produziu condições favoráveis como a sua riqueza, sua abertura, seu dinamismo e sua industrialização, criou seus próprios problemas: a diversidade ou pluralismo (ex.: entrada de imigrantes e mulheres no mercado de trabalho), o declínio do incentivo material individual, um ambiente de trabalho caracterizado pela adversidade nas relações e o fim de instituições básicas sociais.

Sem desmerecer os três primeiros aspectos, Heerema e Giannini (1991, p.89) consideram como mais crítica a diminuição de importância de três instituições básicas da vida americana: a família, a igreja e a comunidade local, uma vez que essas instituições historicamente têm sido decisivas na vida dos indivíduos na América. Elas têm sido o significado primário pelo qual os americanos encontraram identificação com seus concidadãos. Em suma, foram nessas instituições que os americanos acharam a comunidade. Tomando isso como premissa, os autores consideram que a organização de negócio deve criar um senso de comunidade entre seus constituintes para o próprio funcionamento da organização. Ir além do local de trabalho, desenvolver o senso por outros motivos mais que ser um “bom negócio”.

Embora essa questão da comunidade diga respeito à cultura e aos valores da sociedade americana, ela serve de porta para discutir o problema. Deve-se ressaltar que ao se referir a visão americana é retomada a batida questão da homogeneização de discursos e da imposição de valores únicos em locais de culturas diferentes. Por essa razão, há de se entender a

⁶¹ A filosofia oriental de como administrar negócios trouxe transformações ao longo da década de 1980. Baseando-se no homem como recurso fundamental, foi um contraponto ao conceito americano de negócios, que valorizavam as máquinas e as edificações como ativos. A teoria da qualidade total, hoje tão difundida, vem do conceito oriental.

pertinência em se apontar a dubiedade das afirmações tanto no que diz respeito à comunidade quando abordada pela literatura ou pelo setor empresarial, e ainda no seio da sociedade em geral, quando o assunto é a RSC.

Admitida a possibilidade desse “espírito de comunidade” ser fundamental, há de se considerar que a organização estaria posicionada numa condição de “pertencimento”. Contudo, depara-se com o conflito se aplicá-lo de modo uniforme nas diversas realidades onde as corporações atuam. Tomando-se como exemplo, a situação no Brasil, na qual a sociedade se estruturou de modo distinto, onde o senso comunitário, se é que existiu, é sobreposto por uma cultura paternalista. Sem necessidade de aprofundamentos antropológicos, pode-se afirmar que o significado de comunidade no Brasil está em muito ligado a uma visão segregacionista dos componentes externos à ela, e também a um “espírito de resistência” por parte dos seus integrantes, o que é díspar em relação à visão americana.

No que diz respeito ao relacionamento empresas e comunidade no Brasil (pode-se extrapolar tal idéia para grande parte dos países do Terceiro mundo), comunidade não expressa um “espírito”, mas sim uma “variável crítica” que deve ser tratada com simpatia e importância com vistas a amortecer eventuais conflitos.

Recorrendo a uma metáfora matemática pode-se caracterizar que nos EUA a empresa “estaria contida” na comunidade, e na realidade brasileira, na maioria dos casos tem uma “tangência crítica”, e em alguns poucos “contém” a comunidade (cidades que se constituíram a partir de grandes projetos corporativos).

A condição de multinacional que quase a totalidade das corporações têm, e pelo fato de grande parte delas ter sua origem nos EUA, tende a uniformizar sua missão e seus valores, independente do país em que opera, o que inviabiliza a aplicação dessas motivações.

Caso considere-se a posição de transnacionalidade que as organizações corporativas estão assumindo, o argumento de “espírito comunitário” se desfaz por completo.

Além do equívoco de transpor uma cultura para outras realidades, vê-se também nesse postulado de entender a comunidade como um senso de pertencimento, num sentido mais amplo, como mais uma tentativa equivocada de encontrar um atributo humano, numa entidade sem “pessoalidade”.

Se considerar a hipótese de empresas orgânicas, como citado no item 4.6, seria aplicável uma idéia de necessidade biológica primária, um sentimento de coletividade com vistas a preservar a sobrevivência de um grupo. Isto caberia no caso em que a comunidade é abordada dentro do limite daqueles que integram as partes negociais mais diretas (funcionários, fornecedores e clientes), além de ser uma comunhão de objetivos econômicos.

Nesse contexto, se encaixa a terceirização. Conforme assinala Tachizawa (2002, p.64), “uma organização de porte para preservar sua postura social e ambientalmente correta, necessita estabelecer parcerias com as empresas de micro e pequeno portes subcontratadas.” Cabe ressaltar o uso do termo parceria, pois na realidade esses negócios de menor porte operam como “braços cativos” das organizações maiores.

Outra possibilidade que pode ser admitida para a formação do senso de comunidade é a idéia de se constituir uma ampla rede de informação. Alguns consultores de negócios afirmam que ao se estabelecer um fluxo de informação intenso o mercado trabalha mais eficiente e efetivamente. Contudo, essa condição é uma via de duas mãos, pois demandaria transparência das corporações, fato um tanto improvável.

4.12-Qual a responsabilidade e de quem deve ser valorizada?

Há de se perguntar, vale à pena apostar numa responsabilidade social das corporações? Fora de dúvida que é um campo vasto para pesquisa acadêmica. No entanto, entendemos que alguns fatores combinados são determinantes em considerar a RSC vinculada ao campo político.

É relevante investigar as práticas corporativas no sentido de construir uma visão crítica a respeito. Mas não se deve perder de foco que as corporações representam a impessoalidade, o poder e a falta de um compromisso com um local, região ou país. O poder que esse tipo de estrutura de negócio detém, por si só, é capaz de afrouxar seus limites legais e legitimar sua atuação conforme sua conveniência, no campo jurídico e junto à sociedade através de um discurso dominante. São caminhos e objetivos que não têm a ver com a essência do mercado ou com as liberdades individuais, aspectos quase sempre utilizados como justificativa à sua existência ou operação.

Há de se entender que é no campo político, mais precisamente, na interação de forças com os demais segmentos da sociedade, em especial com as organizações socioambientais e os movimentos sociais, que a responsabilidade social das corporações são definidas, nas suas motivações, nos seus limites e nas suas práticas.

Já foi apontado em outro ponto desse trabalho a respeito das “armadilhas” que o capital é capaz de arquitetar. A excessiva valorização da responsabilidade social dos negócios no âmbito das corporações é preocupante, pois é capaz de engendrar desvios para projetos alternativos de sociedade.

É cabível compartilhar da visão de Korten (2002) e Schumacher (1982) quanto à crítica de um mundo regido por corporações e favorável às estruturas de negócios numa rede em pequena e média escala. Nesse sentido, deve-se pensar que a investigação e discussão da

responsabilidade social dos negócios mereçam se deslocar para o campo da pequena e média empresa.

4.13-Riscos, responsabilidade legal e responsabilidade moral na Modernidade Reflexiva

Houve a oportunidade de apontar no início desse trabalho, no item 2.2.1, alguns aspectos da fundamentação jurídica da responsabilidade legal. Um desses aspectos vale ser retomado, a responsabilidade por risco no lugar da culpa. Isso coloca o risco como o ponto de partida da imputabilidade.

De acordo com Demajorovic (2003, p.36-37), de certo modo, a sociedade industrial pelo desenvolvimento do seu instrumental racional de controle se habituou a conviver de forma menos traumática com boa parte desses riscos. O Estado com as regulações como mecanismos de defesas contra disfunções. As empresas incluíram o cálculo do risco em sua tomada de decisão.

No entanto, qual o significado do risco na sociedade atual? Beck (1996 apud Demajorovic, 2003, p.40-41) enfatiza a dificuldade em trabalhar com riscos cada vez mais incalculáveis, que dificultam a identificação de responsáveis e vítimas, condição para considerar que transitamos definitivamente de uma sociedade de caráter industrial para a sociedade de riscos, mais precisamente de riscos ampliados, e que transforma o processo de modernização numa modernização reflexiva, na qual é ao mesmo tempo é tema e problema para si próprio.

Sob esse conceito, o setor produtivo como principal agente responsável desse processo também é afetado por ela. No entanto, os efeitos não afetam todos os indivíduos e países da mesma forma. Ficam a sociedade e o meio ambiente com a conta da degradação ambiental e com o esgarçamento do tecido social. Ficam as empresas com os custos de novas tecnologias, mas com novas e promissoras oportunidades de negócio.

Não se desconsidera que parte da sociedade se beneficia com a geração de empregos e com melhorias ambientais, mas trata-se de uma distribuição de custos e ganhos desequilibrados.

A responsabilização de empresas por danos ambientais (incluindo-se nesta rubrica também aspectos sociais) com a introdução da legislação ambiental e do conceito de nexo causal é uma tentativa de responsabilização no sentido de uma reparação, e faz parte desse processo.

A despeito dos avanços jurídicos, a questão é a dificuldade da calculabilidade desses riscos e o conseqüente reparo, que impõe limites na contabilização do dano e nos coloca diante de uma reparação parcial. Podemos perceber nas decisões judiciais outra limitação,

pois, não raro, é possível se deparar com notícias de “compensações” ambientais questionáveis, do tipo um computador por um mangue degradado.

Diante do quadro de incertezas e riscos, apesar da aplicação ponderada de um custo de reparo ou de mudanças operacionais (no caso de licenças ambientais), provavelmente, uma contabilização criteriosa imputaria às empresas custos que poderiam implicar na quebra do negócio. Esta preocupação fica manifesta nas constantes pressões do setor empresarial no sentido da legislação vir a determinar limites percentuais de compensações socioambientais em relação aos custos de um empreendimento, como se natureza e sociedade fossem acessórias diante da finalidade econômica.

Na atividade empresarial moderna a responsabilização direta não é simples, uma vez que há um alongamento das linhas de produção e da complexidade do processo de geração de bens e serviços. Cada vez mais as ações do trabalho produtivo se distanciam dos seus efeitos.

Isso configura um quadro de impedimentos a se entender que a responsabilização de uma organização deva se restringir ao campo legal ou regulatório.

Retomando a questão da modernidade reflexiva, cabe apontar outro aspecto. Segundo Demajorovic (2003, p.44-47), a autocrítica é a segunda vertente. O reconhecimento social do risco num processo de auto-reflexão muda a perspectiva de compreensão dos danos socioambientais. O autor considera que o processo social de reconhecimento de risco está em curso e forja o desenvolvimento de uma moral ecológica.

Vê-se nesse processo a possibilidade de construir uma responsabilidade social dos negócios mais adequada aos tempos atuais. Não que possa considerar possível um comportamento moral das organizações, isto porque as empresas não são agentes morais. Só seres humanos o são. O economista Milton Friedman (1970 *apud* Thiry-Cherques, 2003, p.36) considera as empresas entes amorais. Segundo Thiry-Cherques (2003, p.36) ao contrário do que se tem escrito e dito, não há base lógica que dê sustentação de uma “ética corporativa”.

Desse último ponto de vista, a responsabilidade social das empresas compreende o conjunto de deveres morais que as empresas, na pessoa dos que as dirigem, têm para com a sociedade. Nesse caso a formação de novos padrões éticos, espirituais, institucionais, sociopsicológicos, dentre outros, poderão dar contornos à atitude da empresa.

Ao contrário da responsabilidade legal que é posterior ao dano e atua preventivamente na dissuasão, a responsabilidade moral tem a ver com o respeito, com a prevenção solidária, não compreendendo reciprocidade, retribuição, ou ressarcimento. Vale ressaltar que a responsabilidade moral vem complementar a responsabilidade legal no campo onde esta tem dificuldades de adentrar (Thiry-Cherques, 2003, p.37-8).

4.14-O socioambiental fatiado: oportunidade de negócios, falta de percepção, e/ou uma construção social?

Os últimos quinze anos foram marcados pela formação de um entendimento quanto à importância de não haver uma dissociação entre os aspectos sociais e os ambientais, como apontado no item 2.1.

O fato é que há um consenso formado que os dois aspectos são complementares e inter-relacionados, e, portanto, indivisíveis. O momento que consagrou essa visão foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

No processo de discussão, o setor dos negócios, em especial o corporativo, tem procurado assumir um papel de protagonista. Nesse sentido, apontamos como marco o livro *Mudando o Rumo* de Schmidheiny (1992), em parceria com o *Business Council for Sustainable Development (BCSD)*, que representou, de acordo com a sua visão, a tomada de uma posição de vanguarda por parte das corporações quanto ao desenvolvimento sustentável. Layrargues (1998, p.28-31) identifica várias visões que apontam o setor empresarial como tendo assumido uma consciência ecológica e como sendo o setor mais capacitado a dirigir as mudanças requeridas pela sociedade.

A despeito das discussões conceituais sobre desenvolvimento sustentável, naquela ocasião ficou bem expresso que as variáveis sociais e ambientais eram indissociáveis, como dissemos. A questão é reconhecer se o setor corporativo percebe também dessa forma. Nesse sentido, devemos buscar alguns elementos básicos para apreender essa situação.

De início, pode-se perceber o peso que o setor deu aos aspectos ambientais – o livro de Schmidheiny é um manifesto à eco-eficiência. Reforça essa colocação, a importância dada, na segunda metade da década de 1990, às certificações ambientais que derivam da aplicação das normas ISO série 14000⁶². Cabe ressaltar que a norma ISO 14001, pertencente à série 14000, estabelece que a Política Ambiental da organização é uma decisão dessa; contudo, fixa aspectos mínimos como diminuição da poluição, obediência aos requisitos legais, dentre outros; porém, mais relacionados ao meio ambiente enquanto meio físico. (ABNT NBR ISO 14001:2004)

Enquanto a dimensão ambiental no âmbito empresarial ganhava posto de destaque no próprio mercado devido a exigências de si mesmo, e alcançava a sociedade como um aspecto

⁶² O conjunto de normas da série 14.000 foi elaborado pela *International Standard Organization (ISO)* com o objetivo de estabelecer princípios de procedimentos para implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em qualquer organização. A ISO é uma entidade de renome e tida como referência internacional em normatizações.

de diferenciação para o consumidor⁶³, a dimensão social era observada como um aspecto que demandava atenção, mas tratada ainda marginalmente pelo mercado em suas práticas.

Embora a RSC seja debatida há tempos, na última década houve um crescente número de estudos comprovando a relação direta entre as práticas de negócios socialmente responsáveis e a performance financeira positiva, promovendo um crescimento exponencial da discussão da RSC⁶⁴. Isso criou um contexto facilitador para que a dimensão social fosse relevada no âmbito empresarial.

Deve-se anotar também a proliferação de códigos, normas, indicadores e manuais que dedicam a assuntos como sustentabilidade, *Accountability*, direitos humanos, saúde, segurança e trabalho humano.

Nesse sentido, várias organizações de renome junto ao setor de negócios têm liderado o processo, tais como a CERES Investor and Environmentalists for Sustainable Prosperity, UN Global Compact, Global Sullivan, OSHA (Occupational Safety & Health Administration), SAI (Social Accountability International), e no Brasil, o Instituto Ethos, o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), dentre outros.⁶⁵

Em processo semelhante à questão ambiental, a cultura administrativa empresarial tende a tratar suas questões sob ferramentas gerenciais. Para isso, em regra, o setor vem seguindo os preceitos e procedimentos estabelecidos por instituições normatizadoras, tais como a norma OSHA 18000 da OSHA, e mais recentemente a SA8000 da SAI, que focam questões sociais mais relacionadas ao trabalho, restringindo-se ao âmbito interno da empresa.

Mais recentemente, no Brasil, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) foi a primeira instituição no mundo a criar uma norma para implantação de um sistema de gestão da responsabilidade social, a norma NBR 16001. Em março de 2005, foi estabelecido um comitê internacional, co-presidido por um representante do Brasil, para que seja

⁶³ Na atualidade, a grande maioria das corporações e uma parte expressiva das grandes empresas já têm implantado um Sistema de Gestão Ambiental, que ou é reconhecido pelos organismos certificadores ou é auto-declarado.

⁶⁴ A *BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY (BSR)* aponta a importância do estudo, de 2002, da DePaul University a respeito da performance financeira e os negócios éticos. Ver *Overview of Corporate Social Responsibility*, disponível em <http://www.bsr.org/CSRResources/IssueBriefDetail.cfm?DocumentID=48809>, em 31/08/2004

⁶⁵ Ver em:

CERES - <http://www.ceres.org/>

UN Global Compact - <http://www.unglobalcompact.org/Portal/Default.asp?>

Global Sullivan - <http://www.mallenbaker.net/csr/CSRfiles/Sullivan.html>

Osha - <http://www.osha.gov/>

SAI - <http://www.cepaa.org/>

Instituto Ethos - <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?Alias=Ethos&Lang=pt-BR>

GIFE - <http://www.gife.org.br/>

concebida uma norma internacional da ISO, a ser designada de série 26001. O fato é que as normas na área social ainda estão em processo de construção.⁶⁶

Agregamos mais alguns elementos a essa avaliação. O autor da presente dissertação, enquanto Auditor Ambiental de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA da NBR ISO 14001), pode constatar, com alguma recorrência, que as Políticas Ambientais vêm sendo reformuladas e ampliadas com a inserção de aspectos sociais. Num primeiro momento, as empresas tendem a optar por uma política básica onde são focados aspectos estritamente do meio ambiente físico.

Com o aprendizado e domínio dessas questões pela organização ao “rodar”⁶⁷ o SGA, passa-se a introduzir questões sociais e algumas mais subjetivas e/ou intangíveis. Em algumas situações, a própria Política Ambiental se funde com outras políticas. Para ilustrar, está reproduzido adiante documento da empresa Bayer, no Brasil.

⁶⁶ Fonte: <http://asn.interjornal.com.br/site/noticia.kmf?noticia=2858307&canal=217&total=64&indice=10> e http://www.ietec.com.br/ietec/cursos/area_gestao_de_projetos/2005/05/04/2005_05_04_0001.2xt/materia_gestao/2005_05_04_0171.2xt/dtml_boletim_interna em 23/06/2005

⁶⁷ O termo “rodar” é utilizado para designar a operação do ciclo contínuo do SGA, que é conhecido como PDCA (Plan-Do-Check-Action).

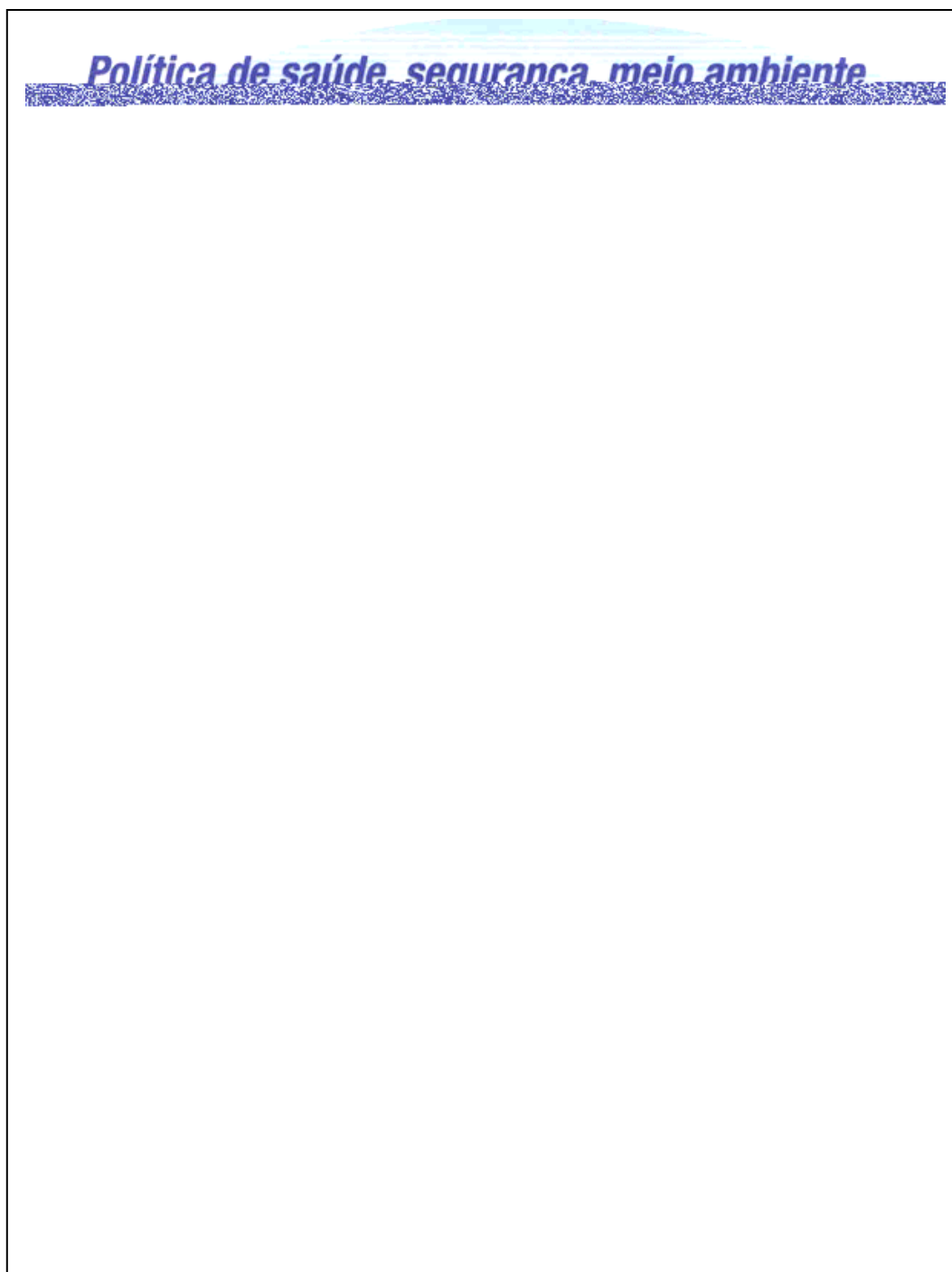


Figura 4.4 – Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, e Qualidade da Bayer no Brasil
(Fonte: <http://www.bayer.com.br>)

Não cabe aqui desmerecer esse tipo de abordagem, mas a de apontar algumas contradições e/ou inconsistências.

Tomando-se o caso como exemplo, se por um lado a norma ISO 14001 não exige determinados compromissos, como “respeito e incentivo à diversidade”, “ética, transparência

e responsabilidade social” e “adição de valor e benefício para todos”, por outro é objetiva, e determina que para os compromissos assumidos devam ser estabelecidos explicitamente programas e procedimentos de implantação, acompanhamento e avaliação respectivos. No entanto, não raro, aparecem lacunas nas práticas da organização ao se tratar com questões “não palpáveis”, contrariamente ao se lidar com aspectos mais “concretos” e objetivos como DBO ou DBQ de efluentes industriais.

Ficam várias dúvidas quanto ao que fundamenta esse vazio. Seria uma retórica como oportunidade de marketing, ou uma desconexão com a importância desses aspectos, ou querer incorporar novos valores, mas ser incapaz inconscientemente de lidar com esse tipo de questão, ou ainda, vislumbrar algo, não domina-lo e partir para o campo da prática com o intuito de aprender?

Pode-se incrementar essa discussão com algumas considerações quanto à forma e ao tratamento que o setor empresarial dá à dimensão social e dimensão ambiental, ao publicizá-las.

Ao longo da pesquisa fez parte da rotina acompanhar as informações das empresas ou corporações através dos seus *websites*, *newsletters* ou informativos impressos, sem preocupações rígidas de coletar, sistematizar ou mensurar dados. No entanto, se puderam constatar alguns pontos relevantes sob o ponto de vista qualitativo.

Voltemos à questão da comunicação, já citada no item 4.7, em que deva haver uma estreita aproximação entre emissor e receptor. Se de um modo o primeiro deve capturar expectativas do receptor, por outro acaba por se revelar explícita e implicitamente.

A formatação de *websites* segue princípios de hierarquia, alocando a informação de acordo com a sua importância naquela circunstância. Nesse sentido, acompanhamos um processo de trânsito de relevância dada à dimensão ambiental e à dimensão social.

Em regra, as políticas empresariais no que diz respeito ao meio ambiente físico, que de início ocupavam lugar de destaque na diagramação dos *websites*, vêm sendo deslocadas para um lugar de menor hierarquia por conta da “invasão” da responsabilidade social. Ao longo dessa mudança ficou caracterizada a distância do social e ambiental no que diz respeito à expectativa do receptor e como o emissor se revela. Tal processo vem ocorrendo também em websites de organizações de representação da classe empresarial, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), entre outras.

Contudo, podem ser registradas novas mudanças em curso. A PETROBRÁS, num período logo após o início da segunda metade do ano de 2004, passou a veicular em destaque uma “janela informativa” (*popup*) em seu *Portal Eletrônico* ressaltando que “a empresa

passava a considerar as suas responsabilidades sob uma ótica social e ambiental integrada”. Tal mudança está consagrada em seu portal atual, embora possa ser observado o uso do termo responsabilidade socioambiental em alguns momentos e em outros, responsabilidade social e responsabilidade ambiental. Reforçando essas mudanças, podemos citar ainda como exemplo o website da Cia Vale do Rio Doce⁶⁸, onde aparece o link “Responsabilidade Socioambiental”.

Quanto à FIESP, a entidade apresentou, em julho de 2004, um documento sobre a gestão no período de 2001-2004 designado de Relatório Socioambiental. Há de se apontar a recorrência do uso do termo socioambiental, assim como a indicação de uma abordagem integrada das duas questões.

Por coerência, começamos a introduzir um modelo de gestão **socioambiental** responsável dentro da casa, numa tentativa de fazer com que os funcionários da FIESP/CIESP incorporassem essa nova filosofia. (...) O estágio de evolução da Responsabilidade Social de uma empresa para outra vai depender do grau de penetração deste conceito no seu planejamento estratégico, até permear as relações da empresa com todos com quem interage. (...) que integre o ‘**socioambiental**’ em sua estratégia global de desenvolvimento (Relatório Socioambiental FIESP/CIESP/IRS, 2004, p.7-8). (grifo nosso)

É oportuno assinalar que ao ser apontado esses aspectos esta a se considerar a lingüística - conexões entre linguagem e a formação do pensamento, e vice-versa -, embora não seja o objetivo um aprofundamento nesse sentido. Desse modo, este esforço busca sinais, onde estão embutidas mudanças por vezes sutis, mas que podem ser indicadores relevantes.

Há de se entender que a incorporação gradativa do termo socioambiental é um importante fator de indução de uma percepção de uma realidade mais integrada. Isso permite a mente operar com um enfoque integrado por associação ao termo, que estimula a consagrar o mesmo consolidando cada vez mais a “imagem” da questão socioambiental, e incide no pensamento, e segue num ciclo contínuo.

Hawken, Lovins e Lovins (2005, p.291) alertam sobre a impossibilidade de se querer mudanças profundas sem que se promovam mudanças no modelo de pensamento. Citando Einstein, os autores (2005, p.6) lembram que os problemas não podem ser resolvidos nos limites da mentalidade que os criou.

Por outro lado, não se deve desconsiderar que esse encaixe do social no ambiental pode decorrer de uma apropriação objetiva por parte do empresariado, como o que se pode observar com o termo *desenvolvimento sustentável* e outros termos derivados desse.

⁶⁸ Ver em <http://www.cvr.com.br/cvr/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>, disponível em 26/06/2005.

4.15-Meio ambiente natural: dimensão acessória na RSC?

Ao se colocar a dimensão ambiental na pauta de discussão do item 4.14 acima, abriu-se oportunidade para apontar uma outra questão. É possível haver responsabilidade social sem que haja responsabilidade ambiental, ou vice-versa?

As ponderações feitas no item anterior se concentraram no setor empresarial, pouco receptivo a uma atitude reflexiva devido ao pragmatismo que impera no seu meio.

No entanto, cabe apontar que a literatura acadêmica sobre RSC assimila a dimensão ambiental como uma dimensão acessória, numa posição recortável, afinal, ela é “uma parte interessada”, ou está localizada na parte externa à organização, ou se incrusta numa demanda social.

Ao contrário, a dimensão ambiental, na sua expressão como bem natural, transpassa uma organização em cada ponto, cada momento e em todas as circunstâncias, e extrapola para o ambiente externo. Está difusa nos requisitos legais, nos requisitos operacionais, nos requisitos econômicos, nos requisitos políticos e nos requisitos sociais, sendo uma variável precípua para a organização e para a sociedade. Nessa afirmação, propositalmente deixamos o social para último, não no sentido de o desmerecer, mas de tentar despolarizar as dimensões.

No caso da dimensão social, fica claro que os teóricos a enxergam distribuída no ambiente intra-organizacional (os direitos e condições de saúde e bem-estar no trabalho), no ambiente inter-organizacional (fornecedores e clientes) e exo-organizacional (sociedade e governo), e estipulam modelos com base nessa percepção.

Por outro lado, pensadores e teóricos, em grande parte, reconhecem o significado da natureza para o homem, como base natural da vida biológica e base para a expressão da vida cultural, incluindo-se nessa última os valores das sociedades, a economia, as relações sociais, o exercício da cidadania, dentre outras. No entanto, isso não fica expresso nas diversas teorias coletadas na literatura e aqui apresentadas.

Reconhece-se que a base teórica da RSC está enraizada na visão tradicional do domínio da natureza pelo homem. Porém, deve-se anotar que exatamente a partir da década de 1990, quando se encaminhava a consolidação de um novo significado do meio ambiente natural para a sociedade, a literatura sobre RSC não examinava os conceitos anteriores sobre essa, concentrando-se em temas alternativos (instrumentais).⁶⁹

Além disso, pode-se também anotar que a bibliografia, ao correlacionar a questão ambiental à RSC, o faz dando enfoque à gestão ambiental como uma “contribuição” à RSC. Tachizawa (2002, p.31) ressalta que pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em

⁶⁹ Ver considerações ao final do item 3.1.1

Administração do Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (CEATS-USP), indica que somente 19% das 273 empresas nacionais pesquisadas consideram o meio ambiente como área prioritária de sua atuação social.

No contexto atual, o encaixe das dimensões social e ambiental é uma demanda exigível. Portanto, considerar a dimensão ambiental marginalmente ao social é uma incongruência.

Não se pode negar que a introdução da questão ambiental na teoria econômica tem como maior mérito a renovação e recuperação das ligações da economia com as demais ciências sociais, a política, a sociologia, o direito e a administração.

Apesar de ter tido um grande avanço no campo da administração, em especial - a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) difundiu para toda a organização a responsabilidade que se encontrava assentada exclusivamente no departamento de produção -, Backer (2002, p.9) afirma que a indústria e o setor de serviços são administradas por uma geração de administradores que não possui nenhum tipo de cultura do meio ambiente. Tachizawa (2002, p.25) reforça esse aspecto ao enfatizar a necessidade de que os executivos tenham uma formação mais criteriosa e também de caráter generalista para fazer frente aos contornos delineados pelos novos tempos.

De outro modo, Backer (2002, p.9) coloca como chave o “aprender a aprender o meio ambiente”. Neste ponto é possível defrontar-se novamente com o significado de “aprender” para a empresa (já foi discutido esse aspecto em outro ponto deste trabalho).

Pode-se observar a dimensão desse problema nas colocações de Braga (1995, p.47-48 *apud* Ashley, 2002, p.69-70). Segundo o autor, uma questão que tem gerado muita polêmica entre as próprias empresas e que permanece em aberto é se o SGA

representa realmente uma transformação das políticas organizacionais para a preservação do meio ambiente ou seria apenas mais um processo burocrático a ser seguido passo a passo, como acontece com a implantação da certificação ISO 9000 (Qualidade Total) em muitas organizações. A ênfase na normatização de procedimentos e confecção “pasteuriza” a questão ambiental, trazendo problemas como excesso de burocracia e inflexibilidade organizacional.

Assumir as responsabilidades quanto ao meio ambiente vai além de um sistema gerencial. Backer (2002, p.8) assinala que “a estratégia ecológica deve levar em consideração o conjunto de forças em ação, sem dúvida como antagonistas, mas justamente por causa disso como forças criadoras da inserção da economia no ecossistema”.

Isto coloca a questão no plano político, resgatando os aspectos ligados ao poder e ao pensamento. O primeiro foi objeto de discussão anterior. Sobre o pensamento pode-se apontar algumas possibilidades, mas há de se reconhecer que há predominância de um discurso

empresarial verde, ainda preso ao paradigma newtoniano, incapaz de atender à complexidade dos problemas.

Embora alguns autores depositem confiança numa reestruturação do setor empresarial com a introdução da visão sistêmica – Tachizawa (2002, p.28) considera que “a gestão ambiental envolve a passagem do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico” -, Layrargues (1998, p.211-6), após examinar a inserção do setor empresarial no ambientalismo, afirma “tratar-se de uma apropriação ecológica e não, uma transição ideológica. (...) Permanece o conflito ideológico, ainda camuflado, expresso pela racionalidade ecológica x econômica”.

Percebe-se isso na insistência de grande parte do empresariado de que a questão ambiental deva ser despolitizada e vista sob um enfoque somente técnico, basta lembrar de observações feitas no item 2.3.4 a respeito de algumas lideranças empresariais brasileiras. Tachizawa (2002, p.28) alerta que o ambientalismo superficial tende a aceitar, por omissão, a ideologia do crescimento econômico. Nesse aspecto o autor considera que a gestão ambiental não questiona essa ideologia.

4.16-Do ambiental para o social ou do social para o ambiental ou um encontro casual entre si e entre esses e a economia?

Não obstante as ponderações acima, a responsabilidade empresarial é uma construção social, e como tal um processo dinâmico. Pode-se perceber isso se forem resgatadas considerações feitas no item 4.14 sobre as políticas ambientais das empresas: a gradativa introdução de alguns aspectos sociais nas políticas ambientais. Isto induz a se pensar que a implantação da nova norma de responsabilidade social (NBR 16001) possa fazer o mesmo na direção dos aspectos ambientais.

Embora a administração empresarial tenda a uma gestão integrada⁷⁰, o problema permanece, a separação das duas dimensões em duas rubricas administrativas operacionalizadas por procedimentos burocratizados e percebidas, em regra, pela Alta Direção por uma lógica tradicional revestida de uma “consciência ecológica”. Será que elas caminharão na direção da outra e serão capazes de se enxergar?

⁷⁰ As empresas estão implantando gradativamente um Sistema de Gestão Integrada (SGI), que considera as normas ambientais (ISO 14000), as normas de saúde e segurança no trabalho (BS8800) e normas de qualidade (ISO 9000).

Há de se considerar que os eventuais avanços por parte do setor empresarial no sentido de apreender toda a complexidade socioambiental estão aquém das demandas exigíveis. Segundo Tachizawa (2002, p.30-1), a formação dos executivos e gestores deve

responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar o enfoque do gestor como solucionador de problemas, reproduzidor das forças produtivas e das relações sociais, para promotor de novas relações produtivas e sociais dentro de um contexto maior de responsabilidade ambiental, ecológica e de desenvolvimento sustentável. Este profissional (...) deve constituir-se em agente transformador, capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem econômica, social e ambiental. (...) o empresário e o executivo, para enfrentar os novos tempos, devem ter capacidade abrangente de análise, interpretação e correlação, ou seja, um gestor com consciência ecológica e socialmente responsável por excelência, com visão sistêmica para ler correta e adequadamente os cenários sociais, as turbulências política, econômicas, o ambiente de competição, as formas de mercado, as tendências culturais dos grupos, os nichos negociais e as possibilidades de integração das economias contemporâneas. Uma gestão ambiental e de responsabilidade social é o exame e a revisão das operações de uma organização da perspectiva da ecologia profunda, ou do novo paradigma. É motivada por uma mudança de valores da cultura empresarial, da dominação para a parceria, da ideologia do crescimento econômico para a ideologia da sustentabilidade ecológica.

4.17-Um campo de resoluções

Apesar das influências do mundo dos negócios sobre as estruturas dos Estados, reconhece-se que o anacronismo dos modelos desses últimos perante as demandas do mundo atual acaba por ser um grande facilitador da efetividade dessas influências. Esse momento pode ser interpretado como um grande vazio institucional, a ser ocupado por um rearranjo de forças.

Lembrando dos valores substantivos indicados por Leff (2002), considera-se a visão de mundo (ideologia) como elemento fundamental ao se tentar reconhecer a realidade. Nesse sentido, deve-se ver com ressalvas as tentativas do mundo dos negócios - notadamente embasado na concepção da individualidade, em detrimento ao coletivo e no se relacionar com a natureza de forma utilitária - em assumir uma posição de liderança e de superioridade nesse rearranjo.

Ainda no esforço de estabelecer uma visão crítica positiva das questões, pode-se perceber a RSC como um campo de oportunidade não só para o setor empresarial, mas para a sociedade como um todo.

Se de um modo a RSC pode servir de instrumento à iniciativa do setor corporativo, também cria um ambiente institucional propício ao debate de posições, de práticas, de alianças, de aprendizado e de participação, ou seja, um campo de resoluções para os problemas atuais.

As afirmações de Giddens (1991, p.154) quanto aos riscos da modernidade servem de encaixe a essas colocações.

A minimização dos riscos de alta-consequência **transcende todos os valores e todas as divisões de poder**. A “história” não está do nosso lado, não tem teleologia, e não nos proporciona garantias. Mas a natureza fortemente contrafactual do pensamento orientado para o futuro, um elemento essencial da reflexividade da modernidade, tem implicações positivas, bem como negativas. Pois podemos vislumbrar alternativas futuras cuja propagação mesma pode ajuda-las a se realizar. O que é preciso é a **criação de modelos de realismo utópico**. (...)

Mas a história, como notamos, não tem teleologia, e **não há agentes privilegiados no processo de transformação engrenado à concepção de valores**. Marx conservou mais do que um eco da dialética do senhor e do escravo, uma perspectiva que é atraente porque os desprivilegiados são os verdadeiros detentores dos interesses da humanidade como um todo. Mas devemos resistir a esta noção, a despeito de sua atração para aqueles que lutam pelos oprimidos. **Os interesses dos oprimidos não são uniformes e freqüentemente colidem entre si**, enquanto as **mudanças sociais benéficas** com freqüência **exigem o uso de poder diferencial**, mantido apenas pelos privilegiados. Ademais, muitas **mudanças benéficas ocorrem de maneira involuntária**. (grifo nosso)

Ao invés de ser um espaço privado de oportunidades, a RSC é um campo privilegiado para que se exercite a aplicação da ecologia profunda apoiada na identificação dos conceitos apontados por Callenbach (1999, p.100-2) como passíveis de maior conscientização, a saber:

- Estado do mundo - problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida, e o crescimento da população de aprofundamento do abismo entre ricos e pobres;
- Inter-relação dos problemas – nenhum problema deve ser entendido isoladamente e sim por um enfoque sistêmico;
- Mudança de objetos para relações – o mundo é um todo integrado, um sistema vivo, e não uma reunião de objetos separados;
- Mudanças das partes para o todo – os sistemas vivos compreendem organismos individuais, sistemas sociais e ecossistemas, e constituem conjuntos integrados. A natureza de qualquer sistema vivo, incluída aí a organização de negócios, deriva das relações entre seus componentes e das relações do sistema todo com seu ambiente;
- Mudança da dominação para a parceria – na natureza, toda competição está intrinsecamente ligada à cooperação. As relações cooperativas e simbióticas são uma característica essencial da teia da vida;
- Mudanças de estruturas para processos – pensar sistemicamente é pensar em processos que são estáveis mediante um equilíbrio dinâmico, com contínuas oscilações interdependentes de todas as variáveis;
- Mudança de auto-afirmação para integração – os sistemas vivos precisam afirmar sua individualidade como parte integrante de conjuntos maiores;

- Mudança de crescimento para sustentabilidade – mudança de expansão para conservação, de quantidade para qualidade, do crescimento econômico para a sustentabilidade ecológica. No mundo vivo, o crescimento não tem apenas um significado quantitativo.

4.18- Bibliografia do Capítulo IV

1. ABNT. NBR ISO 14001:2004 - Sistemas de Gestão Ambiental: requisitos com orientação para uso. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
2. ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
3. BACKER, Paul de. *Gestão Ambiental: A Administração Verde*, tradução Heloísa Martins Costa. Rio de Janeiro: Qualitymark.
4. BARBOSA, Livia. *Cultura e Empresas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
5. BECK, Ulrich. *Risk Society: Toward a New Modernity*. Londres: Sage, 1992.
6. BERLO, David K. *O Processo da Comunicação*. 8 ed. Tradução de Jorge Arnaldo Fontes. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1997.
7. BRAGA, T.M. *Meio Ambiente e grandes empresas: otimismo do discurso, pessimismo na ação*. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 1995, Belo Horizonte. Anais Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995.
8. CALLENBACH, Ernest *et al.* *Gerenciamento Ecológico (EcoManagement): Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis*. Tradução de Carmen Youssef. São Paulo: Cultrix, 1999.
9. CARROLL, Archie B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. Separata de: *Business and Society*, v.38, n.3, p.268-295, setembro de 1999.
10. CHIAVENATO, Idalberto. *Os Novos Paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
11. DAVIS, K. Can Business Afford to Ignore Corporate Social Responsibilities? Separata de: *California Management Review* v.2, p.70-76, inverno de 1960.
12. DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de Risco e Responsabilidade socioambiental: Perspectivas para a Educação Corporativa*. São Paulo: Ed. SENAC-SP, 2003
13. DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: Transformando idéias em Negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
14. FISCHER, Rosa Maria. *O Desafio da Colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.
15. FRIEDMAN, M. *The social responsibility of business is to increase its profits*. New York Times Magazine, 13 setembro 1970.
16. FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
17. GARRIGA, Elisabet. MELÉ, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. Separata de: *Journal of Business Ethics*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 53: 51-71, 2004
18. GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
19. GREENFIELD, W.M. In the name of corporate social responsibility. Separata de: *Business Horizons*, v.47, n.1, p.19-28, janeiro-fevereiro 2004.

20. HART, S. *Global Sustainability and the Creative Destruction of Industries*, aceito para publicação in *Sloan Mgt. Review*, março 1999.
21. HAWKEN, Paul ; LOVINS, Amory e LOVINS, L. Hunter. *Capitalismo Natural: Criando a Próxima Revolução Industrial*. Tradução de Luiz A. de Araújo e Maria Luiza Felizardo. 10a ed. São Paulo: Cultrix.
22. HEEREMA, Douglas L. e GIANNINI, Robert. Business organizations and the sense of community. Separata de: *Business Horizons*, v.34, n.4, p.87-91, julho-agosto 1991.
23. KANITZ, Stephen. Ensinando a pescar. *Revista Veja*, São Paulo: Abril, ano 37, n.35, p.20, 1º set. 2004.
24. KORTEN, David C. O Mundo Pós-Corporativo: Vida Após o Capitali\$mo. Petrópolis: Vozes, 2002.
25. LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A Cortina de Fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
26. LEFF, Henrique. *Epistemologia Ambiental*; tradução de Sandra Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
27. MARIOTTI, Humberto. *Organizações de Aprendizagem: educação continuada e a empresa do futuro*. 2 ed. Ver e amp. São Paulo: Atlas, 1999.
28. NETO, Francisco P. de Melo e FROES, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa:: o Caso Brasileiro, da Filantropia Tradicional à Filantropia de Alto Rendimento e ao Empreendedorismo Social*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
29. NETO, Francisco P. de Melo e FROES, César. *Empreendedorismo Social: a transição para a Sociedade Sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
30. OVERVIEW OF Corporate Social Responsibility, disponível em
31. <http://www.bsr.org/CSRResources/IssueBriefDetail.cfm?DocumentID=48809>, em 31/08/2004
32. RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL FIESP/CIESP/IRS – Gestão 2001-2004. São Paulo: FIESP, 2004. Disponível em www.fiesp.com.br/relatorioRS em 14/09/2004.
33. SADER, Emir. *Corrupção não-governamental*. Outras Opiniões. Caderno A13. Jornal do Brasil, 26 de junho de 2005.
34. SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In _____ (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
35. SCHMIDHEINY, Stephan. *Mudando o Rumo: uma Perspectiva Empresarial Global sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Tradução de Maria de Lourdes Vignoli. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.
36. SCHUMACHER, E.F. *O Negócio é ser Pequeno*. tradução de Octávio Alves Velho. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
37. SENGE, Peter M. *A Quinta Disciplina: arte e prática da organização que aprende*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, 10ª ed.
38. SPRITZER, Sérgio. *A Espiral de Mudanças: Comunicação Efetiva e Neurolíngua aplicadas a mudanças pessoais e organizacionais*. 3a ed. ver. e amp. Porto Alegre: Ortiz, 1994.
39. SOBRINHO, José Antunes. Um impasse que exige solução urgente. Jornal do Meio Ambiente. Notícias on line de 11/07/2005. Disponível em http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=7585, em 11/07/2005
40. TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira*. São Paulo: Atlas, 2002.
41. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto, Responsabilidade Moral e Identidade Empresarial, *RAC - Revista de Administração Contemporânea, Edição Especial*, p.33-50, Curitiba: ANPAD, 2003.

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1-Conclusões

O negócio deve ser encarado não num sentido pejorativo, mas como a consumação da troca de produtos/serviços que resultam da necessidade do homem se manifestar.

O lucro deveria ser o excedente para diferenciar o valor dos bens usados no ato da troca, e deveriam ser utilizados para aperfeiçoar os produtos/serviços que são elaborados, investidos no desenvolvimento do homem, enquanto indivíduo e ser coletivo.

No entanto, deve-se ter a clareza que o lucro e resultados positivos eram, continuam sendo e sempre serão os objetivos que movimentam as organizações de negócios em qualquer parte do mundo. O que é questionável é a forma, os meios de como obtê-los, e ainda, com que fim, e quem responde e de que modo pelas conseqüências dessas ações.

Por outro lado, as mudanças dos ambientes intra-organizacionais (lidar com o dilema da coordenação das vontades, dos interesses, das diferenças, das diferentes perspectivas, das inteligências, dos níveis participativos/opinativos e do conhecimento de seus membros) e do meio ambiente externo (globalização, interconectividade do mundo, a valorização da participação individual e a inovação) alteram percepções e demandam novas práticas e novas relações produtivas que vão além da simples geração de riqueza. Não é de se esperar que organizações de negócio se transformem em centros de um novo humanismo, como desejam alguns, nem em uma máquina de explorar, como entendem outros.

Justapor, contrapor e cotejar os pressupostos teóricos e os resultados de pesquisas com a vivência pessoal do autor desta pesquisa, enquanto profissional que vem transitando em ambientes empresariais e em instâncias que lidam com o poder, faz reforçar algumas convicções pessoais que podemos considerar fundamentais no âmbito do problema da RSC.

Está fora de questão que a oportunidade do presente autor participar, ao longo desses últimos 20 anos, em processos de gestão de projetos (de toda sorte e natureza) e na direção de organizações empresariais e institucionais (lidando com questões no campo administrativo, comercial e jurídico), foi preponderante para firmar algumas percepções.

A primeira pode ser entendida por uma assertiva própria: “em essência, não fazemos gestão de projetos ou administramos qualquer organização, mas sim, fazemos a gestão de personalidades”.

O empirismo fez ressaltar alguns aspectos que se escondem nesta afirmação. O homem, enquanto ser biológico, mantém íntimo diálogo com suas necessidades primárias, que denominamos de atávicas. Demarcar um território e dominá-lo continua sendo um desejo

intrínseco. O território manifestado na concretude não é o objeto maior, mas o território abstrato. E é nesse campo que se manifesta o poder, é onde se intervêm e são alteradas as condições do ambiente que ele se apresenta, com o intuito de manter o controle e o domínio.

Por outro lado, o homem, enquanto ser pensante e racional, implicitamente considera a possibilidade do “outro” também ter esse “desejo”. E nesse encontro de “desejos” é que aparece a necessidade do resultado ótimo, em outras palavras, surge a negociação. Não na sua concepção mercantilística, mas no ajustamento de forças e busca de uma convergência ponderada de interesses. Desse modo, são demarcados os limites tênues do campo (território) dominado pelos poderes.

Esse processo se estabelece tanto dentro de um ambiente específico, por exemplo, o corporativo, quanto deste para outro - no caso em questão, do setor corporativo para a sociedade e o governo. No primeiro ocorrem a ponderação de forças opostas e o seu alinhamento para contrapor com o ambiente externo. No segundo caso, a tendência é a contraposição.

Tal raciocínio também pode ser extrapolado nas relações do homem com a natureza. Do medo e receio do “outro” desconhecido (natureza) à queda dos mitos e ao domínio do “outro” pela ciência e tecnologia. Na atualidade, o aparente domínio perde a certeza perante os desequilíbrios ambientais, quando as “forças opostas” reclamam uma negociação na busca de um ajuste.

É importante destacar que a participação do setor empresarial no campo da RSC revela-se positiva na medida que procura redefinir um ethos próprio, ou pelo menos um referencial. Ao mesmo tempo que forma uma blindagem mínima para o setor dos negócios, preenchendo vazios que o tornam vulnerável no jogo do poder ao contrapor com o ambiente externo, com a sociedade e o meio natural, funciona como um auto-regulador no processo de externalizar as pressões sobre esses.

Ilusório pensar que isso é um processo que tende à estabilidade, pelo contrário, é dinâmico e pronto a se romper.

Recorrendo a mais uma metáfora matemática, o poder é vetor intrínseco e a negociação é o “ambiente propício” onde os coeficientes são ponderados para construção de uma fórmula de “equilíbrio dinâmico e frágil”.

Admitindo-se esses princípios e cruzando-os com as teorias apontadas nesse trabalho, podemos inferir que a RSC não tem nenhuma componente que decorra de uma manifestação espontânea do setor, como um ato de sublimação. Nem deva ser encarada como somente uma resposta às demandas legais. Muito menos entendida como uma ação que deriva da auto-regulação da “personalidade” dos negócios, como querem aqueles que advogam a causa das

liberdades individuais, ou como uma única necessidade de expansão ou sobrevivência dos negócios.

A despeito da sua natureza conceitual, das variadas definições e fatores que deram origem, entendemos que **a RSC é notadamente o produto da interação/integração das forças que compõem a sociedade e o meio ambiente natural, num tempo-espaço onde se encontram os poderes ritmados pela negociação.** Nesse contexto, **responsividade é um termo mais apropriado do que responsabilidade.**

São essas forças que influenciam e criam demandas jurídicas e normativas (requisitos legais para a empresa operar), que apontam e difundem valores morais, religiosos e éticos (solidariedade, compaixão e compromisso pró-ativo com o contexto socioambiental), que participam efetivamente e disputam espaços nas arenas decisórias (exercício pleno da cidadania), que criam expectativas e enxergam o mundo sob óticas diferentes (ideologias), que remetem o homem às suas raízes naturais, e que induzem ou são conduzidos nas questões relativas ao universo econômico (*stricto sensu*).

Nesse sentido, a característica, abrangência e alcance da RSC ficam subordinadas ao grau de esclarecimento (educação), de influência (poder legitimado ou não), mobilização e participação de cada arranjo dessas forças (classes socio-econômicas, entidades classistas, religiosas, partidos políticos, entre outras).

Como tudo que deriva da natureza humana, a RSC é complexa e adaptável às circunstâncias - onde, como, de que forma e quando se estabelece. É preciso atentar que as próprias organizações empresariais representam um universo amostral da sociedade, com toda sua diversidade e multiplicidade, além de ser um palco menor de disputas individuais ou coletivas onde as pessoas que a constituem e a operacionalizam são passageiras. Até os teóricos da administração menosprezam isso, como reconhece Tachizawa (2002, p.43),

é necessário encarar as organizações como sistemas sociais, com culturas próprias e atravessada por conflitos entre indivíduos e grupos, cada um lutando para conseguir seus próprios objetivos. A teoria tradicional ignorava a complexidade das organizações, que eram consideradas entes racionais e não sistemas sociais com culturas específicas e conflitos internos pelo poder.

Dessa forma, entendemos que seria esperar muito, ou até pretensão, que a RSC possa ser apreendida, entendida, normatizada e/ou instrumentalizada dentro dos parâmetros disciplinares das ciências tradicionais, razão pela qual ratificamos a nossa posição inicialmente posta neste trabalho de que a temática deva ser abordada sob a ótica da Ciência Ambiental, num exercício de construção de pressupostos e aparatos que nos aproximem de sua complexidade.

No entanto, a condição precípua é a reforma do atual pensamento reducionista, que pode ser observável pela insistente negligência com o fato que homem e a natureza estão imbricados. Fato que se nota em grande parte da literatura acadêmica produzida a respeito da RSC, assim como nos princípios, políticas e práticas empresariais. Percebe-se que o ambiental e o social disputam uma posição de destaque, onde cada um procura uma inserção às cegas no campo do outro.

5.2-Recomendações

Nos últimos três anos, tivemos a oportunidade de constatar na literatura acadêmica, na mídia virtual, impressa ou televisiva, e em fóruns diversos a proliferação de assuntos relacionados à RSC, que, em sua grande maioria, propalam sobre a qualidade em “ser responsável socialmente”, destacam os ganhos dos beneficiários diretos e ressaltam as práticas utilizadas.

Contudo, vemos criticamente que ao se criar uma “verdade homogeneizadora” por conta de um jogo articulado do discurso com as “provas concretas”, feito de modo arquitetado ou não, desmerecemos alguns pontos importantes.

Há de se relevar as considerações que apontamos a respeito da linguagem e pensamento, enquanto estruturas autônomas mas intervencionadas, uma modelando a outra num processo de reciprocidade. Se Junta a isso, as observações sobre a indivisibilidade do social e do ambiental.

Consagrar a terminologia de que a **responsabilidade é socioambiental**, é o mesmo que semear condições para que o pensamento opere sob a percepção da indivisibilidade. A academia é a instância mais qualificada a capitanear tal processo, mesmo que reconheçamos que dentro dela existam resistências a esse olhar. Nesse contexto, Donella Meadows (1994, p.25-30 *apud* Hawken, Lovins e Lovins, 2005 p.291-294) destaca a educação como a maior instituição que discute modelos mentais e que as faculdades, universidades e escolas públicas podem modificar a situação, pois elas criam os cidadãos, os administradores de empresas, os engenheiros e os arquitetos que fazem o mundo.

As estreitas relações das organizações sociais ou ambientais - ainda com esse feitio - com acadêmicos servem de canal de difusão. E dessas dissemina-se para o setor corporativo pelas alianças e parcerias. De um modo mais básico, é assim que podemos visualizar.

Por último, cabe recomendar que um conceito e uma terminologia homogeneizadores sejam rompidos. Falamos da questão das diferentes formas que são constituídas os negócios. Não se desmerece o peso das corporações no mundo atual, mas será que devemos entendê-las como o eixo dos problemas e das soluções?

Ao observarmos as diversas terminologias que a responsabilidade dos negócios assumiu para com a sociedade e meio ambiente, notamos que a corporativa (RSC) consagrou-se e virou fala fácil, em especial nos tempos atuais. Há de se perguntar, por que? Podemos responder: é fato, mas temos que tirar o véu que encobre a realidade.

Nesse sentido, devemos anunciar que existem as pequenas e médias empresas, e outras categorias que possam ser assinaladas pelos especialistas.

A partir das categorias determinadas de acordo com as ciências disciplinares, os princípios da ciência ambiental ajudariam no esforço de se criar uma proposta de tipologia de negócios, não segundo sua estrutura funcional ou organizativa, ou origem, ou de amplitude de ações, mas numa perspectiva integrativa/interativa desses aspectos e suas inter-relações com a dimensão socioambiental.

Cabe ressaltar que, neste momento, essa última recomendação é apontada pela força de uma demanda pessoal de buscar caminhos integrativos combinada com uma “visão ainda embaçada” sobre a proposição.

Pensamos que assim, a **responsividade socioambiental do negócio** é capaz de assumir um posto mais adequado às reais circunstâncias e necessidades.

5.3-Considerações finais

Fica o registro final que esta pesquisa não tem a presunção de estabelecer pressupostos ou aparatos sobre a RSC, mas sim de contribuir para a reflexão e a discussão de uma temática cara para as sociedades.

Perceber as origens e os pressupostos, ou melhor, a história, as visões e as motivações a respeito da RSC foi gratificante e fundamental. Porém, ao chegar neste momento final, a postura da impessoalidade exigida pelos protocolos da linguagem científica se mostra incapaz de blindar este autor, o que me obriga a retomar a minha pessoalidade. Mais do que agir (operacionalizar), o perceber, o pensar, o conjecturar e o conceber são “ações” muito valiosas ao meu ver.

Pensando na continuidade da atual empreitada, numa nova etapa de trabalhos, em que novos esforços serão exigidos, e onde emergirá novamente a insegurança e os desvios de caminho, características inerentes a esse processo -, me sinto extremamente instigado a dar atenção à exploração da questão da RSC.

A consideração especial que dedico à negociação como meio de resolução de conflitos - diferenças existem e devam existir - me impulsiona na velha “mania” de tentar entender o outro para melhor calibrar o ponto médio de encontro das visões divergentes. Entendo que identificar ações e práticas são de grande valia, e que, fora de dúvida, os balizadores teóricos

sobre a RSC foram e serão de extrema valia para a próxima etapa. Mas capturar, mapear e entender **que discurso é esse que o empresariado se utiliza** é o mesmo que transpor a barreira do tangível. Esse é o locus onde moram as intenções e as visões de mundo, e onde devemos operar se queremos “negociar algo”.

Pensando sobre a validade dessa iniciativa, pude encontrar alento na percepção da biofísica Donella Meadows (1994, p.25-30 apud Hawken, Lovins e Lovins, 2005, p.291), professora de estudos ambientais do Dartmouth College, quando afirma que passou a se interessar menos em ganhar o debate ambiental e preocupar-se mais com a “natureza intransigente da discussão”.

É inegável que são demandadas responsabilidades e uma nova atitude ao setor negocial, assim como novas respostas práticas no sentido de corrigir as desigualdades sociais e os desequilíbrios ambientais decorrentes de sua operação. No entanto, penso que exigí-las e/ou operacioná-las sem que haja um fundamento efetivo de mudança é o mesmo que acolher meras compensações.

Se por um lado o realismo utópico de Giddens (1991) mantém entreaberta a porta para um projeto conjunto de toda a sociedade, a reforma do pensamento proposta por Leff (2002) permite o aumento do campo de visão e da profundidade de campo⁷¹ de cada participante da vida social quanto à complexidade e diversidade dos problemas a enfrentar, fator que considero como fundamental para a visão utópica da sociedade sustentável.

Encerro ponderando sobre um possível contra-senso da minha parte. Faço isso, pois no item “recomendações” foram apontadas propostas, mais concretamente a de se estabelecer uma nova tipologia de negócios, e logo acima a intenção de se investigar que discurso é esse. Ambas as possibilidades são necessárias, e passíveis de fazerem parte de um projeto futuro. Contudo, a segunda é mais instigante sob minha ótica pessoal.

⁷¹ Convoco aqui os princípios da ótica aplicada à fotografia como uma metáfora.

5.4- Bibliografia do Capítulo V

1. GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
2. HAWKEN, Paul ; LOVINS, Amory e LOVINS, L. Hunter. *Capitalismo Natural: Criando a Próxima Revolução Industrial*. Tradução de Luiz A. de Araújo e Maria Luiza Felizardo. 10a ed. São Paulo: Cultrix.
3. LEFF, Henrique. *Epistemologia Ambiental*; tradução de Sandra Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
4. MEADWOS, D. H. Seeing the Population Issue Whole. In: *Beyond the Numbers*, MAZUR. L.A. (org), Washington DC: Island Press.
5. TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira*. São Paulo: Atlas, 2002.